

NOVOS RUMOS

ANO II

Rio de Janeiro, semana de 9 a 15 de setembro de 1960

N.º 80

Redator-Chefe — Orlando Bomfim Jr.

Diretor — Mário Alves

Gerente — Guttemberg Cavalcanti

Prestes Apresenta o Manifesto Eleitoral Dos Comunistas

Candidatura Lott: Resposta Dos Patriotas Aos Monopólios Dos EUA

NO ENCERRAMENTO dos trabalhos da convenção dos comunistas, na ABI, Prestes procedeu a leitura de um Manifesto Eleitoral dirigido aos trabalhadores e a todos os patriotas e democratas. O documento é uma definição oficial dos comunistas em favor das candidaturas dos srs. Teixeira Lott e João Goulart à Presidência e à Vice-Presidência da República. Ai se diz por que os comunistas apóiam Lott e Jango, o que representam estas candidaturas, os compromissos que elas implicam em relação ao futuro do Brasil. Define-se igualmente a candidatura do sr. Jânio Quadros, que interesses ele encarna, a quem serve. Faz-se um apelo aos patriotas equivocados que estão apoiando Jânio e Ademar de Barros. Que significaria a vitória de Jânio Quadros? Que significará a vitória de Lott e Jango? «Conquistar a 3 de outubro uma vitória esmagadora para a chapa Lott-Jango — diz o Manifesto — é derrotar os entreguistas e seus patrões da Light, da Bond and Share, da Standard Oil e demais monopólios que exploram o nosso povo. É dar um grande passo na luta pela emancipação completa de nosso País, uma poderosa contribuição à luta pela paz no mundo inteiro, à causa dos povos oprimidos da América Latina, à defesa da revolução cubana». A íntegra do Manifesto encontra-se à página 3, do 1.º caderno. Na quarta página do primeiro caderno o leitor encontrará ampla reportagem sobre o que foi a convenção nacional dos comunistas brasileiros, autêntica festa da democracia e da legalidade, onde foram debatidos os problemas mais candentes que envolvem o país na fase atual de nosso desenvolvimento



**Povo cubano
aprova
declaração**

SOLIDAMENTE assentado na vontade popular, o governo revolucionário de Cuba submeteu à gigantesca assembleia popular que se reuniu na capital a aprovação da Declaração de Havana, documento que se opõe à Declaração de São José, conseguida aos trancos e barrancos na reunião da OEA, em Costa Rica. A Declaração é uma verdadeira carta de emancipação da América Latina, uma plataforma de luta dos povos ao sul do Rio Grande contra a opressão do «irmão» do norte. (Na 7.ª página, do 1.º caderno).

**Lott ou Jânio:
emancipação ou
entreguismo**

OS DOIS candidatos à Presidência da República foram recebidos no CONCLAP (Conselho Superior das Classes Produtoras), onde os membros da associação ouviram as respostas às perguntas anteriormente propostas a ambos, por escrito. O marechal Lott, coerente com suas posições, reafirmou a plataforma nacionalista que apresenta ao povo brasileiro. Jânio, despiu a fantasia com que procura aparecer e mostrou a verdadeira face de sua candidatura, entreguista e antipopular. (Leia no 1.º caderno do 2.º caderno).

GRANDES desfiles militares assinalaram o 138.º aniversário da proclamação da independência política do Brasil. A nova Capital da República assistiu à primeira parada militar comemorativa do Sete de Setembro, estando presente o Presidente Juscelino Kubitschek e autoridades militares. No Rio, manteve-se a tradição do desfile das tropas pela Avenida Presidente Vargas, assistido por milhares de pessoas. Passaram ante a multidão 25 mil homens do Exército, Marinha e Aeronáutica, além de unidades blindadas. Era também a primeira festa deste gênero no novo Estado da Guanabara. No Mausoléu de Coxias encontravam-se o Governador Sette Câmara e autoridades civis e militares. A grande multidão, que todos os anos se estende do Monroe até o final da Av. Presidente Vargas, aplaudiu entusiasmadamente o garbo dos soldados das inúmeras unidades que desfilarão.

**LOTT:
Não há
Força Capaz
de Deter
ou Deturpar
a Revolução
Nacionalista**

(3.ª pág. do 1.º cad.)

Vitalidade

ORLANDO BOMFIM JR.

O ATO solene de encerramento, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa, perante grande massa popular, líderes sindicais, parlamentares e representantes de partidos, da Convenção Nacional dos comunistas alcançou significado político de irrecusável relevo. E sua importância não se mantém confinada nos limites dos interesses internos de uma determinada corrente da opinião pública, mas, ao contrário, atinge o conjunto do quadro da vida política do país.

A CONVENÇÃO Nacional não foi um ato isolado. Publicadas as Teses e o Projeto de Estatutos, os comunistas brasileiros, através do debate realizado em todos os escalões e num esforço conjunto e democrático, empenharam-se na elaboração de sua linha política. Mais ainda. As colunas de NOVOS RUMOS foram transformadas em tribuna de discussão, de modo que opiniões e divergências passaram a ser expostas abertamente, às vistas de amigos e inimigos. A publicidade honesta e patriótica em torno da procura dos caminhos que levam à solução dos problemas básicos de nosso povo resultou, de um lado, em mais um golpe nas velhas e surradas calúnias sempre repetidas contra os comunistas, e, por outro lado, numa repercussão maior ainda dos debates travados. Essa repercussão atingiu amplos setores fora dos círculos de militantes e simpatizantes e se espalhou além mesmo, despertando interesse em diversos países latino-americanos.

A CONVENÇÃO encerrada na ABI, coroando a série de atos e realizações que a prepararam, constituiu também uma demonstração de vitalidade do movimento comunista em nossa Pátria. Desmoralizam-se, cada vez mais, aqueles que insistem em falar em «extinto» ou coisa semelhante, quando se referem ao movimento comunista brasileiro. E não podia ser de outra forma. Porque a corrente marxista não representa a criação artificial de cérebros fantasiosos. Nasceu por uma imposição histórica do desenvolvimento da sociedade e como expressão dos interesses de uma

classe, a classe operária. O panorama mundial nos mostra que é exatamente essa a classe que caminha na vanguarda das transformações sociais, já tendo iniciado a construção do mundo do futuro. E no Brasil a realidade palpável é que o progresso do país está umbelicalmente ligado ao crescimento da classe operária, cuja atuação, aliás, vem se fazendo sentir cada vez mais fortemente em todos os aspectos da vida nacional. Pretender, assim, «extinguir» o movimento comunista seria o mesmo que pretender acabar com o efeito, quando a causa se torna sempre mais vigorosa.

SERA por tudo isso igualmente inútil a cega insistência em conservar na ilegalidade o Partido Comunista do Brasil. A própria Convenção já significou um passo no sentido do rompimento dessa situação, que se torna insustentável. E o rompimento definitivo constitui uma exigência não apenas dos comunistas, mas do avanço da democracia. É fora de dúvida que os comunistas se têm revelado, não apenas por palavras, mas principalmente na prática de sua atividade, sólidos baluartes dos princípios democráticos. Sua luta contra a fascitização e pela redemocratização do país não pode ser negada nem pelos seus mais ferrenhos adversários, como também a defesa permanente que têm sustentado dos direitos e garantias individuais e o esforço contínuo pela sua ampliação. A livre atuação do Partido Comunista representará, em consequência, o reforçamento do conjunto das correntes políticas efetivamente interessadas em que a democracia se consolide e avance. Sob outro aspecto, recusar aos comunistas, cuja influência pode ser medida pelo histerismo crescente de seus próprios inimigos, o direito de organizar seu partido político, corresponde a descumprir a Constituição da República e sufocar a opinião pública.

TÓDAS essas razões levam a que a Convenção Nacional realizada pelos comunistas adquira o significado de um acontecimento político de irrecusável relevo e de importância para toda a Nação.

PCB Congresso
Lacerda
é Ladrão!

Ladrão
da Rua Chile!"

(6.ª pág. do 2.º cad.)

Am



Paridade com os militares

Embora alguns sindicatos já houvessem decidido apoiar uma outra tabela de aumento salarial, o Conselho da Federação Nacional dos Marítimos, considerando o assunto, resolveu, por ser mais viável, lutar pela paridade de vencimentos com os dos militares. Na foto, uma das reuniões realizadas pelos líderes sindicais, em busca de uma solução para o problema salarial.

Banqueiros São Mal Educados Mas os Bancários Revigoram a Luta Pela Emergência

Os líderes bancários de todo o País reunir-se-ão no Rio de Janeiro, no próximo dia 10, para dar conhecimento oficial à CONTEC do pronunciamento da classe acerca da luta pela proposta de emergência, e tomar medidas destinadas a dar maior impulso à campanha em todo o território nacional.

Os bancários liderados pela CONTEC vêm lutando, desde junho de 1959, pelo estabelecimento do Contrato Coletivo de Trabalho.

A primeira grande vitória desse movimento foi a constituição da Comissão Mista Nacional, presidida pelo procurador da Justiça do Trabalho, sr. Benjamim Eurico Cruz, e composta dos bancários Huberto Menezes e Gilberto Azevedo, e do representante dos banqueiros de Pernambuco. Essa Comissão tem a finalidade de estudar e elaborar o Contrato Coletivo de Trabalho. Acontece, entretanto, que os banqueiros dos demais Estados negaram-se, até ago-

ra, a enviar seus representantes ao referido órgão, alegando que só participariam dos estudos para elaboração do CCT depois do Congresso Nacional dos Bancos, que se realizará de 6 a 12 de novembro próximo. Em virtude disso, eles vêm se mostrando intransigentes, recusando-se até mesmo a comparecer às reuniões convocadas pelo Procurador da Justiça do Trabalho e presidente da Comissão Mista.

A proposta de emergência

Considerando a atitude dos banqueiros face à elaboração do CCT, tendo em vista que a maioria dos acordos salariais da categoria encerra-se no mês de setembro, a CONTEC, em sua última reunião, resolveu destacar do projeto de CCT os três pontos mais fáceis de serem atendidos, transformando-os na proposta de emergência, que está sendo submetida à apreciação dos bancários e dos banqueiros em todo o

País. A referida proposta tem os seguintes itens: 1) aumento geral de 50% a partir de 1 de setembro; 2) fixação do salário profissional em bases iguais a uma vez e meia o salário mínimo regional; 3) extinção do trabalho aos sábados; 4) continuação dos estudos para a elaboração do Contrato Coletivo de Trabalho.

Essa proposta de emergência, à medida que vai sendo aprovada pelos sindicatos da classe, é encaminhada às entidades patronais.

Cariocas recusaram 27%

Os bancários cariocas foram os primeiros a concordar com a proposta de emergência, numa assembleia-monstro realizada na noite do dia 26 último, no Teatro João Caetano. Aprovada pela assembleia, a solicitação foi enviada pela Diretoria do Sindicato aos banqueiros do Rio. Estes, na reunião realizada na tarde do dia 3, decidiram considerar apenas o item relativo à porcentagem salarial, oferecendo um aumento de 27%. Os bancários cariocas, na noite do mesmo dia, reuniram-se na sede do seu Sindicato, repudiaram a ridícula proposta patronal e decidiram continuar a luta pela conquista da proposta de emergência.

Patrões mal educados

A intransigência dos banqueiros em relação ao Contrato Coletivo de Trabalho tem sido tão saliente, que o Procurador da Justiça do Trabalho, que preside a Comissão Mista, chegou a chamá-los de mal educados, dizendo que eles violam os mais elementares princípios de cortesia, voltando as costas sistematicamente a todos os convites que lhes são feitos pelas autoridades ministeriais objetivando dar-lhes conhecimento da pretensão dos bancários. O procurador Benjamim Cruz declarou, entretanto, que continuará enviando todos os esforços para chamar os banqueiros à razão, demonstrando de sua inexplicável atitude negando-se a discutir as bases de um instrumento legal, o CCT, previsto nas leis do país.

Essas declarações foram feitas na tarde do dia 2, no Departamento Nacional do Trabalho, quando os bancários cariocas ali estiveram, em companhia dos seus líderes, para prestigiar a Comissão Mista Nacional.

Campanha de rua

Tudo indica que, na reunião do próximo dia 10, os bancários de todo o país decidam dar um novo impulso à campanha pela proposta de emergência, transformando-a num vigoroso movimento, ganhando as ruas em grandes manifestações, denunciando a intransigência patronal face às justas reivindicações dos seus empregados, e esclarecendo a opinião pública e as autoridades sobre a eventualidade de uma greve que venha a ser deflagrada, em defesa de um nível salarial justo e da dignidade dos bancários, que, como afirmaram os cariocas, não são moleques e nem pretendem viver de esmolas. Aliás, o próprio procurador da Justiça do Trabalho, sr. Benjamim Cruz, declarou, no DNT, que uma greve, no caso, não poderia ser considerada uma indisciplina, mas um recurso justo, destinado a fazer com que os empregadores venham colaborar para o Contrato Coletivo de Trabalho.

RÁDIO DE MOSCOU

A Rádio de Moscou transmite para o Brasil programas especiais a partir de 20 horas, hora do Rio de Janeiro, no diapasão de ondas:

16 metros	(17,82 e 17,84 megaciclos)
19 "	(15,21; 15,40 e 15,44 megaciclos)
25 "	(11,79 e 11,92 megaciclos)

Marítimos Com Greve Marcada Aguardam Decisão do Governo

Os sindicatos que representam cerca de 120 mil trabalhadores marítimos de todo o País reunir-se-ão no próximo dia 14, na sede da Federação Nacional, para examinar a situação em que se encontram os entendimentos para solução das reivindicações da numerosa categoria. Enquanto isso, permanece a decisão de greve no próximo dia 15, adotada pelos Sindicatos Nacional de Oficiais de Náutica, dos Enfermeiros, dos Radiotelegrafistas, dos Maquinistas, e dos Eletricistas da Marinha Mercante.

Esse grupo de sindicatos, que decretou greve para o dia 15, reivindica uma tabela de aumento salarial, enquanto a maioria das outras entidades acha mais conveniente a incorporação dos marítimos à luta de todo o funcionalismo, reivindicando a equiparação dos seus vencimentos aos dos militares.

As duas tendências estava praticamente definidas, e parecia que os marítimos, que formam uma categoria unida por tradição, seriam divididos, ficando cada grupo a lutar isolado pela reivindicação que achou mais justa e viável. Mas isso não ocorreu. O bom senso e o espírito de unidade dos trabalhadores do mar predominaram na reunião realizada na sede do Sindicato Nacional dos Oficiais de Máquina, na qual, graças a um entendimento entre os líderes das diversas correntes, ficou estabe-

lecido que as duas propostas seriam apresentadas às autoridades como propostas de toda a categoria e que a aceitação de qualquer uma delas contaria com o apoio de todos.

Com a palavra o governo

O líder Thaumaturgo da Silva Gaio, presidente da Federação Nacional dos Marítimos, e outros dirigentes sindicais, ficaram encarregados de examinar as duas proposições às autoridades ministeriais, para que elas se manifestassem sobre as mesmas. Da decisão dessas autoridades é que dependerá a futura conduta dos marítimos, inclusive a daquelas categorias que já decretaram greve para o dia 15. O ministro do Trabalho, sr. Batista Ramos; e o da Viação, comandante Errani do Amaral Peixoto, já têm conhecimento da decisão dos marítimos.

As propostas

Os sindicatos que congregam a maioria dos trabalhadores do mar acham conveniente a decretação da greve sem que as autoridades governamentais se pronunciem sobre as suas reivindicações, que estão substanciadas em duas propostas: uma visando a equiparação dos vencimentos dos marítimos aos dos militares, formulada na seguinte ordem — médicos, imediatos, 1º maquinista e 1º comissário, Cr\$ 36.000,00; 1º piloto, 2º maquinista, 1º radiotelegrafista e prático da costa, Cr\$ 33.000,00; 2º piloto, 3º maquinista, mestre de pequena cabotagem e conferente, Cr\$ 30.000,00; enfermeiro, carpinteiro e contramestre, Cr\$ 25.000,00; cabo foguista e 1º co-

zinheiro, Cr\$ 23.000,00; marinheiro, foguista, 2º cozinheiro e padeiro, Cr\$ 21.000,00; moço, 3º cozinheiro, talfeiro e camareiro, Cr\$ 16.000,00; ajudante de cozinha, Cr\$ 15.000,00. A tabela estabelece que o comandante deverá receber sempre 50% a mais que a maior soldado da tripulação.

O outro grupo de cinco sindicatos — oficiais de máquinas, oficiais de náutica, eletricistas, radiotelegrafistas e enfermeiros, apresenta a seguinte tabela: comandante, Cr\$ 90.000,00; 1º maquinista, comissário, imediato e médico, Cr\$ 60.000,00; 1º piloto, 2º maquinista, 1º radiotelegrafista e prático da costa, Cr\$ 50.000,00; 2º piloto, 3º maquinista e 2º radiotelegrafista, Cr\$ 40.000,00; enfermeiro e electricista, Cr\$ 30.000,00.

Para apreciar a decisão das autoridades sobre essas duas propostas, é que se reunirão, no próximo dia 14, os representantes dos sindicatos dos trabalhadores do mar de todo o País.

Equiparação

Na última reunião do Conselho da Federação Nacional dos Marítimos, ficou decidido que a Federação lutará pela tabela de equiparação aos vencimentos dos militares. A incorporação dos marítimos nessa luta virá reforçar a campanha nacional dos servidores públicos, que estão empenhados na conquista do mesmo objetivo. Os portuários cariocas, logo que tomaram conhecimento da decisão dos seus colegas marítimos, começaram a tomar providências visando a sua participação na batalha da paridade de vencimentos.



Apoio à Comissão no Ministério

Os bancários cariocas iniciaram uma nova fase de mobilização de suas forças, com o objetivo de conquistar as reivindicações constantes da proposta de emergência, que os banqueiros vêm se negando a considerar. Na foto, os líderes Huberto Menezes e Aluizio Palhano, que se dirigiram ao Ministério do Trabalho, acompanhados de centenas de bancários.

Defende Teu Direito

A. Q. S. (São Paulo).

O consultante foi contratado para o desempenho das funções de meio oficial encanador, sendo esta a natureza do serviço inscrita na sua carteira profissional. Todavia, há mais de dois anos vem trabalhando como ajudante de ajustador mecânico.

O que houve foi uma novação do seu contrato de trabalho, alteração tacitamente consentida pelo empregado (que contra ela não reclamou nem protestou, executando as funções que lhe foram atribuídas) e licita, quer pela concordância do empregado, quer porque a alteração não trouxe prejuízo de salários.

De acordo com o art. 468 da Consolidação das Leis do Trabalho, a alteração no contrato individual de trabalho só é licita por mútuo consentimento, e, ainda assim, desde que não resulte, direta ou indiretamente, prejuízo para o empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.

No caso concreto, o silêncio do empregado importou em consentimento tácito.

Assim, apesar das anotações constantes da carteira profissional, o consultante é ajudante de ajustador mecânico. Pode pedir ao patrão que retifique as anotações e reclamar, na Justiça do Trabalho, caso ele se negue a fazer as modificações.

V. S. G. (São Paulo).

O consultante já há algum tempo trabalha em uma empresa. Não tem conteúdo a sua carteira profissional anotada. Adenals, apesar de executar uma hora extraordinária por dia, só recebe o mínimo regional.

Quanto à anotação da Carteira Profissional, é um direito do empregado exigir do patrão. Em caso de negativa por parte deste, o empregado pode recorrer a dois meios:

a) — dirigir-se ao S.I.P. (Serviço de Identificação Profissional) do Ministério do Trabalho e fazer a sua reclamação. Ela será processada, de acordo com os arts. 36 e seguintes da Consolidação. O prazo para esta reclamação é o de dez dias, a partir da recusa do patrão.

b) — poderá, de outra parte, dirigir-se à Justiça do Trabalho, e lá, também, reclamar as anotações devidas. Aliás, para evitar perda de tempo, o empregado deve dirigir-se, desde logo, à Justiça do Trabalho. É que, quando há controvérsia, o S.I.P. encaminha o processo à Justiça.

Quanto às horas extraordinárias: — O consultante poderá apresentar reclamação na Justiça do Trabalho. As horas extraordinárias, assim consideradas, em tese, as que ultrapassam a jornada normal de 8 horas, de acordo com o art. 59 § 1º da Consolidação das Leis do Trabalho, serão remuneradas, pelo menos, com um acréscimo de 50% sobre a hora normal.

J. D. B. (Estado da Guanabara).

Infelizmente não recebemos a sua carta anterior. Renove a sua consulta, e teremos prazer em atendê-la.

O mesmo consultante (J. D. B.) foi suspenso por um dia, em virtude de ter sido surpreendido fumando. Justa a penalidade?

Impossível uma resposta definitiva, sem que tenhamos em conta outros detalhes que não foram mencionados na carta. Se fumar no local onde o consultante foi contratado é proibido pelo regulamento da empresa, um ato punível foi cometido e dificilmente a penalidade será cancelada pela Justiça do Trabalho. O regulamento da empresa se incorpora ao contrato de trabalho, fazendo parte integrante dele.

O consultante tem um ano e cinco meses e 10 dias de casa. Foi despedido, sem causa, e deseja saber o montante de suas reparações.

Tem direito a 2 períodos de indenização, um mês de Aviso-Prévio, um período (20 dias) de férias e 7 dias de férias proporcionais, tudo calculado de acordo com a maior remuneração percebida na empresa, de acordo com o art. 477 da Consolidação.

O Aviso-Prévio integra o contrato de trabalho para todos os efeitos legais. Daí porque, com a soma do Aviso-Prévio, o consultante tem 1 ano, 6 meses e 10 dias de casa.

Everaldo Martins

Nota Sindical

A Mensagem Das Confederações

Os presidentes das Confederações que se retiraram do III Congresso Sindical Nacional lançaram um documento denominado "Mensagem e programa de orientação das entidades sindicais democráticas". A referida mensagem foi muito bem recebida pelo vespertino "O Globo", que a publicou na íntegra, na edição de 2 do corrente, com uma chamada em manchete de 5 colunas, na primeira página. Essa acolhida tão entusiástica não significa que o referido documento seja tão ruim assim. Ao contrário, a mensagem das Confederações consistia, em muitos pontos, as reivindicações que os trabalhadores aprovaram em seu III Congresso Sindical Nacional.

Por que então, jornais reacionários como "O Globo" e outros que obedecem à mesma linha deram tanto destaque à Mensagem? Será que houve equívoco? Será que os srs. Decolacioni, Parmigiani e Syndulpho quiseram ludibriar os espertos ases da imprensa reacionária, a ponto de fazerem publicar, em tom sensacionalista, uma plataforma de luta inteiramente contrária aos interesses dos porta-vozes da embaixada ianque e dos grupos reacionários e entreguistas?

A verdade é que eles publicaram, à guisa de chamamento aos trabalhadores brasileiros, e chamamento para a luta, diga-se de passagem, um programa do qual destacamos o seguinte item: "Defesa do monopólio estatal do petróleo e nacionalização progressiva da venda de seus produtos; punição à criação da indústria nacional de energia elétrica, encampando os trusts e monopólios estrangeiros, tornando uma realidade a Eletrobras; nacionalização da indústria de transportes aéreos e marítimos; exploração estatal dos portos brasileiros, encampando os trusts prejudiciais à economia nacional; encampação dos serviços telefônicos, radiotelegráficos e radiotelefônicos; limitação da remessa de lucros das companhias estrangeiras para o exterior; luta pela nacionalização dos bancos de depósito".

Terá havido equívoco na publicação desse documento? Não, não houve. "O Globo" sabe o que quer. Mas o azar dele é que os trabalhadores também sabem. A verdade é que qualquer pessoa iniciada na atividade sindical e no movimento político sabe perfeitamente que não basta um justo programa de reivindicações, se não se tomam as medidas de organização necessárias a levar esse programa à prática. Qualquer programa, por mais justo que seja, estará fadado ao fracasso, se as forças interessadas em sua execução não se aglutinarem na luta unitária pela sua conquista.

Salvo pequenas alterações, a diferença entre o programa elaborado pelas Confederações e o aprovado pelos trabalhadores no III Congresso está justamente no problema da organização. E foi esse problema, cuja solução provisória os trabalhadores encontraram, que levou os presidentes das 3 Confederações a se retirarem do Congresso. Essa retirada, que seria o ponto de partida para a divisão do movimento sindical e, conseqüentemente, para impedir a vitória do seu programa de reivindicações, e que continua sendo louvada pelos órgãos da imprensa reacionária. Não é de estranhar, portanto, que eles tenham publicado o referido documento. O que eles querem é estimular a criação de focos divisionistas, pois, com o movimento sindical dividido, os interesses dos inimigos dos trabalhadores estarão garantidos.

O problema fundamental que o movimento sindical enfrenta não é o do seu programa, que já está elaborado, mas o da organização que permita a luta vitoriosa pela execução desse programa. A própria mensagem lançada pelos titulares das Confederações afirma que eles "manterão relações com os órgãos sindicais brasileiros estruturados legalmente, como sejam as Confederações, Federações, Sindicatos e Associações Profissionais, no sentido da solidariedade e colaboração sempre que houver identidade desses propósitos, de pensamento e de ação".

Ora, a Comissão Executiva para o IV Congresso Sindical Nacional, formada no último conclave nacional dos trabalhadores, por "órgãos sindicais brasileiros estruturados legalmente", tem justamente o objetivo de promover a solidariedade e a colaboração em torno dos interesses comuns das massas trabalhadoras. A Comissão Executiva foi a forma encontrada para o contato permanente entre os órgãos de cúpula, empenhados em reforçar a unidade sindical e apressar a vitória das reivindicações das massas laboriosas.

Se o objetivo dos signatários da mensagem também é esse, não há como compreender a manutenção da conduta divisionista que eles adotaram no III Congresso, conduta que só serve aos inimigos do movimento sindical. O que os trabalhadores esperam é que esses senhores reconsiderem a sua posição, e venham ocupar os seus lugares na Comissão Executiva, lutando, ao lado dos demais líderes sindicais, pela vitória do programa do III Congresso Sindical Nacional.

Nilson Azevedo

PRESTES APRESENTA O MANIFESTO ELEITORAL DOS COMUNISTAS

CANDIDATURA LOTT: RESPOSTA DOS PATRIOTAS AOS MONOPÓLIOS DOS EUA

No ato solene de encerramento da Convenção dos comunistas, realizado no auditório da ABI, foi lido por Luiz Carlos Prestes o seguinte manifesto eleitoral:

«Aos trabalhadores!
A todos os patriotas e democratas!

Estamos às vésperas do pleito eleitoral em que os brasileiros decidirão, através do voto, a quem entregar a suprema magistratura da Nação. As eleições de 3 de outubro assumem grande significação na luta de nosso povo pela emancipação nacional e pela democracia.

Apesar das concessões que os círculos governantes de Washington vêm obtendo do atual governo, não conseguiram submeter o Brasil ao seu completo domínio. E' o que pensam agora alcançar com a eleição, a 3 de outubro, de um Presidente da República submisso aos interesses imperialistas. Encontramos os monopólios dos Estados Unidos e seus agentes em nosso país, no sr. Jânio Quadros, o demagogo capaz de todas as promessas antes das eleições, mas já suficientemente prêso aos interesses da reação e do entreguismo para servi-los depois do pleito.

A isto responderam os patriotas e democratas com o lançamento da candidatura do marechal Teixeira Lott — o patriota que, como ministro da Guerra, dirigiu em novembro de 1955 a luta contra os golpistas a serviço dos monopólios yanques, preferindo ficar ao lado do povo e respeitar suas conquistas democráticas asseguradas na Constituição. Lott é o defensor intransigente da Petrobrás. Compromete-se perante a Nação a tomar medidas em defesa dos interesses nacionais — a limitar a remessa de lucros para o exterior, a nacionalizar os bancos de depósito, a produção e distribuição de energia elétrica, a desenvolver o ensino público e gratuito, a respeitar e ampliar as conquistas dos trabalhadores, a iniciar uma reforma agrária.

Utilizando os mais dispendiosos recursos da propaganda moderna,

tentam os senhores da reação explorar o descontentamento popular decorrente da carestia da vida, bem como das negociações e da corrupção que campeiam nos círculos mais reacionários do atual governo. O sr. Jânio Quadros apresenta-se ao eleitorado como um candidato opositorista. Não combate, porém, a política econômico-financeira do sr. Juscelino Kubitschek no que tem de mais reacionário — a sua dependência aos monopólios imperialistas. Declara-se partidário das inversões de capital norte-americano em nosso país. Não se opõe, assim, às origens da inflação e da carestia, da desvalorização crescente da moeda brasileira, à fonte básica da corrupção e das negociações.

Eis porque nós, comunistas, combatemos a candidatura Jânio Quadros e lutamos pela vitória do marechal Teixeira Lott. Divergimos de questões importantes, mas reconhecemos sua honradez e seu patriotismo. Em torno do seu nome já se organiza uma poderosa coligação eleitoral nacionalista e democrática, que deverá assegurar a vitória nacionalista nas urnas. Apoiemos, igualmente, a candidatura do sr. João Goulart à vice-presidência da República, candidatura que representa na referida coligação eleitoral o Partido Trabalhista Brasileiro, com uma plataforma nacionalista e democrática apoiada por grandes massas trabalhadoras e populares.

Conquistar a 3 de outubro uma vitória esmagadora para a chapa Lott-Jango é derrotar os entreguistas e seus patrões da Light, da Bond and Share, da Standard Oil e demais monopólios que exploram o nosso povo. É dar um grande passo na luta pela emancipação completa de nosso país, uma poderosa contribuição à luta pela paz no mundo inteiro, à causa dos povos oprimidos da América Latina, à defesa da revolução cubana.

Conquistar a 3 de outubro a vitória para a chapa Lott-Jango é, agora, a maneira mais acertada de lutar contra a inflação e a carestia

que atormentam milhões de trabalhadores e suas famílias. É avançar para uma reforma agrária que atenda aos interesses dos trabalhadores do campo. É contribuir para a ampliação e a consolidação da democracia, a conquista do voto para os analfabetos e abrir caminho à revogação de leis reacionárias e a legalidade do Partido Comunista.

Aos patriotas equivocados que ainda pensam votar em Jânio Quadros ou em Ademar de Barros dirigimos um caloroso apelo, conchitando-os a colocar os interesses nacionais acima das preferências partidárias ou pessoais e a cerrar fileiras com a coligação nacionalista e democrática para a eleição de Lott e Jango.

Utilizemos a campanha eleitoral

para estreitar os laços entre os partidos que apóiam Lott e Jango, para reforçar a unidade dos patriotas e democratas, para organizar milhões de brasileiros em todo o país. O inimigo que enfrentamos é obstinado e impiedoso. Não se conformará com a derrota eleitoral e, como já aconteceu em 1955, será capaz de empregar todos os meios na defesa de seus interesses. Devemos estar preparados para enfrentá-lo com decisão e energia. Não há força capaz de derrotar o povo que luta pela independência e pelo progresso.

Continuemos organizando comitês eleitorais nacionalistas, reforçemos os já existentes, unamos firmemente nossas fileiras para que seja respeitada a vontade popular. O apoio e a vigilância do povo cria-



Manifesto confirma apoio e alerta à nação

Condições para que o candidato nacionalista honre os compromissos assumidos com a Nação. Por uma vitória esmagadora da

«O inimigo que enfrentamos é obstinado e impiedoso. Não se conformará com a derrota eleitoral, e, como em 1955, será capaz de empregar todos os meios na defesa de seus interesses...»

chapa Lott-Jango nas eleições de 3 de outubro! As urnas!
Viva o Brasil livre, democrático e progressista!

Lott: Não há Fôrça Capaz de Deter ou Deturpar a Revolução Nacionalista

Grande repercussão alcançou o discurso pronunciado pelo marechal Lott, quinta-feira, durante o almoço que lhe foi oferecido na revista "Manchete". Candidato vinculado ao nacionalismo pelas próprias origens de sua candidatura, que nasceu, foi sustentada e está sendo conduzida à vitória pela ação das forças nacionalistas e populares mais conscientes e combativas, o marechal Lott vem se firmando ele próprio — sobretudo a partir do início de sua campanha — como um porta-voz convicto e convincente do conjunto de idéias que se refletem no movimento nacionalista. Naquela ocasião, ele marcou o caráter de sua campanha, definindo-a no âmbito da luta de nosso povo pela emancipação nacional e pela consolidação e aperfeiçoamento do regime democrático. Daí a repercussão enorme e imediata alcançada por seu discurso, do qual transcrevemos abaixo os trechos principais.

Soberania e desenvolvimento

Hoje, nosso povo possui a consciência da necessidade e do sentido do nosso desenvolvimento. É a isto precisamente que se chama nacionalismo.

O nacionalismo constitui uma orientação política, através da qual a nação, conhecendo os problemas que sua organização e seu desenvolvimento apresentam, se dispõe a enfrentá-los e se aparelha para resolvê-los. É, assim, a consciência de seu próprio destino, a decisão de o viver sem as dependências subordinantes de sua personalidade ou desfigurantes dos verdadeiros interesses do povo.

Sabem muito bem os nacionalistas que há um sistema de relações econômicas internacionais no qual cada vez mais se acentua a interdependência entre os povos. Mas nós sabemos também que essa interdependência muitas vezes contém a ameaça às tentativas de subordinação. Interesses industriais e comerciais do expansionismo, característico de economias desenvolvidas, ávidos de mercados e de matérias primas, tendem a retardar, limitar ou desfigurar o desenvolvimento de países, como o Brasil.

O nacionalismo configura-se, pois, como a face política do patriotismo. O nacionalismo não combate a colaboração estrangeira, nem os capitais estrangeiros. Luta, isto sim, contra a subordinação do nosso desenvolvimento a planos e interesses que coloquem a economia brasileira como mera peça complementar de economias adiantadas estrangeiras.

Não podemos esperar que outros façam a nossa própria história. Essa tarefa pertence ao nosso povo, por maiores que sejam os sacrifícios que ela nos reserve. Desenvolvimento para o povo brasileiro

há de ser comandado pelo povo brasileiro. A consciência política desse desenvolvimento chama-se nacionalismo.

Democracia para todo o povo

«Candidato à presidência da República, sinto-me à vontade para vos afirmar minha devoção aos princípios e às práticas da democracia representativa. A meu ver, a democracia tem necessariamente de resultar daquelas condições sociais e políticas que permitam ao ser humano a expansão de seus dons e qualidades.

Não pode, portanto, a democracia cristalizar-se numa série de conceitos formais que, proclamando na letra das constituições e das leis os direitos e garantias dos cidadãos, entretanto não os realiza na experiência vivida por todo ser humano através da realidade de sua própria existência. Ao cidadão, imagem constitucional do homem, tudo se dá e tudo se garante no texto da Carta Magna. Mas acontecerá o mesmo com todos os indivíduos, com todos os brasileiros, enfim, que vivem e trabalham?»

Eis porque tanto me preocupo com os problemas do desenvolvimento brasileiro. Estou convencido de que a realização dos ideais democráticos se acha indissolúvelmente ligada às oportunidades oferecidas pela organização da sociedade. Se essa organização não oferecer possibilidades reais ao homem de vencer a pobreza, de se educar para as tarefas do trabalho e da vida, a democracia não deixará nela raízes profundas, raízes populares. A democracia correrá o risco de converter-se numa cortina dos conceitos políticos for-

mais para dissimular situações concretas de privilégios.

É claro, como já aludi, que a prática dos ideais democráticos liga-se às condições da estrutura social. Historicamente, todas as conquistas democráticas — sistema representativo, sufrágio universal, direitos do homem, garantias do cidadão — exigiram modificações dessa estrutura.

Novas modificações dessa estrutura serão necessárias para que a nação se organize em bases que permitam assegurar aos brasileiros um nível de vida mais alto.

Vencer o atraso sem submissão

«Se examinarmos, todavia, as condições sociais dominantes em nosso país, concluiremos que as modificações imediatas a serem introduzidas são aquelas referentes à superação do atraso em que nos encontramos em setores fundamentais, como, por exemplo, energia, combustíveis, transportes, indústrias básicas, produção agrícola, condições de trabalho.

Trata-se, sem dúvida, de uma revolução. Mas de uma revolução em que todo o país está interessado. Revolução que não é de uma classe contra a outra. Mas de toda a nação do presente em favor da nação do futuro. Exatamente o que poderíamos realmente denominar de Revolução do Desenvolvimento.

Esta revolução iniciou-se, entre nós, em 1930 e não cessou, até agora, de produzir seus efeitos e mesclar seus impactos na economia e na vida social brasileira, através dos governos do presidente Vargas, do marechal Dutra e do presidente Kubitschek.

Na verdade, nosso desenvolvimento até 1930 era tipicamente de uma economia complementar de economias industrializadas estrangeiras. Processava-se com as sobras da riqueza que se dispunha, investida nos países de economia reflexa, inclusive o Brasil, na medida de seus interesses. O desenvolvimento do nosso país, em tais condições, era mais pensado e formulado fora do Brasil do que pelos próprios brasileiros. E o mais desgraçado dessa situação estava em que a mentalidade econômica brasileira, de seus homens de empresa, de seus teóricos, de seus economistas, seguia passivamente a linha de iniciativas e de pensamentos dos homens de empresa, dos teóricos, dos economistas estrangeiros. O problema não era colocado em termos de colaboração. Era principalmente de submissão.

Assegurar educação para todos

«Por outro lado, não é possível pensar em democracia sem pensar em educação. A democracia deposita confiança no homem, não no homem excepcional ou carismático dos regimes ditatoriais, mas no homem comum.

Vem daí o significado especial da educação nos regimes democráticos. Essa importância não decorre apenas da necessidade de ser o homem educado para as tarefas técnicas da civilização contemporânea. Democraticamente, ele precisa educar-se para ter pleno direito às suas experiências culturais, morais, científicas, para melhor sentir e honrar a origem divina de sua própria pessoa.

Por isto mesmo, nada me pro-

(Conclui na 7.ª pag.)

Panorama

A Aliança do Povo Arrasta as Cúpulas

Desde o início da campanha eleitoral ficou assente que as eleições para o governo da Guanabara não o barômetro seguro do interesse das cúpulas possedistas e do próprio sr. Juscelino Kubitschek pela candidatura do marechal Lott. E assim foi por várias razões. O Rio de Janeiro continua sendo de fato o centro político do país, apesar da mudança da Capital. O novo Estado se inclui entre os maiores da União em importância econômica e, mesmo, em população. Além disso, há uma vasta conspiração financeira e política em marcha, com o objetivo de colocar no governo da Guanabara, por trás de Lacerda, as forças mais entreguistas e mais reacionárias do país — as mesmas forças que fizeram o 24 de agosto e que tentaram impedir, pelo golpe, a posse do atual governo.

Tudo isso são razões mais do que suficientes para que o sr. Kubitschek e as cúpulas possedistas tenham grande interesse pelas eleições na Guanabara. Tal, entretanto, não se deu. Ou, por outra, deu-se, mas por vias transversas. A princípio, tentaram adiar e perturbar enquanto possível a escolha do candidato de união do PSD e do PTB. Depois, quando não foi mais possível o adiamento, os trabalhistas se viram obrigados a endossar a candidatura Sérgio Magalhães, que já estava nas ruas, lançaram a candidatura divisionista de Mendes de Moraes. Fizemos com o claro objetivo de favorecer os esquemas continuistas, através da criação e do estímulo da aliança representada por Lacerda.

Muitos já afirmam, entretanto, que o continuismo é coisa do passado. E, de fato, nas últimas semanas, houve diversos indícios nesse sentido. A direção possedista e, pessoalmente, o sr. Kubitschek têm repetido manifestações de integração na campanha dos candidatos nacionalistas. O sr. Kubitschek fez reiteradas declarações públicas de apoio a Lott-Jango. Dias atrás, para o almoço oferecido ao marechal Lott na revista "Manchete", enviou o seu chefe da Casa Civil, sr. Oswaldo Peixoto, como seu representante oficial, para transmitir o seu recado de que está pronto para arregaçar as mangas em favor de Lott e Jango. Deu, aliás, uma prova concreta, fazendo cessar, na semana passada, a subvenção oficial ao jogo político janiista que um dos líderes do PR baiano, sr. Manoel Novaes, vinha desempenhando. E agora anuncia, para o dia 9, novo pronunciamento em favor de Lott, em Belo Horizonte, bem como uma excursão eleitoral com o próprio candidato nacionalista a São Paulo, dia 13.

A verdade, contudo, é que, por trás da porta, o sr. Kubitschek e seu governo vêm tomando medidas e atitudes inteiramente contrárias a essa posição oficial de simpatia por Lott. Ainda agora deu cerca de 500 milhões de cruzeiros ao governador Juracy Magalhães, a título de indenização devida pelo governo federal; o menos que se pode esperar é que esse dinheiro vá reforçar a já milionária campanha janiista na Bahia. Dias atrás, deixou-se fotografar com honraria ao lado de Jânio, no Palácio Alvorada, para que o candidato entreguista — convencido do fracasso de sua campanha opositorista — pudesse utilizá-lo em sua propaganda eleitoral. O que é mais significativo, no entanto, é que o sr. Kubitschek ainda nada fez de efetivo para desfazer o seu mal feito na Guanabara, forçando a retirada da candidatura artificial e divisionista de Mendes de Moraes.

Ninguém de bom senso acreditará que o sr. Kubitschek não poderá, se quiser, reduzir a intransigência do sr. Augusto do Amaral Peixoto como partidário da candidatura Mendes. O diretor da Caixa Econômica é, antes de tudo, juscelinista e tem razões bastante para ceder aos seus mínimos desejos. O mesmo se pode dizer da candidatura Tenório, cujo titular tem notórios vínculos de dependência em relação ao Presidente da República, sobretudo porque é este o líder natural da maioria na Câmara, que aprova ou rejeita os pedidos de licença para processar deputados acusados de crimes. E são estes homens — Tenório e Augusto do Amaral Peixoto — os grandes e quase únicos responsáveis pela manutenção das duas candidaturas divisionistas na Guanabara. Além deles, a favor delas, só há mesmo Lacerda, que já não tem mais escrúpulos em recomendar abertamente, na televisão e em seu jornal, que os que não querem votar em mim, devem votar em Mendes de Moraes ou em Tenório, pois estes, segundo o Córvo, são homens de bem.

Mas o povo carioca já encontrou o seu caminho para forçar a mudança ou derrubar essa atitude dúbia e paralisante das cúpulas situacionistas. Da mesma forma como os trabalhadores e o povo brasileiro estão levando o rolão às cúpulas partidárias, no rumo da candidatura Lott o povo carioca força pela base a união das forças nacionalistas e democratas, em torno de Sérgio Magalhães. E a aliança popular contra a reação e o entreguismo de Lacerda e de Jânio arrastará as cúpulas, ou vencerá sem elas. O que só é pior para elas.

Renato Guimarães

Fora de Rumo

Paulo Motta Lima

No Congo, Patrice Lumumba, reagindo ao golpe do presidente José Kasavubu, recusou-se a aceitar sua renúncia e declarou no rádio que não havia mais chefe de Estado no país e sim um governo popular. Minutos antes, agências telegráficas europeias, através de seus correspondentes na África, haviam anunciado a fuga de Lumumba, num automóvel preto, para Moscou...

Kasavubu, esse Café Filho ou Carlos Luz congolês, que também parece ter levado a pior no 11 de novembro de Leopoldville, é, ao que informam os correspondentes estrangeiros, homem da elite congolês, preparado para a função governamental pelos brtgas.

Há uma tradição imperialista que vem sendo posta em prática na África: os imperialistas ocupam e exploram os países coloniais, sob pretexto de conduzi-los pelo caminho do progresso e da civilização.

Curiosa forma de progresso, em que os nativos são reduzidos à miséria, à doença e ao analfabetismo!

Ao mesmo tempo a burguesia europeia e norte-americana assume posição bastante curiosa, na prática do colonialismo: renega os princípios por ela própria sustentados em suas antigas lutas contra o feudalismo, pois na verdade os burgueses colonialistas hoje em dia, são inimigos da democracia e da independência nacional, que constituem objetivos das lutas de libertação dos povos africanos. E como hoje é impossível impedir a marcha vitoriosa dos povos africanos que se libertam, os colonialistas, revelando um grau de inteligência assemelhado ao do almirante Pena Botto, passam a gritar que é preciso salvar a África do comunismo.

No Congo, a luta encabeçada por Lumumba não pode ser estranha aos democratas brasileiros,

brancos, caboclos, pretos ou mulatos. A luta de Lumumba, embora numa etapa muito mais avançada, não deixa de ser um prolongamento de outras lutas, que ilustram nossa história. O que estamos vendo em Leopoldville não deixa de constituir um prolongamento das revoltas de nossas senzalas, da epopéia dos Palmares e também de nossa campanha abolicionista. Nus e outros episódios é constante a posição do negro querendo libertar-se da opressão feudal ou colonialista dos brancos. Nus e outras epopéias os preconceitos raciais desempenham o mesmo papel. E ainda agora, nos Estados Unidos, o preconceito racial, levado aos limites da insensatez, também é utilizado na exploração capitalista do trabalho dos negros.

A posição do Brasil no caso do Congo Belga, corretamente, só pode ser a de solidariedade a Lumumba.

Um Grande Ato Público o Encerramento da Convenção Dos Comunistas

As 19 horas (6 de setembro) o amplo salão do 9º andar da ABI estava com suas poltronas literalmente ocupadas. As cadeiras colocadas na parte vazia do salão ficaram vagas por poucos minutos. As 20 horas — hora marcada para o início da sessão de encerramento dos trabalhos da convenção dos comunistas brasileiros — uma pequena multidão se comprimia em pé, transbordando para o hall dos elevadores.

As 21 horas, Carlos Marighella declarou aberta a sessão e chamou para a mesa os dirigentes sindicais Giovanni Romita, dos gráficos, Adalberto Rodrigues, dos alfaiates, Plínio Alves, representante dos sapateiros, Valdemiro Luís da Silva, do Sindicato dos Trabalhadores dos Moinhos e Massas Alimentícias, Armando Maia, dos têxteis, além de outros líderes operários; personalidades, entre as quais o dr. Abel Chermont, o advogado Sival Palmeira, a sra. Elsa Soares Ribeiro, do Partido Trabalhista Brasileiro, os deputados Lycio Hauer e Fernando Santana; representantes comunistas de todos os Estados, de Brasília e do Território do Amapá; dois fundadores do Partido Comunista, Astrojildo Pereira e Hermogênio Fernandes; o sr. Jaime Wallace, representante do Partido Socialista Brasileiro; o sr. Anibal Fernandes, representante do diretório regional da PTB da São Paulo, portador de uma mensagem do sr. Frota Moreira, recebida com aplausos.

O primeiro orador, em nome dos delegados à convenção foi Roberto Margonari. O tema central de seu discurso foi a legalidade do Partido Comunista, como imperativo da vida democrática do País, representando, como representa, uma ponderável parcela dos trabalhadores e do povo. Salienta que, na prática, a convenção teve lugar na legalidade. Existe, portanto, todo um ambiente favorável à legalidade. Por que não formalizá-la através do registro eleitoral do Partido Comunista, a fim de que ele possa concorrer diretamente às eleições, levar às urnas a sua própria legenda?

As palavras do orador pela legalidade do Partido Comunista foram recebidas com calorosos aplausos.

Saudação dos líderes sindicais

Em nome dos dirigentes sindicais

falou o sr. Giovanni Romita. Disse de sua grande satisfação por estar participando de uma reunião que marcará época na vida política do País — a solenidade de encerramento da convenção dos comunistas. Os dirigentes sindicais — acrescentou — não fazem distinção de credos políticos ou religiosos quando se trata de defender a unidade dos trabalhadores. Não admitem, por isso, restrições à existência legal do Partido Comunista, que representa uma considerável parcela da classe operária. O PC é um fator de unidade, como estão demonstrando os comunistas na sua atuação atual em favor das candidaturas nacionalistas de Lott, Jango e Sérgio Magalhães. Transmitem finalmente as saudações dos líderes sindicais e votos para que a convenção atinja suas finalidades.

O sr. Jaime Wallace, do PSB, pronunciou-se igualmente em favor do reconhecimento da legalidade do Partido Comunista, como um dos mais valiosos e consequentes partidos políticos do Brasil. O povo brasileiro — salientou — não aceita a farsa da ilegalização do Partido Comunista, quando ele na realidade é uma força na vida política do País, como o demonstra sua capacidade de mobilização popular em favor das candidaturas do marechal Lott e do sr. João Goulart.

Legalidade jurídica do PCB

Um dos oradores mais aplaudidos foi o sr. Sival Palmeira, que, como jurista, destacou o contrasenso que é a ausência de registro eleitoral do Partido Comunista, a impossibilidade legal de muitos de seus dirigentes de candidatar-se a postos eletivos, enquanto o Partido Comunista atua nacionalmente. A convenção dos comunistas foi uma brilhante prova de que é impossível ilegalizar o pensamento, é impossível ilegalizar a história. E os comunistas representam o pensamento de progresso na história contemporânea. À medida que o Brasil cresce, cresce a força e a influência dos trabalhadores. Estou certo — acrescentou Sival Palmeira — que desta convenção sairá o Partido Comunista legal. Só pode haver autêntica democracia com a legalidade do Partido da classe mais numerosa, da que mais cresce, da classe

que constrói a grandeza da Nação. Além disso, há no Brasil uma consciência nova de democracia, não a democracia para forças minoritárias, mas a democracia para o povo, para os trabalhadores.

Em nome dos camponeses

Um dos oradores mais aplaudidos foi o camponês Manuel Nunes Araújo, representante das ligas camponesas de Pernambuco. Em sua linguagem simples, mas de notável expressão, disse Araújo que as ligas camponesas pernambucanas estão realizando um grande sonho dos trabalhadores: a unidade na prática entre os camponeses e a classe operária das cidades. Fêz votos para que isto se concretize nacionalmente. E que, com a vitória das forças nacionalistas a 3 de outubro, elegendo Lott e Jango, criem-se condições de legalidade democrática que permitam a existência legal do Partido Comunista.

Falaram ainda a Sra. Elsa Ribeiro, os srs. Abel Chermont e Lycio Hauer.

Discursava, o sr. Chermont, quando entrou na sala Luiz Carlos Prestes, que acabara de participar de um comício pró Lott-Jango em Niterói. O líder comunista recebeu estrondosa ovação de toda a assistência.

Prestes foi o último orador da solenidade. Referiu-se à importância da convenção, no qual foram amplamente discutidos os principais problemas da atualidade brasileira. Antes de tudo — afirmou Prestes — para assegurar

o bem-estar do povo brasileiro, é necessário expulsar o explorador norte-americano. Além disso, é cada dia mais urgente a reforma agrária que beneficie os milhões de habitantes do campo no Brasil que vivem na miséria. Luta contra o imperialismo, acrescentou, já não é tarefa exclusiva dos comunistas, como já não o é tampouco a luta pela reforma agrária. Mas tanto o combate ao explorador imperialista, como a luta pela reforma agrária exigem antes e acima de tudo a união do povo brasileiro. Esta união deve ser efetuada pondo à margem todas as divergências políticas ou ideológicas. Não distinguimos, nesta luta, senão patriotas e entreguistas (calorosos aplausos). Necessitamos também — prosseguiu Prestes — eleger um governo que realize uma política exterior concorde com os interesses nacionais, e não a política exterior desse laço do imperialismo que é Horácio Lafer. Uma política de amizade com os Estados Unidos, mas em pé de igualdade, e não de submissão. Uma política de amizade também com a grande União Soviética (aplausos).

Prestes referiu-se por fim à necessidade de conquistar a legalidade para o Partido Comunista. Destacou a importância das eleições de 3 de outubro, quando o povo brasileiro poderá assegurar a derrota esmagadora do entreguismo, elegendo Lott e Jango.

Leu em seguida um Manifesto eleitoral, dirigido aos trabalhadores, aos patriotas e democratas, o qual vai reproduzido em outro local desta edição.



Prestes abraça o líder camponês

Um momento de grande entusiasmo na convenção dos comunistas, a 6 de setembro, na ABI, foi o discurso do representante das ligas camponesas de Pernambuco, Araújo.

Aberta as Portas da China Aos Visitantes do Brasil

Uma delegação de jornalistas chineses acaba de percorrer vários países da América Latina, inclusive o Brasil. A delegação veio a nosso país a convite da Federação Nacional de Jornalistas Profissionais. É ela composta pelo vice-presidente da Associação Nacional de Jornalistas da República Popular da China, Chu Mu-chi, que é também vice-diretor da agência noticiosa Nova China (Sinhua) e deputado à Assembléia Nacional Chinesa; Seo Tsung-han, membro do conselho diretor da Associação Nacional de Jornalistas e diretor de uma revista de assuntos internacionais; e Sui-chi, redator do famoso diário «Jeminjiao», de Pequim. Acompanha-os o jornalista e intérprete Huan Chi-kang.

Durante sua permanência no Brasil a delegação chinesa esteve no Rio, em São Paulo, Belo-Horizonte e Brasília.

Aproveitemos sua passagem por esta cidade para que os membros da delegação tivessem a oportunidade de

transmitir aos brasileiros suas impressões de viagem.

Brasileiros e chineses: mesmas aspirações

— A impressão mais grata que tivemos — respondeu o chefe da delegação — foi a profunda amizade demonstrada pelo povo brasileiro para com o povo chinês. Observamos com satisfação que ambos os povos, tanto o brasileiro como o chinês, alimentam os mesmos anseios e as mesmas aspirações e travam a mesma luta pela construção de sua Pátria, por uma vida feliz e pela obtenção da paz universal. Esta identidade de anseios constituiu uma base sólida de amizade. Por isso mesmo partilhámos a convicção dos nossos amigos brasileiros de que a longa distância que nos separa ou a diferença de regimes sociais não impedem o desenvolvimento de relações amistosas entre nossos povos. Estamos cada vez mais convencidos de que as

relações amistosas, tanto no terreno cultural, como no econômico e político, têm amplas perspectivas para seu desenvolvimento.

— Que pode dizer-nos sobre as transformações operadas na China durante os últimos anos? — perguntamos ao chefe da delegação.

— Nos últimos cinco anos e pouco o povo chinês alcançou enormes êxitos na construção de seu país. No entanto, o desaparecimento definitivo da pobreza e do atraso em nosso país e a transformação da China em uma potência industrial moderna, com uma agricultura adiantada, uma ciência e cultura realmente de vanguarda, tudo isto exige tempo. Em primeiro lugar, o povo chinês necessita de paz em plano internacional para poder realizar a construção do socialismo. É por isso que o governo chinês aplica consequentemente uma política exterior de paz e luta contra a política agressiva e guerreira dos imperialistas. O governo de meu país é favorável ao desarmamento, à cessação das experiências com armas atômicas e nucleares e sua completa interdição. Tem proposto igualmente, reiteradas vezes, que os países, asiáticos e do Pacífico conclamem um pacto de paz e de não-agressão. É favorável também à solução dos litígios internacionais por meio de negociações.

— Que passos concretos têm sido dados neste sentido?

— O governo chinês — responde nosso entrevistado — tem levado à prática os cinco princípios da coexistência pacífica e se tem manifestado pela coexistência pacífica entre países com diferente regime social. No entanto, por sua própria experiência, o povo chinês compreende que não se pode conseguir a paz apenas esperando-a ou mendigando-a. Por sua própria natureza, o imperialismo é agressivo e está sempre disposto a fazer a guerra. Por isso, devemos manter uma elevada vigilância ante os imperialistas, sem alimentar qualquer ilusão irreal para com eles.

É possível impedir a guerra

— Mas, indagamos, qual a sua opinião sobre a situação internacional contemporânea?

— A atual situação internacional é muito favorável. Desde que os países e os povos de todo o mundo estejam unidos, desde que desmascarem incessantemente a política agressiva dos imperialistas e lutem de maneira decidida pela paz, uma nova conflagração mundial pode ser adiada e conjurada.

Relações Brasil-China

A uma observação nossa de que existe no Brasil grande interesse pelas enormes transformações por que está passando a China, o nosso entrevistado observou:

— Vemos com satisfação que durante os últimos anos se intensificou o intercâmbio de visitas entre os povos

chinês e brasileiro. Este intercâmbio pode ser multiplicado e contribuir para uma melhor compreensão mútua e para reforçar a amizade entre a China e o Brasil. O povo chinês acolhe calorosamente os amigos dos diferentes setores do povo brasileiro que visitam a China. As portas de nosso país estão abertas de par em par a todos vocês. Somos de opinião que nenhuma força no mundo é capaz de impedir o aumento do intercâmbio e o desenvolvimento das relações de amizade entre os povos. E isto é de grande importância para cada povo. Um verso de antiga poesia chinesa diz: «propaga-se por todo o jardim um ambiente de primavera». Os anseios dos povos pelo intercâmbio de visitas, pela compreensão recíproca, pelo desabrochar das flores primaveris, será uma realidade na Ásia, como na África, na América Latina, em todo o mundo.

O jornalista chinês assim concluiu suas declarações ao nosso companheiro:

— Fazemos os mais ardentes votos pela prosperidade e a felicidade do povo brasileiro, pelo desenvolvimento incessante da amizade entre os povos chinês e brasileiro e pela paz mundial. Estamos plenamente satisfeitos com o resultado de nossa visita ao Brasil. Vimos que o povo brasileiro é um povo laborioso, inteligente e valeroso. Admiramos grandemente a luta sustentada pelo povo brasileiro pela manutenção de sua independência nacional, pelo desenvolvimento de sua economia e pelo progresso social. Estamos certos de que o povo brasileiro, sem dúvida alguma, fará com suas próprias mãos de seu País uma nação grande e próspera. Não lhe faltam, para isso, terras férteis e abundantes recursos naturais.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAQUARA

Vereadores Unânicos: PCB Deve ser Legal

A Câmara Municipal de Araraquara (SP) em uma de suas últimas sessões, por unanimidade, pediu a volta do Partido Comunista do Brasil à legalidade. O pronunciamento do Legislativo araraquarense ocorreu em razão de um requerimento apresentado pelo vereador Célio Biller Teixeira, e, como decorrência, já foram encaminhados ao Senado, à Câmara dos Deputados e à Assembléia Legislativa de São Paulo apelos no sentido de que favoreçam por todos os meios aquela reivindicação democrática.

O vereador Célio Biller Teixeira, em seu requerimento, apresentou vários argumentos em defesa de seu pon-

to de vista sobre a questão, assinalando que, pelos mesmos motivos, o movimento pela volta do PCB à legalidade ganha terreno em todo o País. Destacou, então, o memorável ato público recentemente realizado no recinto da Assembléia Legislativa de Pernambuco, a que se associaram numerosos parlamentares daquele Estado, bem como outros pronunciamentos de câmaras municipais de quase todas as unidades da Federação, além de inúmeras manifestações de personalidades de diversos partidos políticos.

A Câmara de Vereadores de Araraquara é a oitava de São Paulo que toma essa posição.

Carta do Sertão

Favela do «canta galos», 6 de setembro corrente. Seu doutô Carro Lacerda: nutiu de nossa gente.

Mecê teve cá no morro, nessa semana passada. Premeteu luz, hospitá, vai tombê inargurá, pra se subi, u'a iscada.

Ontonte Mané Tripêro brigô cum Zé Parafina, praquê sôbe qui o négo dixê pra Pêdo Buzina qui lá no seu govêrno matá poico na picina.

O doutô faz a picina para gente se banhá, se arguem pur disaforo fô a merma imporcalá é astuca de már fé. Seja minino ou mulé o cadave fica lá!

Pra mecê ganhá os voto, inda tem um pão-de-bico! Percisa isprica pra nós coma foi qui ficô rico.

Mecê foi, há pôco tempo jornalista de «Correio». Pobezim de fazê pena... seu dinhéro, donde veio?

Doutô Serjo Magalhães foi duas vez Diputado. Confirmô sua nobreza: continua na pobreza vivendo do ordenado.

Nós percisamo sabê, pra se dizê a verdade. Se a iscada do morro é im todo ou na metade, se é coma nós diseja muvida a litridade.

Dessa gente qui lh'uviu, só tem dois qui sabe lê: eu e Tumê da Biroca qui há canso de dizê: — Lacerda é contra o país! É foi um dos infiliz qui fez Getulho morré.

Li contêi toda a verdade nessa carta qui li faço. Viva Lote e João Gulá! Manezin dos Anastaço.



Fala espanhol

Huan Chi-kang, o jovem jornalista de óculos, ao lado de Chu Mu-chi, chefe da delegação de jornalistas chineses, na foto, fala correntemente o espanhol, razão por que serviu de intérprete

NOVOS RUMOS

Diretor — Mário Alves
Gerente — Guttemberg Cavalcanti
Redator-chefe — Orlando Bomfim Jr.

Secretário — Fragnon Borges

REDATORES
Rui Façó, Paulo Mota Lima,
Marta da Graça, Luis Guillardini.

Redação: Av. Rio Branco, 257, 17º andar, S/1712 — Tel: 42-7344
Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9º andar S/905

SUCURSAL DE S. PAULO
Rua José Bonifácio, 29 — 10º andar — S/ 103
Tel: 37-52 64
Endereço telegráfico — «NOVOSRUMOS»

ASSINATURAS

Anual Cr\$ 250,00
Semestral > 130,00
Trimestral > 70,00

Aérea anual, mais Cr\$ 100,00; semestral, Cr\$ 50,00; trimestral, Cr\$ 30,00.

Número avulso Cr\$ 5,00
Número atrasado > 8,00

Notas Sobre Livros

Retomo o assunto Machado de Assis, a que me referia na última nota que publiquei aqui antes de adoeecer. Eu registrava o fato, altamente significativo, de se multiplicarem, de ano para ano, as edições das obras do grande escritor, sinal evidente de que novas e novas camadas de leitores são ganhas por seus livros.

Em continuação, eu pretendia registrar o aparecimento, em fins de junho, do primeiro volume — Memórias Póstumas de Brás Cubas — da obra machadiana preparada pela Comissão Machado de Assis instituída pelo Governo em 1958, por ocasião do cinqüentenário da morte do romancista. E' o que faço, por hoje, com o propósito de ressaltar a importância do acontecimento, pois trata-se de fato de um acontecimento literário e científico da mais alta envergadura.

O plano traçado pela Comissão Machado de Assis — que se compõe de filólogos, críticos e historiadores — prevê a edição crítica de toda a obra de Machado de Assis, abrangendo mais de quarenta volumes. E' tarefa para alguns anos, sendo que ao Brás Cubas seguir-se-ão ainda este ano uns três volumes mais. A Comissão trabalha em equipe, designando subcomissões, especializadas, e realizando de tal modo uma racional conjugação de esforços, que visam sobretudo ao estabelecimento do texto da obra, fixado em sua autenticidade, de acordo com os modernos métodos científicos. Demais disso, que é o principal, cada volume conterá o necessário aparato crítico — prefácio, cronologia bibliográfica do autor, bibliografia completa do volume (suas edições, traduções e estudos referentes ao mesmo), minuciosa introdução crítico-filológica, notas explicativas ao pé de página, e ainda ilustrações fora do texto. Trabalho completo, exaustivo, como nunca se tentou entre nós.

Pela amostra que nos é oferecida pela publicação deste primeiro volume da coleção, realizada pelo Instituto Nacional do Livro, podemos desde já avaliar o que será essa edição crítica da obra machadiana — verdadeiro monumento da cultura nacional brasileira.

Devo ainda registrar o aparecimento de dois novos livros sobre Machado de Assis: o de Afrânio Coutinho — Machado de Assis, na Literatura Brasileira, e o de Moysés Vellinho — Machado de Assis: Histórias Mal Contadas e outros Assuntos. O livro de Afrânio Coutinho constitui uma síntese do estado atual da crítica machadiana, acrescentando-lhe o autor alguns elementos novos de discussão. E' um pequeno volume substancioso, indispensável não só como orientação para o estudo de Machado de Assis mas também como útil contribuição ao estudo da história da crítica literária brasileira, tão largamente preocupada com a obra de Machado. O volume de Moysés Vellinho, ensaísta gaúcho, é constituído de quatro ensaios, elaborados com o senso fino e discreto que é característico do autor, machadiano de primeira água.

São dois livros editados pela Livraria São José, que já anuncia para breve novos volumes sobre o inesgotável filão de ouro da nossa literatura: Machado de Assis que Eu Conheci, recordações da senhora Francisca de Basto Cordeiro, que ainda menina privou da intimidade do casal Machado-Carolina; e O Negro na Vida e na Obra de Machado de Assis, pesquisa do Prof. J. Galante de Sousa. Além desses, o editor Carlos Ribeiro, também é membro apaixonado do clã machadiano, anuncia a reedição de livros de alguns dos mais ilustres estudiosos do assunto — Alcides Maya, Mário Matos, Barreto Filho, Mário Casasanta.

Que ninguém tenha dúvidas — o brilho do Cosme Velho vai render ainda muito.

Astridino Pereira

Certas Meninas

Não são uma nem duas; são centenas e centenas. Nasceram no interior onde a vida é curta em dinheiro, sem possibilidades de emprêgo, com uma bruta vontade de conhecer cidades grandes, e ter pelo menos um laço de fita para os cabelos, isso sem falar no salto alto, sonho de todas as mocinhas e no namorado, sonho maior das jovens. Ou um dia se enchem de coragem e vêm para o Rio, sózinhas, ou se empregam com famílias em trânsito, pelas suas cidades, com pessoas que estão viajando, mas que um dia, com elas, ancorarão na cidade grande.

Nessas crianças o desejo é inteiramente compreensivo. E' tão bom conhecer o mundo, ser alguém, ver novas paisagens. Mas não é, de nenhum modo, naqueles que as adotam, igual o sentimento de bondade e de ternura. São pessoas que marcam a vida dividindo-a em senhores e escravos. Senhores eles; escravos os que para eles trabalham. E agem assim. Voltam ao rio e aos castigos corporais, acham que podem matar de pancada uma mocinha apenas porque ela não tem família ou abandonou a sua tornando-se escrava voluntariamente.

Uma menina de quinze anos jogou-se de um décimo-primeiro andar para fugir aos espancamentos do "patrão", da "patroa". Chamava-se Maria Lúcia, tinha só quinze anos, mas para servir, trabalhar nos mais duros trabalhos, para ter que obedecer às ordens mais vis, seus quinze anos se tornavam quinhentos! A ela era principalmente negado o direito de ter idade, de ser menina.

A história apareceu nos jornais; vai morrer, com certeza como nasceu. Ninguém defenderá Maria Lúcia morta; o homem e a mulher que a mataram, continuarão fagueiros e felizes pela vida afora. Arranjarão outra Maria Lúcia em quem baterão muito, espancarão sempre, porque há pessoas que nasceram para senhores e escravos.

Val ser aberto Inquérito, dizem os jornais. Há inclusive um fato que qualquer delegadozinho podia amarrar: o casal que matou a menina obrigando-a pela dor e a desgraça a jogar-se de um décimo primeiro andar, trouxe-a do interior, sem saber sequer quem era sua mãe, sem licença de ninguém. Justamente: roubaram a menina. Não é um crime previsto pelo Código Penal?

Isso acontece no Estado da Guanabara, neste século XX, neste momento em que o mundo todo os humilhados falam grosso, cansados de serem explorados, humilhados. Isso acontece ainda neste país onde se fala muito em Princesa Isabel, em libertação dos escravos, etc.

Por quê aconteceu isso? Por quê? Porque não há leis protetoras da criança, porque os problemas da criança são desprezados e nunca tratados. Quando o casal de patrões queria apavorar Maria Lúcia dizia que a mandá-la para o SAM, para o SAM!

Maria Lúcia morreu; outras, muitas outras existem e pesando sobre elas a mesma ameaça: o SAM. Quando lhe coisas assim tenho vontade de sair para a rua gritando, protestando, clamando.

Maria Lúcia, meninazinha de quinze anos sem direito a nada, sem família, sem ternura, sem amor: deixe esta crônica ficar como uma florzinha sobre o seu cadáver de menina tão desgraçada.

Enclido

Tópicos Típicos

Em «Ligeiras Reflexões sobre Graves Equívocos», o Zé Carlos Barbosa Moreira (DIÁRIO DE NOTÍCIAS) insiste em justificar as posições, esboçadas do Centro D. Vital. E ampara-se — imagine em quem: «Gostaria de recomendar a releitura da luminosa série de artigos publicada há tempos por Gustavo Corção... Compreendem-se, pois, tão graves equívocos em reflexões tão ligeiras».

Repugnou-nos profundamente a mesquinhez com que o Pongetti, no O GLOBO, do domingo, procurou atingir Fidel Castro num dos pontos em que o patriota cubano é mais inatingível, a saber: sua masculinidade. Ocorreu-nos a idéia de que a baixeza do venerando escriba seja explicável por alguma frustração pessoal. No mínimo, quando Fidel esteve aqui, Pongetti pediu um beijo e ele não deu — e agora fala dizendo que o barbudo não é viril. E' a velha história: as uvas estão verdes...

No O ESTADO DE SÃO PAULO do último dia 3, um certo Pinto de Carvalho comenta o livro «Perspectives de l'Homme» de Roger Garaudy, demonstrando uma indignação intelectual digna da maior consideração. Por força mesmo da sua condição de pinto (e, ainda mais, de pinto de carvalho), o sujeito só podia descer, como confessou, de um diálogo entre marxistas e católicos, e acusar o marxista de detentor exclusivo da verdade e de não tolerar que ninguém pense de modo diferente do seu. E o interessante é que o livro criticado — justamente obra de um marxista — é todo ele um desconjuntado e honestíssimo esforço para registrar os elementos de um diálogo entre as diferentes correntes de pensamento preponderantes no mundo de hoje e, assim, contribuir para a fecundação mútua das pesquisas (pág. 347). Onde se conclui que a ignorância do Pinto de Carvalho encerra muita má-fé e vai acabar por promovê-lo a Galinha de Jacarandá.

Raquel de Queiroz, na O CRUZEIRO de 10-9, faz uma transcendental descoberta, que por certo influenciará muita o processo eleitoral: «Para constituinte, cada eleitor só pode votar num único candidato».

No CORREIO DA MANHÃ de 3-9, Moniz Vianna refere-se a filmes marxistas norte-americanos que teriam precedido Hiroshima Mon Amour. E' provável que ele esteja pensando no filme triplamente marxista «Uma Noite na Ópera», com Groucho, Harpo e Chico Marx.

Recuperado de um derrame cerebral, voltou Assis Chateaubriand no O JORNAL com um artigo em que chama Fidel Castro de «criminoso vulgar». Como se vê, a melhor fase do Chatô foi a do derrame.

Recebemos de V. M. uma carta em que este leitor mineiro demonstra compreender claramente o sentido do nosso trabalho, sentido, aliás, consubstanciado, na frase de Jules Renard: «Não é necessário destruir, mas sim atacar sempre para que os outros se comportem bem».

Pedro Severino

SIMONE DE BEAUVOIR E A EMANCIPAÇÃO DA MULHER

Simone de Beauvoir não é uma líder feminista, mas uma mulher profundamente preocupada com os problemas sociais e políticos de sua época. Acredita que o caminho para elevar a mulher à posição de elemento ativo e consciente da sociedade é longo e difícil. Essa conquista só será possível com uma luta dos homens e das mulheres por um mundo mais justo, mais organizado e que aproveite todas as forças humanas atualmente desperdiçadas, principalmente as mulheres.

Ninguém melhor do que Simone para falar sobre a situação da mulher no mundo atual. Autora de vários romances, críticas e ensaios, tem uma obra famosa — o «Segundo Sexo» — especialmente dedicada a esse problema. Neste livro como nas conferências e entrevistas

que faz, ela afirma que a condição de dependência e de passividade da mulher no mundo inteiro tem razões históricas.

«Desde tempos imemoriais — diz Simone — a menor força física da mulher (2/3 da do homem) fez com que ocupasse uma posição menos importante na produção da sociedade e, por isso mesmo, um posto subalterno em relação ao homem. Na verdade, até na época da matrilidade, era o homem que comandava ou executava as tarefas primordiais para a subsistência.

«Com o passar dos séculos, outros interesses masculinos na submissão da mulher entraram em jogo, relegando-a ao papel de objeto reprodutor apenas. Assim, à semelhança do que ocorre no racismo, foram criados vários preconceitos

para justificar uma situação de exploração e predomínio. Depois, buscarem-se argumentos de ordem biológica, fisiológica e psíquica, que são falsos», afirma Simone.

Nos tempos atuais

«Hoje em dia, a industrialização forçou uma igualdade real no trabalho que, no regime capitalista, permitiu apenas que a mulher fosse tão explorada quanto o homem — continua Simone. Porém, na maioria dos países, o número de mulheres que trabalha ainda é muito limitado. Na França, por exemplo, apenas 40% das mulheres trabalha, enquanto entre os homens, 90% o faz. Isso quanto a receber salário, porque as que ficam em casa trabalham tanto ou mais que as outras».

Perguntamos se teria melhorado a situação da mulher nos dias atuais:

«Na verdade, a situação da mulher nunca foi tão difícil como agora. As que trabalham fora fazem serviço de homem mas, em geral, não são remuneradas à altura. Poucas têm cargos importantes ou de chefia. Essa desigualdade na profissão começa desde os estudos; os pais hesitam em sacrificar-se para pagá-los e dão preferência aos irmãos. Se a jovem insiste, procuram encaminhá-la para profissões menos especializadas: ser enfermeira e não médica, aprender decoração em vez de arquitetura, etc. Uma vez casada, sendo pequeno seu salário, o homem continua responsável pela manutenção e direção da economia. Além disso, o marido e os filhos prefeririam que ela ficasse em casa, o que constitui um estímulo constante para que ela desista de trabalhar. Para a mulher que fica em casa, a situação não é melhor. O trabalho caseiro é cansativo, indefinido e mal pago. O marido aos poucos se acostuma a ver na esposa uma servente dedicada. Os filhos, por sua vez, aos 18-20 vão-se embora, deixando a mãe, que concentrava nelas a maior parte de sua vida, sem objetivos, frustrada».

Sobre a solução do problema, Simone tece algumas considerações:

«Todos os problemas da mulher são, portanto, concretos e é sob esse ponto de vista que é preciso encará-los e resolvê-los. Nós continuamos a viver num mundo feito pelos homens, regulado e administrado por eles. Mas os homens também estão, na maioria dos países, subjugados a um regime de produção injusto, explorados e alienados. A resolução dos problemas sociais e econômicos, a ocupação plena de todas as forças sociais e, para a mulher, a satisfação de algumas necessidades específicas, como o parto sem dor, creches, escolas, etc., permitirá a verdadeira igualdade de direitos e de oportunidades».

Nos países socialistas

A uma pergunta nossa de se tinha alguma coisa a acrescentar em vista da situação da mulher nos países socialistas, em que a transformação social profunda tende para essa solução, Simone de Beauvoir respondeu:

«Também nos países socialistas, o mundo ainda é feito pelos homens. Mas já há bastante avanço no sentido de melhores condições para a vida da mulher, que participa em quase todos os ramos da produção. Ainda assim, os grandes políticos, cientistas, etc. são na maioria homens. Na China, onde a condição da mulher era uma das piores do mundo, a evolução é mais lenta; talvez tenha chegado a igualar o nível de igualdade civil e política dos países capitalistas mais avançados. No campo isso se processa com mais dificuldade. Nos grandes centros porém, principalmente entre estudantes e intelectuais, a Revolução e a ausência de uma moral individualista, posição comum entre aqueles que tiveram algum contato com a filosofia confucionista, permitiram uma evolução surpreendente da mulher em todos os setores da vida».

Simone de Beauvoir despediu-se de nós avisando que em breve deverá publicar um livro de memórias que, sob o título «A force de l'age», falará de sua vida a partir dos vinte anos até agora.

História da Idade Média

Lançada recentemente, está obtendo merecido sucesso a tradução da História da Idade Média, de autoria do especialista soviético E. A. Kosminsky. Trata-se de uma boa interpretação marxista de um dos mais discutidos períodos da história. O autor destaca, naturalmente, as causas profundas dos acontecimentos, sobretudo as causas econômicas, bem como os demais fatores das decorrentes e que por sua vez influenciaram sobre elas. Vemos então, com a máxima clareza, o papel das massas populares, das insurreições camponesas, do poder dos reis, dos Estados em formação. O autor deu o merecido destaque à atuação da Igreja de Roma durante toda a Idade Média, atuação em geral deturpada ou contornada nos manuais didáticos adotados no Brasil. Os fatos históricos como resultantes das lutas de classes — este o espírito de que está impregnado o livro. Com extraordinário poder de síntese, o autor apresenta um panorama geral da Idade Média, desde a queda do Império romano

do Ocidente e a invasão dos bárbaros até as revoluções burguesas que deram início à Idade Moderna. São amplamente utilizadas as fontes clássicas de informações e as mais recentes descobertas da ciência para esclarecimento de numerosos episódios. A linguagem é simples e acessível ao leitor comum. Mas o livro, embora destinado a estudantes, tem o notável mérito de aproveitar também aos professores.

História da Idade Média de Kosminsky poderá ser de grande utilidade para o estudante brasileiro, pois neste terreno vem suprir uma falha: oferece uma nova interpretação dos fatos históricos a alunos aos quais ainda hoje se ensinava que as Cruzadas tinham como objetivo libertar o túmulo do Cristo.

A tradução do compêndio, a cargo do professor Paschoal Lemme, e bem cuidada e a apresentação do volume (por Mauro Vinhas de Queiroz e ilustrações de Acyrino C. de Oliveira) faz jus ao valor do livro.

R. F.

DE ODUVALDO VIANA FILHO A BEATRIZ BANDEIRA, ESPECIAL PARA NR:

E' Possível Fazer Teatro Didático

O Teatro de Arena da Faculdade de Arquitetura encenou, com ótimo comparecimento de público, durante algum tempo, a peça de Oduvaldo Viana Filho: «A Mais-Valia Vai Acabar, seu Edgar». Já tivemos oportunidade de ressaltar em nossa coluna semanal, a importância e significação do fato no programa teatral.

Realmente, a tentativa de transpor para termos dramáticos, isto é, traduzir para a linguagem teatral, um tema de economia, dando ao teatro um sentido político, constituiu magnífica experiência, de resultados, sem dúvida, muito positivos.

Para nós um dos grandes méritos do trabalho de Vianinha foi esse: abrir discussão acerca de uma teoria pouco divulgada, mesmo em meios culturais em que o seu estudo seria imprescindível.

Por essas razões pareceu-nos interessante ouvir a palavra do autor. Perguntamos:

— Vianinha, você naturalmente leu os comentários de críticos especializados, em torno da peça. Qual a sua impressão?

— Bem; antes de mais nada eu penso que os críticos subestimaram a importância da minha peça. E não ajudaram em nada. Discutiram quanto a meus conhecimentos marxistas. Aceitaram ou negaram Marx, mas não quiseram ou não souberam apresentar sugestões ou contribuições que me possibilitassem melhorá-la. Para mim o importante era saber: é possível fazer-se um teatro assim didático, abordando temas tão áridos e difíceis como esse? Eu creio que sim, mesmo sabendo que essa primeira experiência não foi exatamente como deveria ter sido ou como eu gostaria que fosse. O mais necessário era ventilar o assunto, fazer com que se sentisse a necessidade de estudá-lo. Eu próprio sinto que seria preciso ter um domínio muito maior, conhecimentos muito mais profundos de Economia Política para conseguir fazer do espetáculo uma verdadeira aula acessível e agradável, divertida...

— Concordo com Você, Vianinha. A falha principal que noto em sua peça é que a preocupação de amenizar um tema pouco acessível fez com que você abusasse de recursos, digamos, didáticos, os quais em vez de simplificar dificultaram a compreensão, pelo excesso. Assim, a peça, que não tem intervalo, tem a duração de uma normal em três atos com dois intervalos. Isso a torna cansativa.

— Exato. A peça deveria durar cinquenta minutos no máximo. Em parte a direção de Francisco de Assis, preocupado como eu em amenizá-la, contribuiu para torná-la excessivamente longa. Aliás, quero que fique claro que isso aconteceu com meu consentimento, pois estive perfeitamente de acordo com a direção do Chico. Foi dado um ritmo demasiado lento ao espetáculo.

— Sem dúvida; Entretanto eu sou de parecer que essa monotonia decorre da própria peça, que deveria ser «podada». Se você a lesse cuidadosamente e fosse cortando todas as redundâncias, o emprêgo excessivo de sinônimos, as rimas em profusão, ela não apenas se tornaria mais curta, como ganharia em densidade e até em clareza.

— É claro. Mas todas essas fa-



«Mais-valia» vai voltar

Ihas aconteceram devido à permanente preocupação de amenizar o assunto. Não sei se você reparou que frequentemente os sinônimos foram empregados de maneira imprópria e jocosa.

Outro ponto muito abordado quando se fala na peça de Vianinha e mesmo das outras encenadas pelo conjunto de Arena de São Paulo é: a que espécie de público se dirige o autor? Ao público habitual de teatro — em sua maioria composto das camadas melhor remuneradas da pequena burguesia, intelectuais, artistas, estudantes? Ou um público proletário capaz de compreender melhor peças como «Gimba» e «Eles não usam black tie» de G. Guarnieri, ou «Chapatuba» e «A Mais-Valia...» de O. Viana, filho, por tratarem de problemas diretamente ligados à classe operária?

Perguntamos isso à Vianinha, e, em caso de haver a finalidade de atingir um público proletário se — realisticamente — haveria condições para isso.

— Veja; a minha peça foi escrita especial ente para esse público. Em um dos debates de nosso Seminário de Dramaturgia ficou resolvido que seriam abordados temas econômicos para serem representados em um Congresso de Jovens Trabalhadores que se realizaria ou realizou-se em janeiro do corrente. Eu escolhi a teoria da mais-valia. Não há possibilidades de operário vir ao teatro — por uma série de condições econômicas e sociais — mas é muito fácil o teatro ir até o operário. As dificuldades materiais são facilmente removíveis, principalmente em se tratando de espetáculos como esse que, praticamente, não requer cenário e pode ser levado ao ar-livre, em clubes de bairro, sindicatos.

Basta simplesmente que todos os componentes do grupo queiram tomar essa iniciativa.

Censurou-se também o excesso de palavras ou escatologias empregadas em «A Mais-Valia...» Vianinha faz um risinho brejeiro meio moleque e confessa:

— É uma crítica justa, eu abusei, não há dúvida, mas é que eu gosto realmente de empregar essas palavras, mesmo em conversa. Acho que elas têm muita força...

— O palavrão tem sua força e sua função na literatura ou no teatro sempre que contribua para caracterizar um personagem, um am-

À pesar do seu grande sucesso, a peça de Oduvaldo Viana Filho foi retirada de cartaz. Dizem que por discussões no grupo. Agora, já reorganizado o elenco, a «Mais-Valia» deverá voltar à cena.

biente, uma situação. Nem sempre foi o caso em «Mais-Valia». E então ele se torna gratuito e consequentemente artificial...

Vianinha concorda. O tempo voa e já está quase na hora do jovem casal — ele e Vera Gertel — seguir para a véspera. Fazemos nosso último comentário:

— Você não gosta que se assinale a influência de Brecht na sua peça? Você sabe que todos nós estamos sujeitos às influências de autores que mais apreciamos ou com os quais temos maiores afinidades. E no caso, quer-me parecer que tal influência só pode ser benéfica... Que acha você?

— Claro; não há razão para negar tal influência.

— Tanto mais, concluímos, que quem quer que se proponha fazer teatro social sofrerá, inevitavelmente, influência dos dois grandes do gênero: Brecht e Chaplin, não lhe parece?

Quando nos despedimos Vianinha contou que possivelmente, superadas as dificuldades do Teatro Jovem, já na próxima semana voltaria ao cartaz «A Mais-Valia Vai Acabar, seu Edgar»...

Teatro

Beatriz BANDEIRA

Ainda "Os Justos" de Camus. Leitura no Tablado

No terceiro ato Yanek cumpre a missão e é preso, enquanto que o jovem Alexis pede aos companheiros que consigam em que ele passe a atuar em outro setor, em que não sejam necessários atos de extermínio. Todos compreendem que não é o modo que o faz agir assim, pois em qualquer setor, naquela época pré-revolucionária, os ricos eram os mesmos, e sim: a repugnância que causa a qualquer pessoa sensível e humana, o ato de violência mesmo quando inevitável. O quarto ato transcorre no prisão, onde por todos os meios pretendem minar a resistência moral do prisioneiro, levando-o a denunciar os companheiros, ou a fazer declarações de arrependimento e profissão de fé religiosa. Há uma conversa com o preso que serve de carrosso e que tem sua pena diminuída, cada vez que executa um revolucionário. Há uma entrevista com a grã-duquesa que pretende comover e regenerar o preso. Há outra, com o chefe de polícia que ante a inquebrantabilidade do prisioneiro lança mão do pior: a perspectiva de execução pelos companheiros os quais acreditaram na campanha de difamação que lhe será feita na imprensa. Mas o jovem poeta confia no julgamento de seus irmãos, não se deixa vencer e aceita a morte com heróico revolucionário.

No último ato, estão de novo todos reunidos no apartamento dos conspiradores. Todos, inclusive, o jovem estudante Alexis que havia pedido para mudar de setor e resolve voltar para junto dos companheiros, para substituir Yanek, cuja coragem e enche de comovida admiração. Eles, contam os minutos, acompanhando com o pensamento os últimos passos, os últimos momentos do companheiro, do irmão, que dentro de pouco será enforcado; aquele que dentro de pouco, justamente, mais amava a vida. Stenav vai, com risco, assistir de longe, à execução e volta para contar ao companheiro, o heróico do mártir da Revolução. Há um momento terrível de contido desespero do jovem, narrador do poema. E a peça termina quando ela pede que lhe sejam entregadas as bombas, que deverão ser lançadas na próxima vez.

A peça é uma obra e resiste bravamente à tradução que não nos pareceu lá muito boa, cheia de expressões tipicamente francesas, facilmente substituíveis por equivalentes nacionais, por alguém mais versado no idioma do que o tradutor. A sonoridade esteve boa. E a leitura foi feita por todos, sem exceção de maneira magnífica e com sincera emoção. O Tablado deve pensar em montar, com urgência, essa bela e humaníssima obra de Albert Camus. Com os mesmos atores, entre os quais se destaca a voz grave, rica de sonoridade, plena de emoção de Antônio de Oliveira, aluno do Conservatório Nacional de Teatro no papel do poeta Yanek.

HIROSHIMA:

Um Filme Sobre o Amor e a Guerra

Gostamos e gostamos muito de Hiroshima, Meu Amor, o tão discutido filme de Alain Resnais. Há bastante tempo não víamos obra tão insólita, tão apaixonante, tão complexa. Antes de mais nada é preciso esclarecer que sua história tem um caráter acentuadamente humanitário e é de um lirismo fora do comum. Só o exagerado puritanismo de algumas pessoas pode exergar imoralidade onde há, ao contrário, uma exacerbada preocupação de pureza. Efetivamente, Alain Resnais nos dá imagens densas de ternura e angústia, perfeitamente de acordo com os diálogos

"Lacerda é Ladrão! Ladrão da Rua Chile!"

«Lacerda é ladrão, ladrão da rua Chile!» Esta frase, cantada em coro e com ritmo pelos estudantes da Faculdade Nacional de Direito, na pasteta que fizeram segunda-feira à noite em frente ao estúdio da TV Rio, revela o estado de espírito do povo carioca em relação a Lacerda, depois da revelação da negociata da barganha de terrenos entre a «Tribuna da Imprensa» e a Prefeitura carioca. Em poucos dias toda a cidade, que conhecia Lacerda como agente de trustes ianques e como furioso reacionário, mas conhecia mal a sua face de corrupto e negociata, aprendeu a ver a completa mentira que está por trás do suposto «moralismo» do chefe lanterneiro.

O escândalo ainda é mais gritante por ser precisamente o seu «moralismo» a arma de chantagem utilizada por Lacerda para arrancar do prefeito Sá Freire Alvim a autorização para a negociata. Lacerda comprou a conivência do Prefeito com a troca de seu terreno condenado da «Tribuna da Imprensa» por um outro, de muito maior valor, na recém-aberta Avenida Chile, oferecendo o silêncio de seu jornal para com a administração da ex-Prefeitura do Distrito Federal. E cumpriu o compromisso: durante meses, enquanto o negócio corria nos canais burocráticos da Prefeitura e na Câmara Municipal, nem Lacerda nem seu jornal caluniaram ou injuriaram uma vez sequer o Prefeito ou a Câmara; nem mesmo contaram a verdade sobre os escândalos e a corrupção que nunca faltaram à administração Sá Freire Alvim e à Câmara.

Um roubo em forma de troca

O negócio de Lacerda é vergonhoso. Pretende livrar-se do terreno e do terreno onde funciona a «Tribuna da Imprensa», que estão condenados à desapropriação, e ainda ganhar milhões, às custas dos cofres públicos. O terreno da rua do Lavradio já foi comprado por baixo preço, por Lacerda, precisamente porque assava sobre ele a ameaça da desapropriação: ele está numa área destinada, de longa data a ser completamente reurbanizada pelo governo do Estado. Agora, Lacerda pretende transformar essa condenação em título de privilégio, para justificar

a sua pretensão de que a municipalidade lhe dê em troca um outro terreno; e vai adiantar, exigindo que seja exatamente o lote 18 da Avenida, cujo valor sobe a 30 milhões de cruziros — segundo alguns técnicos, bem mais ainda — enquanto o valor do terreno e do prédio da «Tribuna da Imprensa», segundo os balanços da própria empresa responsável pelo jornal, não excede a 16 milhões.

Fazendo chantagem com o prefeito Freire Alvim, Lacerda conseguiu deste a autorização para a troca. E conseguiu mesmo que o chefe do Executivo obtivesse da Maioria na Câmara a aprovação rápida e praticamente sem discussão do monstrengo, apesar do protesto de alguns vereadores, inclusive amigos do Corvo, como Dulce Magalhães (PDC) e Ibsen Marques (PRP). E a Câmara Municipal aprovou as pressões uma lei especial, autorizando o Prefeito a concluir a negociata.

Ocorre entretanto que o ato da Câmara, em si mesmo, foi ilegal. A Lei Orgânica do Distrito Federal proíbe expressamente que os terrenos públicos sejam alienados por outra forma que não a venda em concorrência pública, realizada segundo todos os regras de praxe. (Art. 45). Também a Lei da SURSAN, que administra a área da rua Chile, proíbe a operação de troca. (Art. 15). Todos os proprietários, cujos imóveis foram atingidos pelos planos de urbanização da Prefeitura, foram objeto de desapropriação. Lacerda quer gozar de um privilégio até hoje não conferido a ninguém, para embolsar mais de uma dezena de milhões do povo; mais do que isso, pretende abrir um precedente, que poderá resultar em bilhões de cruziros de prejuízos para o povo carioca, pois doravante, se fosse efetivada a negociata com a «Tribuna da Imprensa», todos os proprietários de imóveis se julgariam no direito de recusar a desapropriação, exigindo um próprio do Estado, de sua escolha, para recompensar-se do imóvel perdido.

Ladrão acuado perde o controle

Denunciada a sua trama, Lacerda está desesperado. Ele vinha insistindo

para que o governador Sette Câmara executasse a lei aprovada pela Câmara, e assim concluísse a negociata, antes ainda das eleições — o que, para ele, é uma maneira curiosa de revelar sua falta de confiança em sua própria vitória. O governador provisório, entretanto, não querendo assumir a responsabilidade pelo roubo, pediu parecer de sua assessoria jurídica e da Secretaria de Finanças. Esses pareceres ainda não foram redigidos, no momento em que esta reportagem é escrita, mas é sabido que os técnicos encarregados de redigi-los são quase unânimes em condenar essa trama contra os cofres públicos.

Nos últimos dias, o desespero do Corvo se derramou na campanha poli-

tica, com as declarações à imprensa do candidato nacionalista Sérgio Magalhães, denunciando o caráter criminoso do negócio de Lacerda, e afirmando que, se eleito, fulminaria imediatamente a negociata. Lacerda sentiu que seu desmascaramento como negociata e ladrão atingia os seus próprios redutos lanterneiros. Passou então a só falar e só escrever sobre o caso, num esforço extremado para justificar-se diante da opinião pública. Em meio a um xingatório baixo e vazio dirigido ao deputado Sérgio Magalhães, teve mesmo a ingenuidade de dirigir um apelo «aos companheiros», ou seja, à gente do «Clube da Lanterna», para que «não dessem ouvidos aos caluniadores». Por falta de argumentos, apelou para a

fidelidade; mas é tarde, pois o vaso já está quebrado.

Não só os trabalhadores cariocas, mas também os udenistas, e todo o povo, já sabem quem é Lacerda. Por fora, um intransigente «oposicionista», mas, na realidade, um homem que se utiliza da calúnia, ou mesmo, da verdade, como arma de chantagem para ganhar dinheiro. Para a felicidade do povo carioca, o escândalo da Avenida Chile representará a derrota e a liquidação do profissional da delação, da chantagem e do entreguismo que é Lacerda.

Convenção Nacionalista Instala-se no Rio Com 500 Delegados de Todo o País

Com uma sessão solene que terá como presidente de honra o marechal Júlio Caetano Horta Barbosa e como presidente o governador Roberto Silveira, do Estado do Rio, será instalada hoje, dia 9, às 20 horas, no Teatro João Caetano, a I Convenção Nacional do Movimento Nacionalista. Mais de quinhentos delegados, representando todos os Estados e Territórios, bem como inúmeras personalidades de projeção na vida do País estarão presentes para o debate de um longo tema, em sessões que se desdobrarão até o próximo dia 11, quando o conclave será encerrado com a presença do marechal Henrique Lott e do vice-Presidente João Goulart.

Como se sabe, há aproximadamente dois meses foi iniciada a realização das convenções estaduais do Movimento Nacionalista, que receberam manifestações de apoio as mais expressivas, entre elas as dos governadores Bias Fortes, Leonel Brizola, Roberto Silveira, Moura Carvalho, Gilberto Mestrinho e Carlos Lindemberg, além de inúmeras outras de parlamentares e figuras representativas de todas as classes e correntes políticas.

Na sessão de amanhã, dia 10, deverá estar na presidência dos trabalhos o governador Leonel de Moura Brizola, do RGS, e o centro do debate será o problema da energia elétrica, com a intervenção do grupo de engenheiros que preparou a encampação da Cia. Energia Elétrica Riograndense (subsidiária da Bond and Share). Também estarão presentes os deputados Temperani Pereira e Wilson Vargas, este atualmente à testa da Secretaria de Energia e Comunicações do Estado sulino. A Convenção deverá votar, na oportunidade, uma moção de apoio àquele ato memorável do governo gaúcho.

Os debates prosseguirão durante a manhã e a tarde do dia seguinte, sempre em torno de um tema que encerra as questões mais palpitantes da atualidade brasileira e sobre as quais vários grupos de trabalho, integrados por renomados economistas e cientistas, apresentarão as soluções nacionalistas que preconizam.

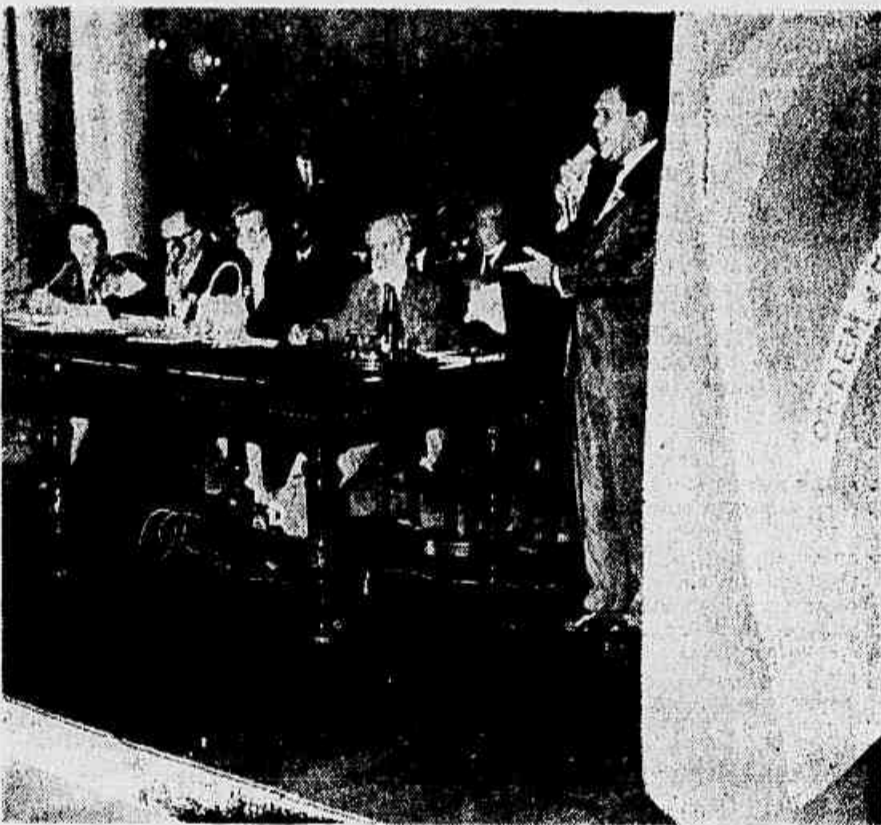
Finalmente, à noite, com início às 20 horas, sob a presidência do deputado Bento Gonçalves, presidente da Frente Parlamentar Nacionalista, será empossada a nova Comissão Executiva Nacional do Movimento Nacionalista e,

após, prestada uma homenagem especial ao marechal Teixeira Lott e ao sr. João Goulart, candidatos nacionalistas à Presidência e Vice-Presidência da República.

O programa

O programa da I Convenção Nacional do Movimento Nacionalista é o seguinte: Hoje, dia 9: das 8 às 12 horas sessão de instalação, com a entrega de credenciais, indicação da mesa diretora e início das sessões plenárias; das 14 às 18 horas sessão plenária, com apresentação, discussão e votação de teses; às 20 horas, sob a presidência do governador Roberto da Silveira, prosseguirão os debates. Amanhã serão realizadas duas sessões plenárias, uma das 14 às 18 horas e outra com início às 20 horas sob a presidência do governador Leonel Brizola. A sessão plenária do dia 11 será iniciada às 14 horas para terminar às 17 horas com a eleição da Comissão Executiva Nacional do M. N. reunindo-se novamente os convencionais em sessão solene às 20 horas, para a homologação dos candidatos nacionalistas Lott e Jango.

As sessões serão realizadas no Teatro João Caetano.



Nacionalistas realizam convenção no Rio

Nacionalistas de todo o País (mais de quinhentos delegados) estão reunidos no Rio para o debate de palpitantes problemas da atualidade e a homologação das candidaturas Lott e Jango. O conclave será encerrado dia 11 no João Caetano.

Palavras Cruzadas

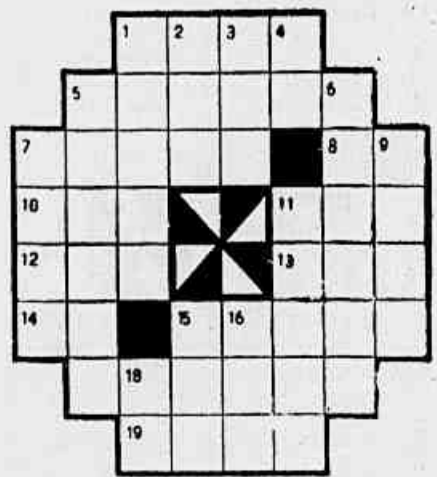
PROBLEMA Nº 26

HORIZONTAIS: 1 — Caixa de madeira, forrada de couro ou lona, para viagens. 5 — Pequena mota da China e Indochina. 7 — Pesquisas, buscas. 8 — Pronome pessoal da 2ª pessoa singular dos dois gêneros. 10 — Pessoa ou animal albino. 11 — Anel. 12 — Título nobiliatário inglês. 13 — Bills. 14 — Rio da França. 15 — Torne menos sólido. 17 — Nome próprio feminino. 19 — Que não é áspere.

VERTICAIS: 1 — Tirar a vida de. 2 — Bolo de farinha de arroz e azeite de côco, usado na Ásia. 3 — Estudiar. 4 — Antes de Cristo. 5 — Satisfazer, fartar. 6 — Prende com treia. 7 — Habitação. 9 — Embarcação estreita, leve e rápida.

F. Lemos

11 — Cansa. 13 — Atuel. 16 — Outra vez. 18 — Forma arcaica do artigo O.



RESPOSTA DO PROBLEMA Nº 25

HORIZONTAIS: 1 — Ir. 3 — Ar. 5 — Aia. 7 — Ari. 8 — Omo. 10 — Ata. 11 — Acato. 12 — Isolo. 14 — Aro. 15 — Ala. 17 — Eva. 18 — Obi. 20 — Lá. 21 — Aa. VERTICAIS: 1 — Ia. 2 — Rio. 3 — Ara. 4 — Ri. 6 — Amiz. 7 — At. 9 — Ocaso. 10 — Atola. 12 — Ira. 13 — Elo. 14 — Ava. 16 — Abu. 17 — Ei. 19 — Ia.



Amor, pureza e poesia

Hiroshima, Meu Amor, está no centro das discussões dos fãs de cinema. A fita fala do amor e da guerra, da recordação e do esquecimento, do passado e do presente. O amor é visto do ângulo mais difícil das barreiras raciais, sociais e de nacionalidade. Acima de tudo, Hiroshima é um filme de rara pureza e poesia.

atômica. Os autores, Resnais e Marguerite Duras, exibem as feridas da guerra do ponto de vista coletivo (as vítimas de Hiroshima) e do ponto de vista individual (o drama de amor vivido em Neves). Em segundo lugar, defendem a dignidade do amor surgido nas «condições mais censuradas, mais repreensíveis, mais inadmissíveis». (Declaração da escritora Marguerite Duras ao semanário «L'Express» em 30 de abril de 1959). Poucas vezes os diálogos de um filme conseguiram transmitir tão fielmente o estado emocional das personagens, primando igualmente pela beleza literária. O inegável talento de documentarista de Alain Resnais transparece a cada momento nas imagens locantes da fita. Mesmo aquelas filmadas para compor os episódios fictícios da história casam perfeitamente com os trechos de velhos documentários de atualidade, utilizados na montagem de Hiroshima.

Em primeiro lugar, o que resalta em Hiroshima, Meu Amor é o pacifismo, a condenação da guerra e da bomba

A interpretação de Emmanuele Riva já louvada amplamente pela crítica européia é de grande classe. A atriz, sem os atrativos físicos tão em moda, impõe-se pela sinceridade de suas expressões. Há em Emmanuele Riva muito mais que beleza, há vida interior exprimindo os seus anseios e desejos. Seu companheiro, Eiji Okada, tem a presença necessária para compor o tipo exigido, sem as nuances da atriz.

Hiroshima, Meu Amor merece ser visto por todos que apreciam o bom cinema. No entanto, é preciso chamar a atenção de que não é um filme comum e sim uma audaciosa experiência artística, conjugando o documentário e a pesquisa interior dos sentimentos humanos. Um filme difícil e ao mesmo tempo apaixonante, sobretudo, anti-guerreiro e poético.

Fidel: Cuba Conta Com América Latina

HAVANA, 2 (PL) — Com a execução do Hino Nacional, às 4,45, hora local, iniciou-se, oficialmente, o ato na Praça Cívica convocado pelo primeiro-ministro Fidel Castro em "Resposta à Declaração de Costa Rica".

O presidente, Oswaldo Dorticós, declarou aberta a Assembléia e concedeu a palavra ao primeiro-ministro Fidel. Antes, Dorticós assinalou que "o povo é que decidirá a resposta à organização dos Estados Americanos" pela resolução contra Cuba, assinada em São José, Costa Rica.

O primeiro-ministro Fidel Castro qualificou "da mais grandiosa reunião que se realizou por nosso povo desde o triunfo da revolução" a concentração desta tarde, em Praça Cívica, como "resposta da declaração de Costa Rica" contra Cuba. "É pena que não estejam aqui presentes os chanceleres da América para que tivessem oportunidade de ver o povo que condenaram em Costa Rica", disse Fidel, em seguida, afirmou que "em Costa Rica se afiou um punhal que, no coração da pátria cubana, "a mão criminosa dos imperialistas ianques queria cravar".

Liberdade custou caro

Fidel continuou afirmando que Cuba quer apenas "ser livre" e que sua, apenas sua, é a bandeira

da estrela solitária". Reiterou que nenhuma oligarquia ou governo poderoso nada tem a fazer em Cuba. "A liberdade deve ser nossa, porque a liberdade que conquistamos nos custou muitos sacrifícios" disse Fidel assinalando que "Cuba tem o direito de ser livre" pois conta com governantes que não defendem monopólios estrangeiros nem os exploradores dos interesses de sua Pátria.

Depois de relatar o vergonhoso passado a que se submeteu o povo cubano, Fidel Castro disse que "as revoluções não são feitas para proteger privilégios, e sim para ajudar os que necessitam ser ajudados e pôr fim à exploração e aos abusos."

Assinalou que "a penetração do imperialismo norte-americano em Cuba é a causa principal de nossos males" e acrescentou que "essa força que manteve a tirania, que treinou os esbirros da tirania, que armou os soldados da tirania entregando-lhes armas, aviões e bombas, é que se empenha em que a revolução cubana fracasse, que se empenha para que os criminosos, os monopólios e a miséria retornem".

Em seguida, o primeiro-ministro cubano reiterou que "o povo de Cuba é soberano" e assinalou que jamais nos anais da história de Cuba se havia realizado um ato semelhante "para responder as

agressões e as declarações contra Cuba".

Povos decidirão

Fidel exortou, mais adiante, aos governos americanos que falam em nome de seus povos, a que reúnam esses povos e submetam à sua consideração, os acordos aprovados na Conferência de Costa Rica.

— "Se eles querem que nós aceitemos os acordos de Costa Rica, que cada um de seus povos, em assembleias populares como esta, aprovem esses acordos" — declarou o premier cubano.

Disse depois que nenhum chanceler pode comprometer seu país em atos de direito internacional, se não conta com a aprovação do povo. E acrescentou: "Portanto, a validade da Declaração de Costa Rica não depende dos chanceleres, mas dos povos de cada país. Por isso, respeitosamente convidei aos governos americanos a convocarem seus povos e submetê-los a sua consideração a Declaração de Costa Rica."

Fidel sugeriu respeitosamente ao presidente da Venezuela a que convoque também a população de seu país, "como fizemos nós, e submetam à sua aprovação a Declaração de Costa Rica". Em seguida Castro fez o mesmo convite aos governos da Argentina, Uruguai, Chile, Peru



Apoio de todo o povo

e Equador, e das demais nações latino-americanas.

— "Estes governos — disse — não devem incomodar-se porque Cuba sugere reuniões populares dessa natureza, pois eles se classificam como democráticos e a democracia vive do povo, é o governo do povo, pelo povo e para o povo". Fidel acrescentou que o governo que não reúne seu povo, como fazemos, não é democrata, porque para ser democrata é ne-

cessário consultar os interesses populares e consultar o povo para suas decisões.

Ao referir-se aos governos da Nicarágua, Paraguai e Guatemala, Fidel disse que "aos governos que constituem reconhecidas ditaduras, não dirijo minha respeitosa solicitação, porque seria uma piada. Eu me dirijo somente aos chamados governos democráticos".

Conferência comprada

Depois de reiterar que esperava que os governos da América não se ofendam com o pedido de Cuba para que reúnam seus povos e decidam sobre a validade da declaração de Costa Rica, Castro disse que o governo dos Estados Unidos cometeu um ato de suborno "ao comprar as oligarquias em meio à conferência de chanceleres".

Disse que os Estados Unidos retirou a cota açucareira de Cuba e a dividiu entre os governos que tinham que condenar essa ação. Em seguida classificou de "política imoral a aprovação, por parte de Washington" de um crédito de 600 milhões de dólares para ajuda à América Latina, no momento em que se realizava a conferência.

Referiu-se mais adiante aos chanceleres que assinaram a declaração de Costa Rica "muitos deles envergonhados" e elogiou a atitude dos chanceleres da Venezuela e do Peru, Ignacio Luis Arcaia e Raul Porras, que se recusaram a assinar o documento. Também mencionou o chanceler do México, Manuel T...o, que embora tivesse firmado a declaração declarou, publicamente, que não estava de acordo com a condenação a Cuba.

Castro disse que o imperialismo norte-americano poderia comprar as oligarquias, mas não os povos, como o da Venezuela e disse: "o que o povo da Venezuela quer não são dólares, mas sim que não levem seu petróleo e que lhes devolvam suas minas. Em seguida expressou que desde hoje, "os que falam em democracia somos nós, que reunimos e discutimos os problemas do povo" e acrescentou: "aquele que não pode reunir o povo, é porque não vigora aí um regime democrático".

Durante a assembleia popular celebrado na Praça Cívica, o povo pediu ao primeiro-ministro Fidel Castro que submetesse à sua consideração o problema da base naval norte-americana de Guatánamo. Castro disse então que o assunto não figurava na ordem-dia da "assembleia geral", mas assinalou que dele se tratará, no momento oportuno, em outra "assembleia geral".

Acrescentou que quando os Estados Unidos praticarem novas agressões contra Cuba, nacionalizar-se-ão outras empresas norte-

americanas e reunirá o povo, em outra assembleia, para que retire a base naval norte-americana de Guatánamo.

Perante a assembleia do povo de Cuba, o primeiro-ministro Fidel Castro submeteu, em seguida, a Declaração de Costa Rica à decisão e disse que ia efetuar a leitura da "Declaração de Havana". Leu o primeiro ponto da Declaração de São José, que condena a aceitação, ainda que condicionada, de ajuda soviética, por parte de um país da América Latina. Depois, perguntou à multidão:

— Em caso de agressão, vocês aceitam a ajuda da União Soviética?

Uma ovação de vários segundos foi a resposta.

— O povo de Cuba, disse Fidel, reunido em assembleia geral, declarou que se a ilha for invadida por forças imperialistas, Cuba aceita a ajuda da União Soviética!

Prosseguindo a reunião, reunida a assembleia popular decidiu restabelecer relações com a República Popular da China, pois que o primeiro-ministro Fidel Castro consultou a grande concentração realizada na Praça Cívica desta capital. Ao mesmo tempo, o governo cubano anunciou sua decisão de romper relações com o governo de Chiang Kai-Chek.

Fidel Castro disse também que Cuba aceitaria qualquer ajuda da República Popular da China. "em caso de agressão a este país". Com a decisão, Cuba se converte no 36.º país a estabelecer relações diplomáticas com a República Popular da China.

Relações com a China

Referindo-se ao segundo ponto da Declaração de São José, que, sem mencionar Cuba, atribui influências da União Soviética e da China na Revolução Cubana, o primeiro-ministro Fidel Castro o submeteu a consideração da assembleia geral do povo de Cuba.

Consideram que a República Popular da China e a União Soviética estão se aproveitando da Revolução Cubana? — perguntou Fidel à multidão, ao responder, o povo disse que Cuba repele a acusação de que a União Soviética e China estão se aproveitando da Revolução Cubana para seus fins".

O primeiro-ministro continuou dizendo "o único culpado é o imperialismo ianque que agrediu e dividiu a América Latina".

Também foi aprovada a resposta do povo "ao perguntar se a política do Governo deve ser de comércio e de amizade com todos os países do mundo" e se estava de acordo com relações com a União Soviética e demais países socialistas. A resposta do povo foi de inteiro apoio. (P.L.)

GAMINHO LATINO-AMERICANO PARA A EMANCIPAÇÃO:

Assembléia Nacional do Povo Aprova "Declaração de Havana"

O primeiro-ministro submeteu ao povo reunido em assembleia geral nacional uma declaração de resposta do povo cubano à declaração dos chanceleres americanos em Costa Rica, que, disse, "passará à História com o nome de Declaração de Havana". Acrescentou que para este documento, que tem o prestígio de ser subscrito por todo o povo, pedirá o apoio de todas as organizações estudantis, operárias, artísticas e populares das Américas.

Antes de ler o texto da declaração, Fidel Castro afirmou que a revolução triunfou pelo povo, governa com o povo e se mantém pelo povo. "As oligarquias, salientou, mantêm-se pela força e pela exploração. Esta revolução mantém-se no poder, apesar das agressões que sofre, pelo apoio do povo, e se conservará no governo enquanto lutar e trabalhar para o povo".

A "Declaração de Havana", que o chefe do governo cubano leu em seguida, começa manifestando que "junto à imagem e memória de José Martí, em Cuba, território livre da América, o povo, no uso inalienável que dimanam de sua soberania e do sufrágio direto se constituiu em assembleia geral nacional e em seu próprio nome e recolhendo o sentir dos povos da América, decide hoje:

- 1) condenar a Declaração de Costa Rica, ditada pelo imperialismo norte-americano, e atentatória à soberania dos povos do continente;
- 2) condenar a intervenção aberta e criminosa que durante mais de um século exerce o imperialismo norte-americano na América Latina, já tendo invadido o México, Nicarágua, Haiti, Cuba e outros povos, que perderam regiões como o Texas, o canal de Panamá, e territórios inteiros, como Porto Rico, que sofrem os desmandos dos fuzileiros navais norte-americanos;
- 3) a aceitação por parte dos governos da América Latina, dessas continuadas intervenções, atração os ideais independentistas de seus povos, apaga a soberania e impede a solidariedade entre os países da América Latina, pelo que a assembleia repudia esses governos e rechaça também o intento de preservar a Doutrina Monroe, utilizada nesta hora para estender o domínio do imperialismo voraz sobre o continente;
- 4) frente ao hipócrita pan-americanismo, a assembleia proclama o latino-americanismo libertador, que pulsou em Martí e Benito Juárez, e ao estender a sua amizade para com o povo norte-americano, os negros perseguidos, os intelectuais perseguidos, os operários em

- mãos de sindicatos de "gangsters";
- 5) a ajuda espontaneamente oferecida pela União Soviética não poderá ser considerada jamais como um ato de agressão, e sim como um ato de solidariedade a Cuba, ante um iminente ataque do Pentágono ianque, que honra o governo da URSS, que chamou a atenção do governo dos Estados Unidos por suas covardes e criminosas intervenções contra Cuba.
- 6) desde o primeiro e o último atos da revolução, o povo cubano tem agido por sua própria vontade, sem que se possa acusar a URSS ou a China de intervenção;
- 7) a assembleia entende que a política dos Estados Unidos é que coloca em perigo a paz e a segurança do continente, pelo que a assembleia ratifica sua política de amizade com todos os países e sua intenção de estabelecer relações diplomáticas com todos os países socialistas do mundo;
- 8) no uso de soberana vontade, estabelece, desde agora, relações diplomáticas com o governo da República Popular da China e as rompe com a outra China;
- 9) portanto, a assembleia declara ante a América e o mundo, que aceita e agradece o apoio dos foguetes da URSS, se seu território for invadido por forças militares dos Estados Unidos;
- 10) a assembleia nega categoricamente que haja existido a intenção da URSS e da China Popular, de quebrar a unidade hemisférica;
- 11) desde os primeiros disparos, desde o primeiro mártir, desde o primeiro e último atos da revolução, o povo cubano tem agido por conta própria, sem que se possa acusar a URSS ou a China de intervenção;
- 12) a assembleia manifesta a convicção cubana de que a democracia não pode consistir somente no exercício de um ato popular, quando sempre manejado por latifundiários, bem diferente de como a faz esta assembleia;
- 13) a democracia só existirá na América quando o povo puder escolher livremente seus governos, pelo que a assembleia condena o latifúndio, fonte de miséria para o camponês, condena os salários de fome e a exploração humana por interesses espúrios, condena a ausência de hospitais, condena a discriminação racial, a desigualdade social, as oligarquias, as desigualdades de recursos naturais, a política entreguista, condena os governos que desatendem a seus povos para acatar a Washington, condena o monopólio das notícias pelas agências ianques, condena as leis repressivas que impedem de operários, camponeses, estudantes, na maioria dos países, a organizar-se; condena os monopólios, as empresas imperialistas que exploram a operários e a camponeses, que estrangulam a economia latino-americana; condena a exploração do homem pelo homem e a exploração dos países subdesenvolvidos pelos países capitalistas; e proclama

- o direito dos camponeses à terra, o direito do trabalhador ao fruto de seu trabalho, o direito das crianças à educação, o direito dos enfermos à assistência médica, o direito dos operários ao trabalho e o direito dos estudantes ao ensino livre, experimental ou educacional, o direito dos negros à plena dignidade do homem, o direito da mulher à igualdade civil, social e política, o direito do ancião a uma velhice segura, o direito dos intelectuais, artistas e cientistas a lutar, com suas obras, por um mundo melhor, o direito dos Estados à nacionalização dos monopólios imperialistas, resgatando as riquezas de seus povos; o direito dos países ao livre comércio com todos os povos, o direito das nações à sua plena soberania, o direito dos povos a transformar suas fortalezas em escolas e a dar armas a seus operários, a seus camponeses, a seus estudantes, a seus intelectuais, ao negro, ao índio, à mulher, ao jovem, ao ancião, a todos os oprimidos e explorados, para que defendam por si mesmos seus direitos e seus destinos;
- 14) a assembleia geral nacional do povo de Cuba, por último, postulará o dever dos operários, camponeses, negros, índios, mulheres a lutar por suas reivindicações econômicas, políticas e sociais; o dever das nações oprimidas e exploradas a lutar por sua libertação; o dever de cada povo à solidariedade com todos os povos oprimidos, escravizados, ou agredidos, seja qual for o lugar do mundo onde se encontram, pois todos os povos do mundo são irmãos, a assembleia nacional reafirma a sua fé em que a América Latina marchará brevemente, livre e vencedora, contra o imperialismo norte-americano, que a impede de fazer ouvir sua voz na conferência dos chanceleres; nesta hora em que surge como potência invencível a voz genérica dos povos, essa voz irmã, a assembleia responde: presente, Cuba não falhará; aqui está Cuba para ratificar perante a América Latina e ante o mundo, o seu compromisso heróico, o seu dilema irrenunciável — pátria ou morte!

A assembleia resolve que esta declaração seja conhecida como "Declaração de Havana, Cuba, território livre da América, 2 de setembro de 1960".

Depois de afirmar que "submetemos esta declaração à consideração do povo", e dizer que os que "aprovam levantem a mão", apelo a que o povo respondeu por unanimidade, Fidel Castro perguntou: — E com a Declaração de São José, o que fazemos?

A resposta foi unânime: — Rasguemo-la!

E Fidel a rasgou, em meio de estrondosa ovação. Por fim, comunicou que as decisões da assembleia serão comunicadas a todos os povos irmãos da América Latina. A concentração terminou com a execução dos hinos nacional e "26 de julho". (PRENSA LATINA)

Lott: Não há Força Capaz de Deter

(Conclusão da 3.ª pag.)

cupa mais em meu programa de governo do que a educação. E porque sou democrata, considero como prioridade número um da futura administração assegurar a todas as crianças brasileiras o acesso a uma escola primária realmente preparada para desempenhar seu papel educacional em toda a extensão da palavra.

Senhores: O Brasil está diante de uma encruzilhada: desenvolvimento ou subversão social. Em razão de tão forte desafio, não há mais lugar entre nós para os governos de rotina ou de exagerada prudência no impulsionamento de nosso progresso. Isto ficou demonstrado nestes quatro anos e meio de corajosa e dinâmica administração do presidente Juscelino Kubitschek. Nem é fenômeno tipicamente brasileiro, senão universal, o que vem inflamando a

alma de todos os povos subdesenvolvidos no sentido de ultrapassarem, custe o que custar, o estágio de atraso e miséria que os persegue e aflige.

Identificar as causas desse atraso, para extirpá-las, estejam onde estiverem, é a missão que o povo exige e impõe aos homens de governo. E aí, precisamente, é que reside a torrente impetuosa do sadio nacionalismo que a nossa causa simboliza.

Ideia em marcha — mais do que isto, revolução em marcha — não há força que a deturpe ou consiga detê-la, na sua vitoriosa trajetória. Assim será a 3 de outubro próximo, nas urnas livres da influência maléfica de grupos econômicos e financeiros, porque assim o quer o povo brasileiro na árdua luta em que se empenha, sem medir sacrifícios, pela emancipação econômica nacional."

Nota Internacional

O Congo (Ex-Belga)

Diz o ditado popular que "quem faz a fama, deita na cama". De uma certa forma, isto se aplica à atual situação no Congo. O colonialismo belga preparou todas as condições para que tudo o que está acontecendo agora na República congolês fosse, pelo menos, possível, senão necessário. Em primeiro lugar, o único representante legítimo do povo congolês, o líder do Movimento Nacional Congolês, Patrice Lumumba, foi mantido fora das negociações de Bruxelas, em março de 1960, para a independência do antigo "Congo Belga" até o momento em que os belgas puderam conservar uma aparência de igualdade, entre os negociadores da metrópole e da colônia. Lumumba estava preso há mais de um ano, por sua participação nas manifestações de janeiro de 1959, embora sua pena fosse de apenas seis meses. Enquanto o povo congolês não deixou claro que seu verdadeiro mandatário era Lumumba, os belgas fizeram tudo o que estava a seu alcance para prestigiar o "presidente" Casavubu.

Antes de ser concedida a independência da jovem república africana, os belgas tiveram o cuidado de realizar suas "eleições". Onde puderam, evitaram que o partido de Lumumba apresentasse candidatos e fizesse propaganda. Em outras palavras, nas províncias de Catanga, Casai e Quivu, os belgas conseguiram que seus candidatos, principalmente Moise Tchombe, Albert Calonji e Josef Ileo, fossem eleitos, não com maioria absoluta, mas com maioria simples. A corrupção, a opressão e a ditadura dos belgas não conseguiram que eles quisessem, mas criaram a base a partir da qual poderiam continuar controlando a política do Congo. Como medida adicional, os monopólios belgas transferiram as ações da "União Mineira da Alta Catanga" para as mãos de Tchombe, retirando-as do governo central congolês. As companhias belgas, ligadas a interesses ingleses, alemães, franceses e norte-americanos, não estavam dispostas a perder a batalha. Suas cartas (Casavubu, Tchombe, Calonji, Ileo e outros) continuavam marcadas.

E não se pode dizer que se trata apenas de um espírito reacionário mais aguçado. Os monopólios mineiros do Congo representavam, antes da independência, quase noventa por cento da economia do país. O círculo vicioso criado pelo colonialismo, para o qual não haveria saída enquanto os "direitos adquiridos" não fossem negados, ameaçava ser rompido pela ação decidida do governo de Lumumba, apoiado pelos Estados independentes da África e da Ásia e pelo campo socialista. O prazo final para o golpe de Casavubu tinha chegado. A própria ação da ONU não tinha conseguido dividir o Congo em benefício dos colonialistas. O golpe, daqueles que têm data prévia, comunicada às agências internacionais, estourou finalmente. O tiro, entretanto, saiu pela culatra. Os "macacos", como os colonialistas se referem aos nacionalistas africanos, não são tão idiotas como parecem, ou como os colonialistas se esforçam por pintar. A luta do continente africano pela sua independência nacional e social será longa e árdua, mas os novos dirigentes africanos acabaram por vencer, pois não lhes falta consciência, espírito combativo ou apoio internacional.

Fausto Cupertino

Culto ao Padre Cícero Desapareceu Com a Decadência do Latifúndio

RUI FACÓ

Juazeiro. É para toda nordestino um nome evocativo. Como Canudos, expressão trágica, miséria, lances de bravura, cores medievais em pleno século XX.

A legenda de Juazeiro permanece. Ainda hoje, correspondências que se destinam a Juazeiro da Bahia vão parar em Juazeiro do Norte — a Juazeiro do Padre Cícero. Ela é que é conhecida, famosa, aureolada ainda pela triste evidência do passado.

Vamos atingi-la, noite alta, num moroso trem da Rede Viação Cearense: velhos carros desconjuntados, nas mesmas condições, senão piores, que há trinta anos. Substituíram a «Maria Fumaça» por uma locomotiva Diesel. Mas os horários são os mesmos de outrora, como se o tempo tivesse parado e a ciência e a técnica no mundo não tivessem dado saltos de gigante. O leito raso da estrada, raramente empedrada ou mal empedrada, enche os carros de uma nuvem permanente de poeira. É impossível sentarmo-nos no vagão onde compramos passagem. Todos os lugares estão ocupados e dezenas de passageiros sentam-se sobre malas ou caixotes que conduzem. Corremos ao precário restaurante, onde encontramos lugar desde que não deixemos de comer ou beber qualquer coisa. As garrafas caem sobre as mesas e rolam pela chão ao balanço do trem. Servem-nos comida com poeira, bebemos água com poeira, respiramos poeira.

Nas estações intermediárias entre Iguatu e Juazeiro, desde longe, movimentam-se pontos luminosos que assemelham fogos-fátuos. O trem pára e ao longo de todo o comboio mulheres e crianças, com pequenas lamparinas (fifôs) — algumas extraordinariamente equilibradas à cabeça — oferecem milho cozido, batata doce, tapiocas (beijus), água fresca de quartinha. É a pobreza à cata de algum níquel. A pobreza de pés descalços, maltrapilha e que habita miseráveis choupanas próximas à estação. A vida da estação é a sua vida.

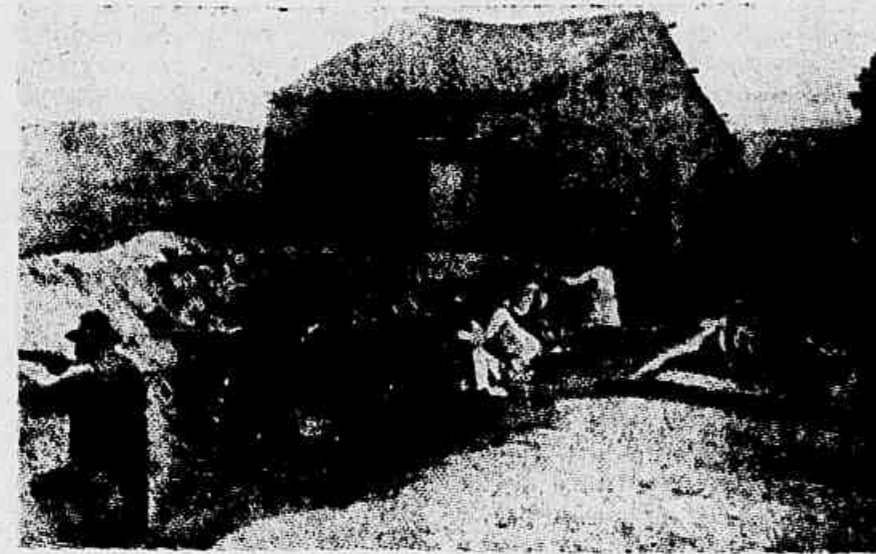
Outra Juazeiro

A Juazeiro que encontramos não é a Juazeiro que ficou em dezenas de livros onde lemos a sua história — a história do Cariri — de exploração semifeudal, de ganção e obscurantismo religioso. A cidade mudou. Cresceu em ruas largas, em praças amplas, uma delas realmente bonita com suas palmeiras e ficus, e é hoje a segunda cidade do Estado em população, depois de Fortaleza: uns 70.000 habitantes.

Nascida do entrelaçamento de interesses gerado pelo latifúndio, núcleo de conagrimento temporário dos coronéis do Cariri em torno do Padre Cícero para o domínio político do Estado — contra a burguesia comercial de Fortaleza — Juazeiro, em seu crescimento, destruiu os que a criaram. A estrada de ferro e, depois, a rodagem ajudaram essa destruição. O sacerdote místico que lhe deu vida ao concentrar em torno de si toda uma população enorme de vítimas do coronelismo semifeudal, perdeu o seu poder incontestável bem antes de morrer. O movimento revolucionário de 1930 foi a última peça de terra em seu domínio como latimurgista e como chefe político. A tomada de armas, depois de 30, aos coronéis do interior, não poupou seus amigos e correligionários. Dois anos antes de morrer, o Padre Cícero recebe uma carta do Prefeito de Juazeiro: não mais para lhe pedir as bênçãos, mas para que mande retirar seu retrato da sede da Municipalidade. Protesta em vão. O coronelismo, em que ele alicerçara sua influência e em favor de quem mobilizara grandes massas de crentes em cujo peito amortecera a revolta de oprimidos, com promessa do reino dos céus e falsos milagres, esse coronelismo estava reduzido à impotência. Deixou-o agonizante.

20 de julho

Passo em Juazeiro um aniversário notável — 20 de julho — data da morte do Padre Cícero. Esperava uma



Nas trincheiras da cidade

grande romaria ao seu túmulo. Pela madrugada ouço o pipocar de foguetes. Uma, duas, três, várias salvas.

Quando, mais tarde, chego à igreja do Perpétuo Socorro, junto a cujo altar-mor se encontra o seu túmulo — vejo o templo deserto. Eram 9 horas,



O cêreo de Juazeiro

mais ou menos. Um homem virria a igreja. Três pessoas oravam ao pé do jazigo do padre: um jovem de fisionomia charosa lançava, por entre os grades que isolam o túmulo, um rosário só-

bre a sua laje. Retirava o rosário e beijava-o, para depois colocá-lo outra vez sobre a tumba. Uma velha trêmula balbuciava alguma reza. E um velhinho, em atitude tranqüila, olhava em torno. Mais ninguém.

Lá fora, no palamar, ao pé de uma

Ante a notícia de que as forças do governo do Estado iam assaltar Juazeiro, seus habitantes cavaram um largo e profundo fosso em torno da cidade no espaço de 24 horas. E derrotaram os atacantes.

espécie de oratório e estátua, onde se vê a imagem do Padre numa redoma de vidro, mais parecendo um santo, uma jovem ajoelhada e dois homens de pé. De repente, a jovem solta uma gargalhada divertida. Um dos homens a interpela irritado: por que está rindo? Ela dá uma resposta qualquer. Os homens comentam que deve ser louca...

Mais nada, além da missa matutina, das girândolas de foguetes, na data do 26º aniversário da morte desse homem que foi por muitos anos o «guia espiritual» de milhares de nordestinos, grande proprietário rural, chefe político da cidade por ele fundada, vice-presidente do Estado do Ceará.

Hoje, apenas duas vezes por ano se realizam em Juazeiro grandes concentrações populares de cunho religioso: a 15 de setembro, dia da Senhora das Dores, culta instituído pelo Padre,

Eram homens do campo, enganados pelos chefes políticos do Cariri, que pegavam em armas, defendendo Juazeiro contra o assalto das forças estaduais lançadas contra eles. Juazeiro foi um Canudos às avessas.

NOVOS RUMOS



Governador visita o padre

e 2 de novembro, dia de finados, em que se cultua também a memória do sacerdote desaparecido. Mas estas são cada vez mais comemorações festivas promovidas pelo comércio de Juazeiro. Os comerciantes ricos chegam a fornecer transporte gratuito aos «romeiros» dos mais distantes lugares e mesmo de Estados vizinhos para sua vinda à antiga meca sertaneja.

A mística em torno do Padre, que no passado serviu grandemente ao coronel do Cariri, fornecendo-lhe mão-de-obra quase de graça para suas terras, serve hoje à nova classe que domina em Juazeiro: o artesão-comerciante.

Durante o resto do ano a cidade vive a vida comum de toda cidade nordestina, com um comércio excepcionalmente desenvolvido.bons sítios bem cultivados em seus arredores, sucursais de vários bancos, um campo de aviação, uma usina de beneficiamento do algodão.

Cidade artesã

Percorremos a cidade. Juazeiro trabalha. Mulheres, em equipes, varrem as ruas. O comércio movimentam-se. Passam ônibus, caminhões, jipes. Funcionam as inúmeras oficinas de artesãos que se multiplicaram e deram vida à cidade.

Município de área minúscula, Juazeiro — caso excepcional no Brasil — tem a maior parte de sua população na zona urbana (mais de 70%). O artefato de ouro, de couro e a utelaria propiciaram-lhe o progresso inicial. Os milagres do Padre não davam de comer a ninguém. A população que não encontrou trabalho teve que retirar-se para seus Estados de origem (era quase toda adventícia), emigrou para o sul do País ou se radicou em Juazeiro, ligada ao artesanato.

Durante muitos anos, a fabricação de objetos do culto religioso — crucifixos, medalhas, amuletos diversos — como a de armas curtas, e, depois, foices, roçadeiras, peixeiras, objetos de

Todos os governadores do Ceará antes de 1930 estavam politicamente ligados ao Padre Cícero, que tinha em suas mãos um grande contingente eleitoral de cabresto. Aqui vemos o governador Matos Peixoto.

ferraria (puas, plainas, serrates, perfuradores de madeira), ao lado da indústria de artefatos de couro, deram trabalho a milhares de pessoas e criaram todo um comércio especializado. Ainda hoje se encontram em Juazeiro lojas unicamente de santinhos de papel, de ouro, madeira e gesso.

Essa indústria artesã e esse comércio estão sendo minados, em ritmo crescente, pela concorrência do Sul. O ouro por exemplo, é de qualidade inferior e facilmente desbancável pelo similar de melhor quilate que vem de São Paulo ou Pernambuco. A fabricação local de rédes, pelo seu caráter também artesanal, sofre igualmente a concorrência da rede industrial de Fortaleza, mais bem acabada e mais resistente. A rede local não é inteiriça: são três panos, tornando-a mais precária. Os objetos de couro — sapatos, chinelos, botas, há alguns anos produzidos totalmente em Juazeiro e na vizinha cidade do Crato — também já não satisfazem as exigências dos compradores. O padrão de vida de certa camada da população melhorou, particularmente, durante a guerra, e ela reclama artigos mais bem confeccionados.

A satisfação desta exigência não é mais problema. Os transportes entre o Cariri e os Estados vizinhos, sobretudo Pernambuco, são facilitados. Uma feira em Juazeiro ou Crato mostra o quanto são estreitas as relações comerciais entre as duas principais cidades do Cariri e Pernambuco. Dezenas e dezenas de caminhões, ônibus e jipes procedem daquele Estado. Juazeiro e Crato são hoje muito mais interior de Pernambuco do que Ceará. Seus laços com Fortaleza se tornam cada vez mais débéis.

E as relações comerciais com um Estado economicamente mais desenvolvido transmitem a Juazeiro anseios de progresso mais efetivo do que o precário progresso de sua indústria artesanal. Soltam-se com a eletricidade, a energia de Paulo Afonso, que em breve deve chegar. Porque Juazeiro está praticamente sem outra fonte energética a não ser os geradores particulares. Suas ruas, à noite, são mergulhadas nas trevas. Os sítios de seus arredores, bem como os engenhos, movimentam-se com motores próprios. E enquanto a energia não chega, enquanto permanecem as antigas relações de produção no campo — a população emigra, como de todo o Cariri, de todo o Nordeste, dia e dia, sem outra via de libertação.



Um cangaceiro famoso

Este foi um dos mais famosos cangaceiros envolvidos na chamada rebelião de Juazeiro na segunda década deste século. Chamava-se Ze Pedro e dirigiu os «afilhados» do Padre Cícero no assalto ao Crato.



Cangaceiros e deputados

Em 1914 rebentou em Juazeiro um movimento armado. Comandavam-no coronéis do Cariri, sob a égide do Padre Cícero. Nesta foto vemos dois dos principais chefes da rebelião contra o governo do Estado: Floro Bartolomeu e Jose Boiba de Vasconcelos, com seus luizis, suas cartucheiras e suas montarias. Ambos seriam depois deputados federais. Era o coronelismo diretamente entrosado com a política nacional, como ainda hoje ocorre em alguns lugares do interior. A massa camponesa pobre deixou-se envolver pelo sacerdote e pelos coronéis contra seus próprios interesses.

Lott e Jânio Apontam no Conclap Caminhos Opostos Para o Brasil: Emancipação ou Entreguismo

NOVOS RUMOS tem se empenhado em esclarecer a opinião pública sobre o caráter antagonista assumido pelas candidaturas Lott e Jânio em muitas questões fundamentais para a vida de nosso povo e do país. Colocado diante de um problema, o marechal Lott tende sempre a enfrentá-lo de um ponto de vista nacionalista, e a dar-lhe soluções acordadas com os interesses da luta travada pelo povo brasileiro no sentido da emancipação e da democratização do país. Jânio, pelo contrário, embora tentando esconder-se por trás de uma desenfreada demagogia, identifica-se invariavelmente com os interesses reacionários e entreguistas dos capitalistas ligados ao estrangeiro e dos latifundiários paulistas do café.

Os dois candidatos oferecem agora, no entanto, do próprio punho, a melhor oportunidade para esse confronto. Respondendo por escrito às perguntas que lhes foram endereçadas pelo «Conclap», Lott e Jânio entregaram à opinião pública suas respostas aos mesmos problemas, definidos pelas mesmas perguntas. E o contraste que daí resulta é evidente.

A começar pela apresentação que cada um escreveu para o conjunto de

Suas Opiniões Sobre a Inflação

Logo à primeira pergunta, sobre a inflação, ressalta o antagonismo entre os dois candidatos. Lott analisa com serenidade e seriedade o processo inflacionário, lamentando os seus efeitos sobre o nível de vida do povo e dispondo-se a combatê-la. Mas, ao mesmo tempo, observa que «o objetivo principal da política econômica nos países subdesenvolvidos é o aceleramento da taxa de crescimento» (da economia) e não a estabilidade monetária, pois, nestes países, «são muitas as forças que conspiram contra o equilíbrio dos preços» e entre elas despontam «as dificuldades típicas do balanço de pagamentos», além da «pressão dos gastos de investimento», e das «mutações estruturais» na economia, «que jamais se processam de maneira idealmente harmônica».

Jânio, ao contrário, emite sobre a inflação a mesma opinião que os conclapistas sustentam, e que, por sua vez, outra não é senão a que o Fundo Monetário Internacional vem tentando im-

postar. Lott procurou manter-se nos termos de mera cordialidade em relação ao «Conclap» (órgão que procura aparecer como «Conselho Superior das Classes Produtoras», mas que, na realidade, não passa de empresa política do pequeno grupo de grandes reacionários e entreguistas que gira em torno dos srs. Rui Gomes de Almeida e Jorge Bhering de Mattos, sustentada pelos dólares do Ponto IV e da Esso), e ainda teve a franqueza de advertir as chamadas «classes produtoras» de que «a democracia contemporânea não se confunde com a experiência do velho liberalismo da laissez faire, laissez passer» (que é exatamente a «doutrina» de economia política pela qual se bate o «Conclap»), e de que «o grande problema do Estado moderno é eliminar os atritos entre o poder dos grupos e os direitos da pessoa humana». Enquanto isso, em sua apresentação, Jânio se desfêz em reverências aos reacionários conclapistas, chamando-os de «elite que me acolhe», pedindo que eles o ouvissem com «benevolência», e rasgando sedas para o «princípio básico de nossa ordem econômica e social» que é, segundo ele, a «livre iniciativa» dos capitalistas.

por ao Governo brasileiro, a mando de Washington. Atribui a inflação à «incapacidade governamental de controlar as próprias despesas». Não dá uma palavra sobre o fator inflacionário por excelência constituído pelos prejuízos que o país sofre em seu comércio com as potências imperialistas. E promete adotar, supostamente contra a inflação, exatamente as mesmas medidas ditadas pelo FMI: «restrição ao crédito bancário privado e aos investimentos estatais» (ou seja, diminuição do ritmo de investimentos nacionais, para que os grupos imperialistas estejam mais à vontade no país); «um intenso esforço de aumento da produtividade» (ou seja, congelamento dos salários dos trabalhadores), frisando, ainda, que «a política monetária e a creditícia não podem descoordenar-se das de salário, desdenhando a produtividade do trabalhador». Esta sempre foi a linguagem empregada pelos patrões, quando querem impedir que os salários dos trabalhadores acompanhem a alta do custo de vida.

Quanto à Reforma e Confisco Cambiais

Também no problema cambial Jânio alinha-se dócilmente nas posições defendidas pelos imperialistas do FMI, enquanto o marechal Lott expõe sobre o assunto as idéias corretas e patrióticas dos nacionalistas. Ambos têm críticas a fazer ao atual sistema de câmbio. Mas, enquanto o marechal Lott critica o que o sistema conserva de entreguismo, e derende medidas que o tornem mais apto a defender a indústria e os interesses nacionais, Jânio, pelo contrário, condena exatamente os instrumentos de defesa da economia nacional que existem na regulamentação cambial vigente, e propõe a pura e simples «liberalização» do regime de câmbio, ou seja, a completa entrega das receitas do país em moeda estrangeira à manipulação dos grupos econômicos norte-americanos.

Um defeito que o candidato nacionalista encontra no regime cambial é «a manutenção de um mercado para remessas de lucros de empresas estrangeiras e despesas de turistas em que se permite que as taxas de câmbio sejam muito inferiores às taxas que vigoram no mercado através do qual se processam as importações de matérias-primas, máquinas, e bens de produção de modo geral»; o marechal Lott tem nessa crítica toda a solidariedade dos economistas patriotas, que vêm lutando pela extinção do escandaloso e privilegiado «mercado livre» para os lucros das empresas estrangeiras.

O segundo defeito apontado pelo marechal é a prática da Instrução 113 da SUMOC, através da qual, diz ele, «permite-se às empresas estrangeiras trazer de volta ao país, sob a forma de equipamentos, lucros que remeteram pelo câmbio livre, enquanto que as empresas de capital nacional têm de importar seus equipamentos às taxas vigentes na categoria geral de importações, com exceção apenas dos casos que merecem custo de câmbio, onde, entretanto, o tratamento é extensivo às empresas estrangeiras. Se os equipamentos são importados mediante financiamento a médio ou longo prazo, as empresas de capital nacional estão proibidas de ir aos leilões de câmbio ou ao mercado livre; têm de aguardar, por tempo indeterminado, autorização do Conselho da SUMOC. Já as empresas estrangeiras, pelo fato de formalmente importarem seus equipamentos «sem cobertura cambial» e poderem fa-

zer remessas pelo câmbio livre, onde o controle é meramente de finalidade estatística, têm plena flexibilidade para realizar quaisquer arranjos financeiros com as respectivas matrizes no exterior».

Os nacionalistas, que sempre lutaram pelo controle mais rigoroso do Estado no mercado de câmbio, em deteza da economia nacional, dão todo apoio a essas críticas do marechal Lott. Agora compare-se a elas o que diz Jânio, sobre o mesmo assunto. Para começar Jânio define-se, em todas as letras, «favorável à unificação das taxas cambiais de importação e exportação». No jargão do FMI, difundido no Brasil pelos Gudin e Roberto Campos, isso significa nada mais nada menos que a completa liquidação dos controles do Estado no mercado de câmbio, na linha da reforma cambial reclamada pelos imperialistas ianques, que provocou o rompimento pelo Governo brasileiro das negociações com o Fundo Monetário Internacional.

E Jânio não fica nessa definição de princípio. Entra nos detalhes, repetindo todas as medidas executivas da reforma redigida pelo FMI: eliminação do sistema de leilões de câmbio, supressão do câmbio de custo para importações essenciais ao desenvolvimento da economia e ao consumo da população, e instituição do regime de «câmbio livre» para todas as operações com divisas estrangeiras.

Na questão do «confisco cambial», com o qual o governo obtém uma parte dos recursos com que subvenciona os latifundiários e comerciantes do café, o antagonismo entre os dois candidatos tem um caráter ainda mais saliente. Jânio afirma que «considera exequível e necessária a eliminação do confisco cambial», curvando-se assim aos grupos do café, que querem que o Estado os subvencione, garantindo preços mínimos para a produção e comprando os excedentes, mas não querem pagar nem uma pequena parte das despesas. Indo além, o candidato dos trustes propõe que nem sequer se pense na política de defesa dos preços internacionais do café, o que é a sua maneira de propor que se deixe livre à especulação das grandes firmas ianques que controlam o mercado cafeeiro a fixação dos preços do produto.

Totalmente diversa é a posição do



Um homem tranquilo que sabe o que fazer

O marechal Lott foi ao próprio ninho da reação e do entreguismo, para afirmar que não dará descanso aos exploradores do povo e aos que roubam a economia nacional

marechal Lott. Em sua linguagem franca e honesta, ele se manifesta a favor da manutenção do confisco cambial, dizendo que «não se pode conceder às vendas de café a mesma taxa de câmbio atribuída aos demais produtos», pelas consequências perigosas que essa medida traria, e acrescenta: «A atual

política de defesa do café só pode ser realizada enquanto o Governo controlar a taxa de exportação do produto e tiver recursos para garantir o preço mínimo no mercado interno. A «reforma cambial», na medida em que liberar a taxa referida, impedirá a continuação dessa política».

Lott Manda Recado Aos Tubarões

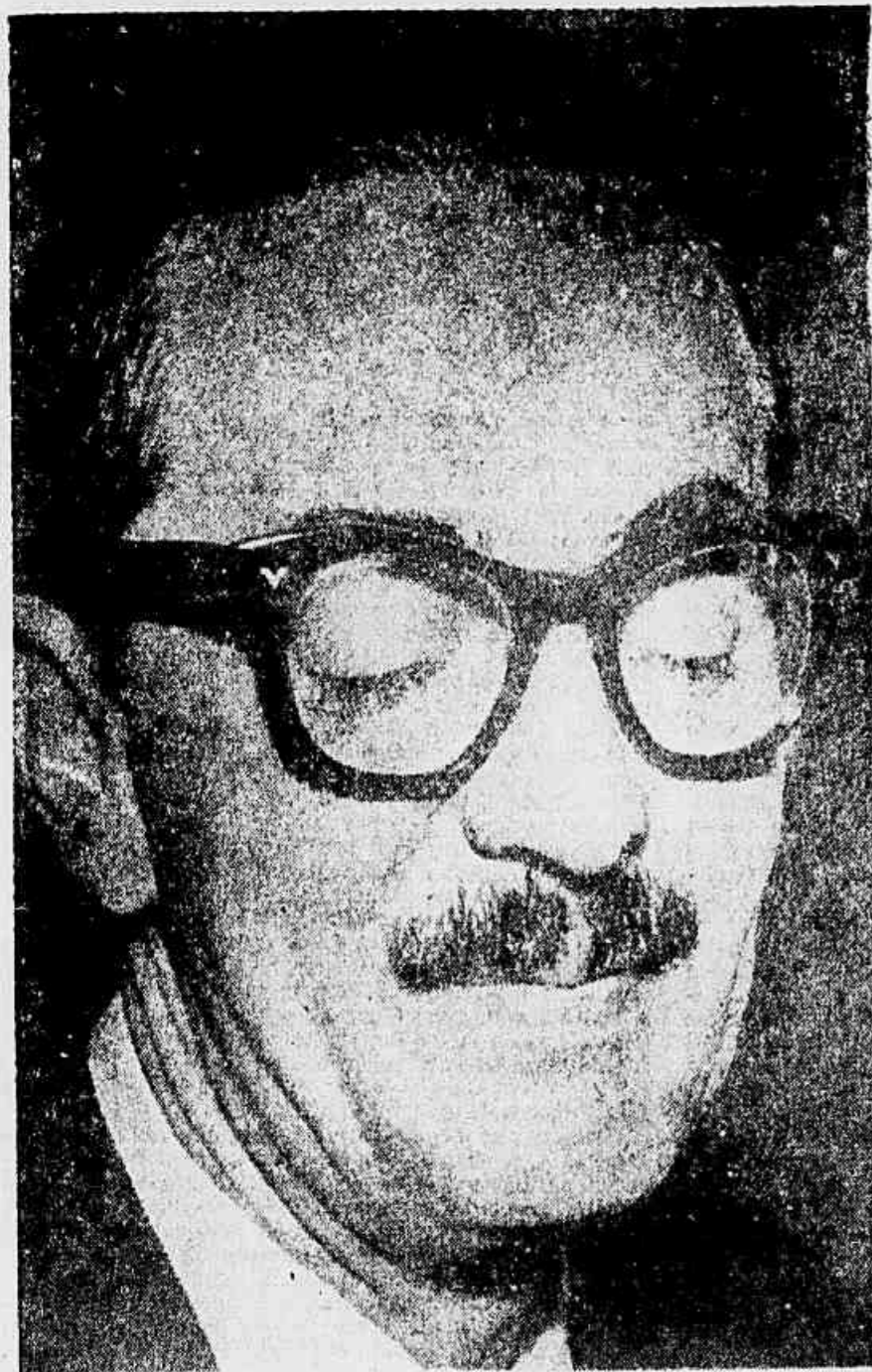
Não é apenas no que se refere aos problemas da defesa da economia nacional contra a espoliação imperialista que as posições de Jânio e de Lott se opõem; também quando se trata de medidas de proteção e defesa da população trabalhadora contra a ganância capitalista, Jânio adota sistemáticamente posições reacionárias, enquanto o marechal Lott mostra identificação com as aspirações populares. O exemplo da questão da COFAP é significativo.

Para Jânio, «a COFAP é uma impostura de fundo totalitário», e «uma grande farsa com pretensões a invalidar a lei da oferta e da procura». Não contente com esta completa adesão ao lema dos tubarões da rua do Acre, o candidato entreguista afirma: «Creio que, dentro da prática da livre concorrência, encontramos, consumidores e produtores, os meios adequados de produzir e de se abastecerem sem intervenção do governo». Em outras palavras, Jânio quer dizer que o trabalhador que vai ao açougue, sozinho com seus magros mil réis, pode discutir com o açougueiro o preço da carne, em igualdade de condições, como se atrás dos açougueiros — que já são organizados — não estivessem os trustes das frigoríficas, impondo o preço do produto. Raras vezes se viu tanto cinismo em tão poucas palavras. Já o marechal Lott envia um direto recado para os tubarões «que forçam a mão no preço da mercadoria» e que «lesam gravemente o bem comum», e defende a intervenção do Estado na economia, dentro dos princípios democráticos.

Outro exemplo é o do projeto de lei, em curso na Câmara Federal, que permite ao sindicato dos estivadores atuar como contratantes de serviços de carga e descarga nos portos, em igualdade de condições com a administração do porto e os proprietários de navios. Este projeto foi alvo de uma violenta campanha da imprensa reacionária, que vê nele a «ameaça de sovietação» dos portos brasileiros, embora se trate apenas de uma medida justa de defesa dos estivadores contra a ganância de grupos parasitas de intermediários. Ao responder à pergunta sobre o assunto, Jânio foge à questão, nada dizendo. O marechal Lott, ao contrário, responde com firmeza que «não há razões para condenar o projeto», que visa «eliminar certos intermediários que não têm feito senão provocar o aumento do custo da mão-de-obra nos portos».

No problema do ensino o contraste é igualmente flagrante. Enquanto o marechal Lott defende vigorosamente a escola pública, para que os filhos dos trabalhadores possam ser educados, Jânio apóia o atual Projeto de Diretrizes e Bases para o ensino, que visa a liquidar a escola pública e a desviar os recursos do Governo para os bolsos dos comerciantes do ensino.

No problema nacional como no problema democrático, Lott e Jânio se mostraram numa hora de verdade quando responderam ao «Conclap»: Jânio é o boneco dos trustes, e Lott é o representante das forças mais vivas e nacionalistas de nosso povo.



De tostão em tostão passou ao milhão

Jânio, hoje, sorri com jeito malandro dos tempos em que fazia campanhas em São Paulo como homem «do tostão contra o milhão». Sua demagogia lhe rendeu uma fortuna, e o transformou num cínico e descarado testa-de-ferro dos grupos econômicos norte-americanos, para os quais pede a reforma cambial e a entrega do comércio do café

NOVOS RUMOS

ECONOMIA BRASILEIRA NO 1º SEMESTRE

Indústria: Continua a Expansão Agricultura: Produção Para a Bôca

O número em circulação da revista «Conjuntura Econômica» publica um panorama das atividades econômicas no país no primeiro semestre do ano em curso. Apesar de tratar-se de dados preliminares, sujeitos, portanto, a correções posteriores, como adverte a publicação, é interessante conhecer como se comportaram nestes primeiros seis meses do ano os principais setores da economia nacional.

Indústria continua a expandir-se

Os dados publicados pela revista referentes à atividade industrial baseiam-se em informações diretas fornecidas por alguns ramos (que compreendem 45% da produção), ao passo que os relativos aos demais ramos industriais apóiam-se na variação do consumo de eletricidade, à falta de outras informações mais completas e mais significativas. Ainda mais, as estatísticas disponíveis sobre consumo de eletricidade abrangem apenas a área Rio-S. Paulo que, embora sendo a mais industrializada do país, não encerra toda a indústria.

Feitas estas reservas, que atestam a precariedade das estatísticas industriais (fato destacado ainda há pouco pelo relatório anual da CEPAL e característico de toda a América Latina), vejamos como evoluiu a indústria no período janeiro-junho de 1960. Tomando como base os cinco primeiros meses do ano, o incremento da produção industrial anual é de 9 por cento em relação a 1959, um tanto inferior ao incremento verificado no ano passado, que alcançou a taxa de 11 por cento relativamente a 1958. O menor incremento em 1960, segundo se depreende da análise por setores industriais feita pela revista, decorreu fundamentalmente de um menor ritmo de expansão de certas indústrias novas. Estas indústrias, que em 1959 se achavam ainda em fase de rápido crescimento, já em 1960 vão-se acomodando a um ritmo normal de operações.

Região Rio-S. Paulo

Considerada apenas a região Rio-S. Paulo, a que se observa é um incremento do consumo de energia elétrica da ordem de 10,1 por cento (base anual), quando em 1959 tal aumento fora de 8,5 por cento se comparado com o ano de 1958. Os ramos industriais nos quais se constatou o maior aumento do consumo de energia foram o automobilístico (mais 60,4 por cento), metalúrgico (mais 23,7 por cento) e de borracha (mais 18,2 por cento). Outros ramos, inversamente, acusaram este ano um consumo menor do que em 1959 na área Rio-S. Paulo. Foram eles o de fumo (menos 8,3 por cento), o de óleos lubrificantes (menos 12,1 por cento), o de bebidas (menos 8,6 por cento) e o de cimento (menos 3 por cento). Conquanto ajude a dar uma imagem aproximada da realidade, a precariedade de tais elementos informativos tornar-se-á evidente se se tiver em conta que muitos produtores suprem com a geração

própria de eletricidade as descontinuidades ou interrupções no fornecimento da Light. Além disso, a participação da energia elétrica em unidade produzida é variável (de acordo com o grau de aperfeiçoamento dos equipamentos utilizados) e reduzida.

As reduções observadas no consumo de energia elétrica em alguns ramos industriais da área considerada as vezes não refletem a variação da produção tomada em escala nacional. Assim, vistos em dimensão de todo o país, apenas as indústrias de bebidas e de fumo acusam em 1960 uma redução da produção, ocorrendo o oposto com a de óleos e lubrificantes (englobados nacionalmente na indústria petrolífera) e com a de cimento. Estas últimas registaram nacionalmente sensível incremento.

Causas do menor incremento

Dois novas indústrias — a automobilística e a de material elétrico — acusaram no primeiro semestre de 1960 um ritmo de expansão sensivelmente menor do que em 1959. Assim, enquanto em 1959 a primeira incrementou-se em 46 por cento, no primeiro semestre de 1960 tal aumento foi de 23 por cento; e a de material elétrico apresentou em 1959 e em 1960 as seguintes taxas de crescimento, respectivamente: 20 por cento e 12 por cento.

Certamente, o menor ritmo de desenvolvimento destes dois ramos industriais em 1960 responderá pela diminuição do ritmo de expansão global da indústria no país.

Ainda entre as indústrias classificadas como manufatureiras, constatamos que as que mais se expandiram no primeiro semestre do ano em curso foram (além das duas mencionadas) as de petróleo (mais 15 por cento), de cimento, cerâmica e vidro (mais 14 por cento), química e farmacêutica (mais 10 por cento) e editorial e gráfica (mais 9 por cento). A indústria siderúrgica e metalúrgica, apesar de haver aumentado em 6 por cento, no ano em curso, registra um incremento ligeiramente menor que o verificado em 1959 e que foi de 7 por cento. Fenômeno análogo ocorreu com a indústria de alimentação, o que se atribui à crise da carne e à menor produção de alguns gêneros alimentícios no ano passado.

Outros três ramos industriais — não classificados dentro da indústria manufatureira — acusaram em 1959 razoável expansão. Trata-se das indústrias de construção civil, de energia elétrica e extrativa mineral. Para as duas primeiras, a taxa de crescimento foi de 10 por cento e para a última de 9 por cento. A de construção civil está conhecendo um novo surto, onde Brasília ocupa lugar importante, ao passo que a maior produção de energia elétrica corresponde ao desenvolvimento industrial no país.

Melhora a produção agrícola de subsistência

Contrastando com uma redução na produção agrícola para exportação

(menores safras de café e cacau), as culturas agrícolas de subsistência estão proporcionando em 1960 uma produção sensivelmente maior que no ano precedente. Entretanto, como o peso das duas principais culturas de exportação é bastante grande no «quantum» total da produção agropecuária brasileira, o índice geral deverá registrar este ano um aumento de apenas 1 por cento, contra 10,4 por cento em 1959. Medidas em produção por habitante, as atividades rurais de 1960 acusarão uma redução de 1,5 por cento (a expansão global de 1 por cento corresponderá um aumento de 2,4 por cento da população brasileira). Em 1959, ao contrário, verificara-se um aumento por habitante de 4,1 por cento.

A primeira vista parece um mau resultado. De fato, porém, uma melhor interpretação dos índices mostra o oposto. Sim, porque a diminuição no incremento do «quantum» global correu por conta, antes de tudo, da menor safra de café, que apresenta em 1960 um declínio estimado pela revista em 21 por cento, quando em 1959 registrou um aumento de quase 37 por cento. Mas, a diminuição da produção cafeeira é hoje uma verdadeira aspiração nacional, em face dos imensos estoques acumulados pelo país e que não encontram mercado.

De tal maneira, um exame da produção agropecuária em 1960 por setores revela resultados positivos. Assim, a produção para consumo interno (tanto para alimentação, como para a indústria) acusa um aumento de 10,6 por cento, enquanto que em 1959 esse aumento foi de apenas 1,7 por cento, que, considerado em termos por habitante, representa uma diminuição. E quanto à produção para exportação revela uma diminuição de 21 por cento, que se reduzirá a 1,2 por cento se se excluir o café. No geral, excetuado apenas o café, o aumento será de 9,2 por cento para 1,6 da produção agropecuária brasileira.

Produção para consumo interno

Tal como no caso da indústria, os dados em que se baseia «Conjuntura Econômica» são precários e sujeitos a retificação. Entretanto, diz a publicação que «os resultados obtidos não parecem afastar-se muito da realidade que se depreende do comportamento dos mercados dos produtos agrícolas nos 7 meses decorridos de 1960».

Do aumento de 10,6 por cento da produção agrícola, 11,1 por cento corresponderão aos gêneros alimentícios e 6,1 por cento às matérias-primas industriais. Em 1959, tais aumentos foram, respectivamente, de 1,7 por cento e 1,2 por cento.

Eis os aumentos estimados para algumas das culturas de subsistência:

Arraz	23%
Milho	11%
Feijão	12%
Amendoim	13%



Volta Redonda: mais aço em 60

Também são esperados acréscimos na produção de cana-de-açúcar, mandioca, batatas e carnes.

A explicação para esses aumentos é dada pela aplicação da política de preços mínimos, ampliação do crédito rural e uma certa melhora nas técnicas agrícolas. Lamentavelmente, o estudo não fornece elementos relativos ao trigo.

Transportes: em expansão

O primeiro semestre de 1960 trouxe consigo uma melhoria da atividade dos principais tipos de transporte. Assim, o transporte rodoviário acusou um incremento de 12 por cento, o ferroviário de 6 por cento, o marítimo-portuário de 8 por cento e o aéreo de 20 por cento.

Neste último, deve-se assinalar que o incremento verificado operou-se em grande parte graças ao fato de Brasília ter passado a figurar entre os dez aeroportos mais movimentados do país e apesar de uma diminuição de 5 por cento no item cargas.

O melhoramento da rede rodoviária do país, assim como os aumentos nas tarifas, responde pela maior utilização do transporte rodoviário.

Nota Econômica

O chamado Conselho das Classes Produtoras (Conclap) distribuiu entre os candidatos à Presidência da República um questionário visando a conhecer a opinião do marechal Teixeira Lott e dos srs. Jânio Quadros e Ademar de Barros sobre os principais problemas nacionais. É natural que uma ênfase particular tenha sido dada às questões econômicas e é numa delas — o sistema cambial vigente — que desejamos deter-nos.

Antes, a título de informação, explicaremos aos leitores que o Conclap é mais um órgão ligado ao comércio de exportação, aos proprietários de terras e aos grupos estrangeiros do que à indústria nacional. Daí a sua participação — ainda que subreptícia — na campanha eleitoral, ao lado dos candidatos reacionários, constando mesmo ser o Conclap um dos principais financiadores da candidatura do delator e agente estrangeiro Carlos Lacerda.

As perguntas relativas ao câmbio podem ser resumidas da seguinte forma: é o candidato favorável a que as divisas obtidas com a exportação de café sejam vendidas ao governo por uma taxa especial, ou a que sejam vendidas no mercado livre de câmbio?

Nas suas respostas, o marechal Teixeira Lott começou por fazer restrições ao atual sistema cambial que, por demasiado complexo, provoca distorções indesejáveis em certos setores. «Exemplo flagrante das incoerências assinaladas, disse o candidato popular, é a manutenção de um mercado para remessas de lucros de empresas estrangeiras e despesas de turistas, em que se permite que as taxas de câmbio sejam muito inferiores às taxas que vigoram no mercado através do qual se processam as importações de matérias-primas, máquinas e bens de produção de modo geral. A essa incoerência se associam duas outras. Mediante a aplicação unilateral da Instrução 113 da SUMOC, permite-se às empresas estrangeiras trazer de volta ao país, sob a forma de equipamentos, lucros que remetaram pelo câmbio livre, enquanto que as empresas de capital nacional têm de importar seus equipamentos às taxas vigentes na categoria geral de importações, com exceção apenas dos casos que merecem custo de câmbio, onde, entretanto, o tratamento é extensivo às empresas estrangeiras. Se os equipamentos são importados mediante financiamento a médio ou longo prazo, as empresas de capital nacional estão proibidas de ir aos leilões cambiais ou ao mercado livre: têm de aguardar, por tempo indeterminado, autorização do Conselho da SUMOC. Já as empresas estrangeiras, pelo fato de formalmente importarem seus equipamentos 'sem cobertura cambial' e poderem fa-

Dicionário

O Homem, Animal Que Fabrica Instrumentos

O surgimento do homem verificou-se no período quaternário (atual) da história da Terra, há pouco menos de um milhão de anos, como supõe a ciência. O homem surgiu em diferentes regiões da Europa, Ásia e África, que se caracterizavam por possuir um clima ameno e temperado, e onde habitava um gênero de macacos parecido com o homem. Como resultado de um desenvolvimento, muito longo que compreendeu uma série de atos intermediários, desses distantes antepassados surgiu o homem.

O aparecimento do homem foi uma das mais grandiosas reviravoltas no desenvolvimento da natureza. E essa reviravolta aconteceu-se quando os antepassados do homem começaram a fabricar instrumentos de trabalho. A diferença radical entre o homem e os outros animais somente começa com a preparação de instrumentos de trabalho, mesmo quando estes eram os mais rudimentares. É sabido que com frequência os macacos utilizam-se de paus ou pedras para derrubar frutos das árvores, ou mesmo para defender-se ou atacar. Entretanto, jamais um animal fabricou mesmo o mais rudimentar instrumento.

Os antepassados do homem viviam em hordas; também em hordas e bandos viviam os homens primitivos. Assim, o surgimento do homem foi, ao mesmo tempo, o surgimento da sociedade humana. Num processo bastante longo de desenvolvimento surgiu entre os homens um tipo de vínculo que não havia nem podia existir no mundo animal: o vínculo do trabalho. Diferentemente dos seus antepassados o homem passou a produzir os meios necessários à subsistência por meio dos instrumentos de trabalho. Naqueles tempos primitivos, o homem se achava sob a mais férrea dependência da natureza. Não tem o mais remoto fundamento a afirmação de alguns escritores acerca da suposta existência de um século de ouro, naqueles tempos. O processo de domínio das forças espontâneas da natureza operava-se com extrema lentidão, pois que os instrumentos de trabalho eram os mais primitivos. Os primeiros instrumentos do homem eram paus e pedras toscas com aspecto de machados. Constituíam como que um prolongamento artificial dos órgãos do corpo humano: o machado, um punho fechado, e os paus, os braços.

Durante um longo período, o homem viveu principalmente da caça e da coleta de alimentos, que eram realizadas coletivamente, com a ajuda dos primitivos instrumentos de trabalho. Em face da insuficiência de alimentos, entre os homens primitivos encontrava-se a antropofagia. No decurso de muitos milênios, como que tateando, mediante uma acumulação extremamente lenta de experiência, os homens aprenderam a fabricar instrumentos primitivos que serviam para golpear, cortar, extrair raízes e outras ações pouco complexas, mas que abrangiam quase todo o domínio da produção.

Uma conquista importantíssima do homem primitivo na luta contra a natureza foi a descoberta do fogo. Graças a esta descoberta, modificaram-se radicalmente as condições de vida material dos homens. Com isso, o homem primitivo separava-se definitivamente do mundo animal, encerrava o prolongado período de sua formação. O fogo era utilizado para o preparo de alimentos (carnes, peixes, raízes alimentícias, etc.) e também para a fabricação de instrumentos de produção. Além disso, protegia os homens contra o frio e os animais selvagens.

Problema Cambial: Nacionalismo e Entreguismo

zer remessas pelo câmbio livre, onde o controle é meramente de finalidade estatística, tem plena flexibilidade para realizar quaisquer arranjos financeiros, em cooperação com as respectivas matrizes do exterior».

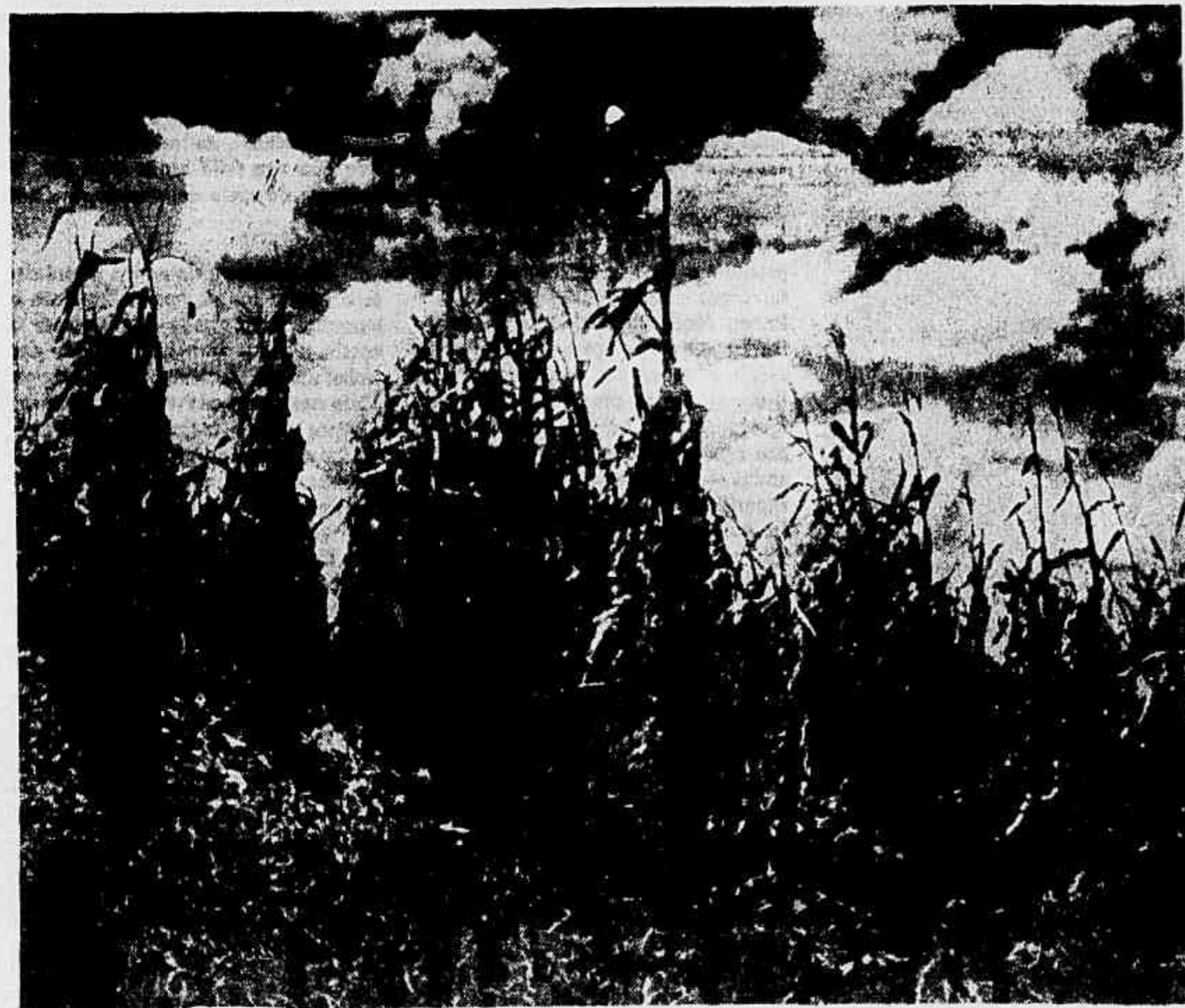
Passando a questão do câmbio de custo, manifestou-se o marechal Lott no sentido da necessidade de se a taxa desse câmbio fixada em nível não inferior ao custo médio das compras oficiais de câmbio mais as compras dos excedentes da produção de produtos de exportação. Fêz, ainda, uma reserva à atribuição do câmbio de custo, quando é dado para a importação de certas mercadorias estrangeiras, dificultando a instalação de novas indústrias no país. Também se manifestou contrário a que o preço da gasolina e de outros derivados do petróleo seja estabelecido em função do câmbio de custo, o que resulta em detrimento de toda a coletividade, implicando numa verdadeira transferência de recursos para as classes e camadas mais favorecidas.

No que se refere à pretendida eliminação do chamado «câmbio cambial» e a consequente realização da reforma cambial, manifestou abertamente o marechal Teixeira Lott um ponto de vista contrário. Defendendo corajosamente sua posição nacionalista, contra a da instituição caracterizadamente entreguista, mostrou o marechal que a reforma cambial só poderia ter efeitos contraproducentes para a economia do país e para a própria infraestrutura, que se veria a mercê dos trusts, tanto internamente como no mercado internacional.

Essas foram, em resumo, as respostas do candidato das forças nacionalistas.

Poucos dias depois do marechal Lott, compareceu ao Conclap o candidato do entreguismo, Jânio Quadros. Recebido de braços abertos pelo tubaronato, respondeu Jânio ao questionário tal como os tubarões desejavam que ele o fizesse. Especificamente quanto ao problema do câmbio, declarou-se favorável a «uma reforma cambial de cabo a rabo». Em outras palavras: ao abandono da política de estímulo à indústria nacional, à abolição das últimas e pequeníssimas restrições que pesam, não sobre o capital estrangeiro, em geral, mas sobre alguns setores do comércio exportador.

Esse simples confronto, num problema básico como é o do câmbio, bastaria para mostrar que os dois candidatos estão situados em dois campos opostos: Lott, no nacionalista; Jânio, no entreguista.



Dá milho de norte a sul

Provavelmente nenhum outro país no mundo tenha tantas condições para produzir milho, como o Brasil. Há regiões em que é possível obter até três colheitas por ano, e milho se planta do Amazonas ao Rio Grande do Sul. Segundo as estimativas, a produção brasileira de milho terá em 1960 um aumento de 11% em relação ao ano passado.

Os «eleitores» de «O Globo»

Sem Solução Caso da Bahia: Manobra Contra Estudantes

Conhecida vespertina, sobejamente repudiada em mais de uma dezena de conclaves estudantis, e recentemente queimada em plenário (nunca é demais repetir) no XXIII Congresso Nacional dos Estudantes, embandeirou-se todo, no princípio desta semana, e afirmou-se escolhido, pelos estudantes cariocas, o jornal do ano. Tal fôlha — deixemos de lado a metáfora — é «O Globo». É o jornal cujas ligações ninguém desconhece. Os estudantes que o elegeram, estes sim, precisam ser conhecidos.

A Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários, (AMES), organização superior dos estudantes de grau médio do Estado da Guanabara, é uma das entidades sediadas na Praia do Flamengo, 132 — no prédio orgulhosamente denominado pelos estudantes de «Casa da resistência democrática». Seu congresso, por ocasião do qual é eleita a sua diretoria, se realizou em outubro. No último desses acontecimentos foi vitoriosa a seguinte chapa: Presidente — Mauro Fonseca Pinto; 1.º vice — Sérgio Elias Fadul; 2.º vice — Wellington C. Miranda; 3.º vice — Agnello Carlos Pedrosa; 4.º vice — José Oscar Melo; Secretário Geral — Waldemar Bastos Cunha; 1.º Secretário — Celso Bebbiano; Tesoureiro Geral — Ari Marques; 1.º Tesoureiro — Valério Azevedo.

Determinada noite, pretextando um desentendimento pessoal com um membro da Comissão de Educação da UNE (sediada no mesmo prédio), o 2.º vice-presidente, Wellington Miranda, eventualmente ocupando a presidência, transportou os móveis da entidade para um amplo conjunto do «Super Shopping Center», de Copacabana. Acompanharam-no o 1.º secretário Celso Bebbiano e o tesoureiro-geral e o 1.º tesoureiro, respectivamente Ari Marques e Valério Azevedo. Estes quatro elementos, de uma diretoria de nove membros, porque de posse de todo o material de expediente da Associação, passaram a proceder como se representassem a entidade, já então dividida, posto que funcionando também no casarão da Praia do Flamengo, sob a presidência do 1.º vice Sérgio Fadul já que o Presidente Mauro Fonseca Pinto renunciara, tentando com o seu sacrifício uma reconciliação que resultou impossível. A dualidade de organizações não perdurou por muito tempo. Em Congresso Extraordinário da União Brasileira dos Estudantes Secundários, instância máxima dos secundaristas nacionais, convocado especialmente para deliberar sobre a situação criada na Guanabara, foi deliberada a cassação dos mandatos de Wellington e seus aliados, e reconhecida como oficial a entidade presidida por Sérgio Fadul. No recente Congresso Nacional da UBS, realizado aqui no Rio em agosto último, e no qual foi eleito Jarbas Santana, a história repetiu-se: foi considerada legal, e foi quem teve direito a voz e voto nas reuniões plenárias e comissões, a AMES autêntica sediada no Flamengo. Esta entidade é que é reconhecida pelo MEC e pela esmagadora maioria dos grêmios estudantis dos diversos colégios e ginásios do Rio de Janeiro. É ela que recebe a subvenção constante do orçamento da República. Mesmo assim, como todas as agremiações estudantis legítimas, vive em crescentes dificuldades de ordem financeira, já que é irrisória a quantia recebida do governo.

Enquanto isso, ninguém sabe vindo de onde, a falsa AMES de Copacabana dispõe de dinheiro fácil para pagar aluguel de mais de vinte mil cruzeiros mensais. De atividades suas, afóra as demonstrações de anticomunismo penabeta, ninguém ouviu falar até hoje. A não ser quando, no auge dos espancamentos ordenados por Falcão, realizou um Congresso-fantasma, cujo Presidente de Honra foi exatamente o Ministro da Pátria. Ou agora, quando «eleito» a fôlha dos Marinhas (e da Embaixada lanque) o «jornal dos estudantes cariocas» M. A.

A Comissão Parlamentar de Inquérito instalada recentemente para apurar as irregularidades apontadas pelos estudantes na Universidade da Bahia — e não só as apontadas naquela instituição, já que o organismo está autorizado a promover uma investigação de âmbito nacional, — se constitui em importante vitória alcançada pelos universitários daquele Estado, onde perdura, há mais de oitenta dias, uma crise sem precedentes nos meios educacionais brasileiros. Todavia, não chega a ser o suficiente para extinguir a difícil situação, já descrita por NOVOS RUMOS em mais de uma oportunidade. O impasse, para ser resolvido em definitivo, exige a adoção das seguintes medidas, por parte da Reitoria: a) Criação de uma comissão conciliatória, paritária no número de estudantes e elementos indicados pelo Conselho Universitário, sendo dois membros de cada parte, um quinto membro mediador, escolhido pelo Ministério da Educação, que deverá ser aceito pelas partes, estabelecendo-se o compromisso, entre as mesmas partes, de acatar e executar as resoluções no prazo máximo de trinta (30) dias; b) Revogação das suspensões impostas aos líderes universitários, ebona de faltas e marcação de datas para as provas dos vestibular.

Fuga

No primeiro Conselho Extraordinário da União Nacional dos Estudantes, realizado na semana passada em Brasília, os universitários pensavam encontrar a solução para o caso. Nada conseguiram. O Presidente da República, só encontrado pelos meios quando estes, já no aeroporto, regressavam, prometeram uma audiência aqui no Rio, da qual participaria também o Ministro da Educação, prof. Pedro Paulo Penido, não localizado, durante o convívio dos rapazes, na deserta capital. A promessa presidencial não foi cumprida. Tal fato permitiu aos jovens admitirem a conclusão de que a conversa do Sr. Juracy Magalhães com o Sr. Juscelino Kubitschek, na qual o governador baiano encareceu a condição de não ser encontrada qualquer solução que

implicasse em desfalque no prestígio do reitor Edgar Santos (a principal responsável pela crise), surtira efeito.

Vacilação

Os estudantes acusam o Ministro Penido de omisso. Suas promessas de «empenhar-se a fundo» para resolver a questão não impressionam mais aos jovens. Estes afirmam que o Ministro não está interessado em solucionar o problema, uma vez que exerce apenas um mandato-lampião, findo o qual estará, ele também, como reitor da Universidade de Minas Gerais, sujeito às mesmas acusações que ora perturbam o senhor Edgar Santos.

Manobra

Perceberam já os estudantes que estão sendo vítimas de ardilosa manobra. Tal arranjo, arquitetado por alguns setores governamentais, consistiria em protelar o máximo possível, a solu-

ção para o caso. Assim, enquanto a UNE, e o movimento estudantil em geral, estiverem voltados, com lógos as suas forças, como ocorre no momento, para a solução de um problema desta natureza, não estarão preocupados em denunciar, por exemplo, a atitude de rasteirismo e subjeção do Itamarati na Conferência de Costa Rica, onde esforçou-se ao máximo por cumprir, sem equívocos, as determinações do «State Department».

Por outro lado, a indiferença das autoridades visa, pelo não atendimento das reivindicações universitárias, a uma sonhada desmoralização do movimento estudantil, empresa já tentada, pela força, em duas ocasiões, este ano, no Rio de Janeiro: no litoteio contra o «Calabouço» (11. de janeiro) e na invasão, mandada por Falcão, da sede da UNE.

O truste colabora

A articulação dos jovens para a de-

núncia desses fatos vem sendo dificultada. A «Westren» e a «Radional» estão fornecendo cópias de telegramas e gravações de conversas telefônicas trocadas entre os líderes estudantis baianos e a direção da União Nacional dos Estudantes. Um telefonema, dado de Salvador para o Rio nos últimos horas da manhã de sexta-feira, foi noticiado pelos vespertinos baianos daquela tarde, sem que nenhum estudante (ou qualquer outra pessoa) tivesse deixado a sede da UEB o tempo de transmitir o informe.

Guanais na Bahia

Na noite de domingo, Oliveira Guanais, Presidente da UNE, viajou para a Bahia. A situação em Salvador é tensa, e mesmo com o coeficiente de faltas que determina a reprovação já atingido, a tendência é a de manutenção do estado de greve até a solução definitiva da crise na Universidade.

Por que embaixador?

Noticiou-se que o sr. Edgar Santos teria vindo ao Rio, a chamado de J. J., para ser consultado a respeito de se aceitaria ou não uma embaixada no exterior. Não se sabe ainda a resposta do despota baiano. Sabe-se apenas que os estudantes não vêem nisso nenhuma medida capaz de levar à tão aguardada solução. Primeiro porque, com o fato, estar-se-ia premiando quem merece punição; depois, porque o que os jovens querem é uma universidade com novos objetivos administrativos, curriculares e com sua participação na direção (quer o reitor seja Edgar Santos ou não sendo naturalmente melhor sem ele); e finalmente porque o substituto de Edgar Santos seria Orlando Gomes, nome que para ser aceito pelos estudantes é preciso se despir da sua condição de incorporador de imóveis, advogado militante e presidente do Banco Mercantil Sergipense, e voltar a ser professor.

Congresso Bossa Nova Vai Iniciar Reforma

Confirmado o que noticiamos no número passado: será realizado de 11 a 17 do corrente o XVI Congresso Metropolitan dos Estudantes. O conclave congrega os representantes (eleitos ou indicados, pelo critério de proporcionalidade) das quarenta e duas escolas de ensino superior da Guanabara, e funciona como agente julgador das atividades administrativas e atitudes políticas da diretoria da UME. Além disso, vai elaborar o Programa Mínimo Administrativo e a Carta de Princípios a serem seguidos pela diretoria eleita após a sua realização, e apreciar qualquer problema político, ou de outra natureza, levantado por qualquer de seus participantes.

Diferente mesmo

Além de apresentar, em diferentes reuniões, os quatro candidatos ao governo do Estado, cada qual por meia hora, mostrando os principais pontos de seus respectivos programas, o Congresso promoverá a realização do concurso de Miss Universitária, já tendo para tal promoção mais de uma dezena de beladades inscritas. São verdadeiros «xuxus» que desfilarão em passarela armada no tradicional salão nobre da União Nacional dos Estudantes, local onde serão efetivadas todas as sessões plenárias do acontecimento.

Tudo pronto

Ontem encerrou-se o prazo para a apresentação de credenciais dos congressistas.

Desde o dia quatro a Comissão Organizadora do Congresso está às voltas com mil problemas que surgem em tais ocasiões: elaboração de Tomário e Calendário, distribuição de locais para as reuniões de diversas comissões que funcionarão, instalação de alto-falantes, de passarela para o desfile das misses, etc.

Congresso da reforma

A reunião vai se concretizar sob o signo da Reforma Universitária. A caducidade da nossa estrutura educacional vai ser exibida sem contemplações nem receios. Os jovens exigem o atendimento dos currículos à realidade que enfrentam; querem uma universidade voltada para as tarefas do desenvolvimento nacional; exigem, sobretudo, uma escola onde suas vozes sejam também ouvidas. Esta é a grande escalada que os estudantes brasileiros vão enfrentar: a sua ascensão à direção das Faculdades. O XVI Congresso Metropolitan dos Estudantes promete iniciar, em termos de luta concreta, a grande caminhada.



«Beleza empolgará»

No Congresso da UME haverá uma luta diferente. Estará em jogo o cetro da beleza universitária. Marina Carneiro (foto), da Faculdade Nacional de Filosofia, concorre para vencer. E tem argumentos para isso.

NOVIDADES MARXISTAS em castelhano:

SOBRE LA RELIGION, de Marx e Engels. Valiosos materiais para estudo do importante problema da religião. Brochura. 330 páginas	240,00
EL PAPEL DE LAS MASAS POPULARES Y EL DE LA PERSONALIDAD EN LA HISTORIA, da Academia de Ciencias da URSS — Instituto de Filosofia. Livro de palpante atualidade	270,00
MATERIALISMO Y EMPIROCRITICISMO, de Lenin. Livro indispensável para os que hoje querem se orientar acertadamente no terreno político-filosófico	270,00
BREVE HISTORIA DE LA LITERATURA CLASICA CHINA, de Feng Yuan-Chun. Com ilustrações de famosas obras artísticas da literatura classica china	120,00
UN BRILLANTE DECENIO. Coleção de estudos, dos mais destacados dirigentes chineses, onde se vê os êxitos da aplicação do marxismo-leninismo na China Popular	220,00

Pedidos à

Livraria das Bandeiras Ltda.
RUA RIACHUELO, 342 — LOJA 2 — SÃO PAULO

Atendem pelo Reembolso Postal. Solicitem nosso catálogo de atualidades soviéticas.

«Declaração de Havana» Foi Subscrita Pela UNE

Com inconfundido entusiasmo, os estudantes brasileiros tiveram conhecimento da Assembleia Geral Popular, realizada dia 3 em Havana, durante a qual V. Excia. denunciou a «Declaração de São José» como instrumento de pressão contra a revolução cubana. Ao mesmo tempo, fomos informados de que a Assembleia Geral conclamou os povos da América a se manifestarem sobre os termos da «Declaração de Havana», réplica da noção cubana ao colonialismo que procura esmagar a sua revolução emancipadora. Comunicamos a V. Excia. que a União Nacional dos Estudantes, entidade máxima dos estudantes universitários brasileiros, subscreve com orgulho a «Declaração de Havana», enviando seu

abraco fraternal aos estudantes e ao povo de Cuba. a) Oliveira Guanais e Hermann Baeta, Presidente e Secretário Geral da UNE. Esta é a íntegra da mensagem enviada pela União Nacional dos Estudantes ao primeiro-ministro de Cuba, Fidel Castro, em resposta ao apêlo do «Premier» cubano a que todos os povos da América Latina subscrevessem a «Declaração de Havana». A exortação de Fidel foi feita ao pé do estátua de outro herói da história de Cuba, José Martí. Um milhão e quinhentos mil pessoas, na ocasião, autorizaram Fidel a assinar a «Declaração de São José», considerado um «punhal afiado» contra a Revolução Cubana.

Adiada a conferência de J. Gorenader

Estava marcada para o dia 6 de setembro, terça-feira passada, a realização de uma conferência, na Associação Brasileira de Imprensa, do professor Jacob Gorenader. Na palestra seria abordado o tema: «Marxismo e Existencialismo», de grande interesse para o público, que assistiu há pouco, no Rio de Janeiro, às conferências do famoso escritor, ensaísta e teatrólogo Jean-Paul Sartre, conhecido mundialmente como o «Papa do Existencialismo». Todavia, para o mesmo dia, estava marcada, também na ABI, a realização da sessão de encerramento da coincidência que prejudicaria ambos os atos. Em vista da importância da convenção, Jacob Gorenader aquiesceu em adiar, sine-die, a realização de sua conferência.

Os Alunos de Belas Artes Querem Sair Dos Porões

Os alunos da Escola Nacional de Belas Artes iniciarão por estes dias, através de seu Diretor Acadêmico, uma campanha que visar à superação das condições de desconforto oferecidas por muitos das instalações daquele estabelecimento de ensino superior. Mais de seiscentos jovens — a tanto vai a soma dos estudantes matriculados nos seis cursos de formação profissional da Escola — já não aceitam a situação de se verem obrigados a acolovelarem-se em porões insalubres, que é onde estão sendo ministradas as aulas de Desenho Artístico, Modelagem, Cerâmica, Azulejaria, Mosaico e Pintura a Fresco. De ano para ano, com crescente agravamento das dificuldades de instalações, a direção da escola vê-se na contingência de limitar o número de vagas das séries iniciais, o que se traduz em considerável desestímulo ao desenvolvimento dos jovens vespertinos artísticos.

A solução

O que seria côbro, ou pelo menos remediaria muito, a semelhante estado de coisas, seria a transferência do Mu-

seu Nacional de Belas Artes, que ocupa grande parte da área do prédio da escola, para outro local que o compartasse. Este local poderia ser o edifício do Ministério da Educação e Cultura, em tudo e por todo adequado a uma tal transferência, pois conta com um amplo auditorio para conferências e cursos extraordinários, um esplêndido local para exposições transitórias, numerosos andares corridos que seriam facilmente transformados em galerias para exposições permanentes, andares disponíveis que poderiam ser reservados para os Salões Oficiais, bastante área construída no pavimento térreo onde se instalariam as oficinas de conservação e restauração.

condições material que possibilitem um melhor aproveitamento das aulas.

Um pouco de história

A Escola Nacional de Belas Artes está instalada em sua atual sede desde 1908, quando o edifício foi para ela especialmente construído. Em 1937 o Museu Nacional de Belas Artes foi criado. Sem sede própria, ficou anexo à Escola. Expandindo-se a cada ano, veio, a pouco e pouco, diminuindo a área de instalações da Faculdade. Hoje espalha-se por grande parte do espaço desta, mas resta em abandono pelo Governo, que está voltado todo para o Museu de Arte Moderna, instituição particular sempre cumulada dos maiores favores.

Duplo objetivo

Ao se entregarem o campanha os jovens não consideram apenas a possibilidade de melhoria do nível de ensino de sua Escola, vêm também a necessidade de salvar inúmeras obras de arte que se estão estragando nos porões do Museu devido à falta de espaço e à ausência de restauração.



Uma simples tabuleta indica a divisão entre dois mundos. De um lado, a República Democrática Alemã, que constrói aceleradamente o socialismo. Do outro lado, a parte de Berlim controlada pela França, Inglaterra ou Estados Unidos. Na foto, tirada quando ainda existia a zona soviética, um ex-soldado alemão passa a fronteira.

Berlim: Uma Cidade Dividida ao Meio

Foco da Tensão Internacional

VASCO HELLER, correspondente de NR na RDA

Passando a fronteira

RECURSO DA ARGÉLIA À ONU

Intransigência Degaulista Faz Prosseguir a Guerra

JÉRÔME FAVARD (L'HUMANITÉ)

Após doze dias de deliberações rigorosamente secretas, o governo provisório da república argelina publicou o seguinte comunicado que causou celeuma nos Champs Elysée, não obstante o que tenham dito os seus porta-vozes:

... O governo provisório da república argelina tomou conhecimento da recusa do general De Gaulle em negociar as condições e garantias de uma livre consulta ao povo argelino. A política francesa esvaziou a autodeterminação de todo conteúdo democrático e quer impor pela força um estatuto que tende à balcanização da Argélia.

"Nessas condições, o governo provisório da república argelina considera que a consulta ao povo argelino deve ser feita por meio de um referendun organizado e controlado pelas Nações Unidas."

Dizer-se que o governo francês considera sem interesse e sem consequências essa decisão do G.P.R.A. é votar um grande desprezo à opinião pública francesa e internacional.

Os franceses (ultras) da Argélia não se enganaram ao manifestar seu pessimismo diante dessa declaração. Quem pode julgar sem importância a proposição do G.P.R.A. de que se recorra à ONU para organizar um referendun de autodeterminação argelina, justamente agora que oito novos estados da antiga África negra francesa passam a pertencer a esse organismo?

Uma posição privilegiada

Durante as conversações de Melun os delegados argelinos reivindicaram três coisas: saber de antemão como seria composta a delegação francesa que participaria das negociações sobre as modalidades de cessar fogo e sobre as garantias de aplicação do direito à autodeterminação; pediam ainda que os delegados do G.P.R.A. pudessem manter contato com a imprensa e com os ministros argelinos prisioneiros na França. Pediam, enfim, que fosse assegurada a Ferhat Abbas a oportunidade de encontrar-se com o general De Gaulle.

Este último (afirmou-o em seu discurso de Alençon) observou que não seria possível atender a tais exigências.

Será impossível, então, informar antecipadamente aos delegados argelinos se falarão com um ministro ou com o general Juin? Será impossível permitir que Ferhat Abbas se aviste com os jornalistas que o assaltam com perguntas em suas entrevistas à imprensa em Tunis? Impossível um telefonema de Ferhat Abbas a Ben Bella, atualmente detido na França como o foram o Presidente da República tunisiana ou o rei de Marrocos?

Na realidade, os porta-vozes do chefe de estado nem procuraram sequer discutir. O comunicado oficial de vinte e nove de junho reconhece isso abertamente, sem ambiguidades: "Eles informaram aos emissários do governo provisório da república argelina as condições em que poderiam ser realizadas as conversações."

Como negar, depois disso, que "a política francesa esvaziou a autodeterminação de todo conteúdo democrático"?

Se não é assim, porque recusaria ela a proposição do G.P.R.A. Segundo as últimas declarações

do delegado da França no Conselho de Segurança, sr. Armand Bérrard, a ONU executou muito bem sua tarefa no Congo. Se ela dá todas as garantias, porque recusar então que ela controle o referendun argelino?

A resposta a essa pergunta não deixa dúvida alguma. Se "a França" — ou melhor: se aqueles que falam neste momento em nome da França, recusam o controle da organização internacional, é simplesmente porque não pretendem deitar que se realize uma consulta sincera ao povo argelino. Ao passo que o G.P.R.A. demonstra uma grande confiança no sucesso da autodeterminação desde que resulte da votação realizada em condições leais.

Os amigos da Argélia gozam assim de uma posição privilegiada, quando defenderem na ONU a proposição do G.P.R.A. E a França estará, uma vez mais, no papel de acusada. A iniciativa argelina visa a paz enquanto que a intransigência de De Gaulle não parece deixar ao G.P.R.A. senão uma possibilidade: prosseguir a guerra com meios cruéis.

A "habilidade" do general

Depois do fracasso de Melun, aprofundou-se o abismo entre a Argélia e a França. Um abismo de sangue. E o G.P.R.A. decidiu adotar medidas militares que redobram de intensidade os combates que, aliás, nunca cessaram na terra argelina, digam o que disserem os Triboulet do general.

A história revelará que durante seis anos os governantes franceses vêm cantando a mesma enganadora canção, ora com o refrão de Lacoste do "último quarto de hora", ora com a ária gaullista muito conhecida agora: "A paz está à vista"...

Há mais de dois anos que o general anuncia assim "paz à vista". Dispondo de semelhante vigia em sua caravela, Cristóvão Colombo teria descoberto a América antes mesmo de deixar Palos...

Não é que o general veja tão longe. Com isso procura constantemente tranquilizar a opinião pública. Quando declara, em oito de julho, em Alençon, que o governo argelino "parece querer, em vez de cessar fogo, que se o reconheça como representante de toda Argélia", a verdade é bem outra. A última "démarche" do G.P.R.A. o prova: o que este último reclama, é somente a garantia de uma consulta leal ao povo argelino, somente cobrar de De Gaulle o cumprimento de sua promessa de autodeterminação. O G.P.R.A. não pede à ONU que dê independência à Argélia, mas simplesmente que organize e controle um referendun, solenemente prometido pelo presidente da república francesa (não sem restrições de pensamento, como se constatou então). Acreditou o general que podia abusar dos combatentes argelinos? Supôs que esses patriotas que pegaram em armas há seis anos, esses "bravos" — para falar como ele — que suportaram os mais duros sacrifícios a fim de conquistar a independência de sua pátria, cessariam o combate sem a séria garantia de que a consulta seria absolutamente leal e sincera?

Se tal foi o seu cálculo, é forçoso reconhecer hoje que seu "maquiavelismo" saiu pela culatra. Por ocasião das conversações de Melun, a intransigência francesa foi apresentada como uma habilidade da política francesa. Esta habilidade coloca a França numa posição detestável. Graças a essa habilidade é que, ao acontecimento de Melun seguiu-se a constituição do que se chama "Comissões de Eleitos" argelinos. É ainda uma iniciativa que desprezou a autodeterminação, devendo essas comissões estudarem o que seria o futuro estatuto da Argélia.

Todas as pessoas bem informadas — bem verdade que sobre isso os estrangeiros são bem mais informados que os franceses — sabem que esses "eleitos" são, em sua maioria, fantoches eleitos sob a coação das tropas francesas.

Um desses eleitos, elemento ligado à corrente que aprova a política argelina de De Gaulle, referindo-se a essas comissões, declarou o seguinte: "Não se fala sobre sucessão e sobre o futuro em uma família quando dois ou três irmãos estão ausentes". (Os ausentes são, evidentemente, os argelinos da F.L.N.).

Essas manobras consumadas na ausência dos membros mais ativos da família argelina têm por finalidade determinar o aparecimento, na Argélia, dos Bao Dai ou dos Tchombe. O duplo resultado disso foi, de um lado, intensificar as operações de guerra, e de outro, levar o G.P.R.A. a marchar rumo à internacionalização do conflito.

"A guerra está praticamente terminada", "a França encaminha-se para a paz" — foi o que se proclamou em julho. Algum tempo depois, ocorreram violentos combates ao longo da fronteira marroquina, ambulâncias ocuparam-se durante todo o dia nove de agosto em transportar mortos e feridos franceses das localidades de Perret e Hadj, cujos postos haviam sido bombardeados, Port Said foi igualmente bombardeada e também os portos de Kiaout, Bouhou, Ravil, Bouchir e Venistrala (esta última que se considera praticamente destruída), enquanto as operações efetuadas em zonas que o Estado Maior considerava pacificadas (o Ouarsenis e a região do El Kseur, em Kabylie) provam que a F.L.N. está mais combativa do que nunca.

Procura-se um Bao Dai ou um Tchombe

Tudo isso significa que o G.P.R.A. renunciou à esperança de uma discussão real com Paris, pois De Gaulle demonstrou em Melun que encara as conversações como um monólogo no qual os delegados argelinos teriam que limitar-se a ouvir.

É por isso que a ONU vai ter que enfrentar dentro de algumas semanas a proposição argelina que solicita a mais alta corte internacional — depois que o G.P.R.A. tentou inutilmente durante anos entender-se diretamente com a França — que busque uma solução para o conflito.

Aquêles que têm repetido que somente o general De Gaulle dispõe de autoridade e de prestígio (dentro do exército e entre os muçulmanos) necessário para conseguir a paz; os que têm feito campanha a partir daí em favor do poder pessoal; e finalmente os que

ajudaram o general a extorquir o apoio de milhões de franceses graças a este "slogan" enganoso "De Gaulle representa a paz na Argélia", esses podem avaliar o que seu erro custou e ainda custa.

É não só aviltante mas também ilusório para um povo entregar seu destino nas mãos de um só homem, seja ele animado das melhores intenções. Por ocasião das conversações de Melun, "degaulistas de esquerda" insurgiram-se contra as manifestações organizadas em favor da paz na Argélia. "As negociações já se iniciaram. É preciso não prejudicá-las com tais movimentos", diziam esses ingênuos.

A ação unida indispensável Diante da ação que teremos de promover, é lamentável que alguns daqueles que desejam realmente a paz na Argélia favoreçam a propaganda degaulista e as manobras diversionistas em seu favor.

Que um Guy Mollet consiga a aprovação através da maioria do Congresso S.F.I.O., de uma moção solicitando "que as garantias de autodeterminação sejam discutidas com os representantes de todos aqueles que são chamados a dar um voto decisivo pela nova Argélia" — isto é, inclusive os ultras; que Guy Mollet forneça assim pretextos para aqueles que recusam o melhor meio de pôr fim à guerra: a negociação com os combatentes, isso não espantará ninguém. O que é surpreendente, é ver um homem como Denis Forestier conseguir a aprovação pela maioria do congresso dos professores de uma moção que vai mais longe ainda, pois solicita "conversações bilaterais, sucessivas ou simultâneas, que precederão as negociações definitivas em torno da "Mesa Redonda" à qual se associarão, em dado momento, todos os elementos representativos das populações argelinas." Se Forestier conhecesse um pouco a Argélia deveria saber que Lagailarde representa perfeitamente a opinião de uma parcela considerável da população europeia da Argélia.

Esses planos, pelo menos utópicos e geradores de confusões e discussões, roubam às forças da paz seu entusiasmo e um tempo precioso.

Depois que foram formulados, lemos nos jornais de esquerda, a crítica da esquerda francesa incapaz até agora de impor as negociações de paz. Não seremos nós que reproveremos o princípio da autocrítica. Mas a autocrítica é vã e estéril se ela não provoca uma ação mais eficaz que a criticada.

E que não nos venham dizer que a última decisão do G.P.R.A. torne essa ação inútil. O contrário é que é verdadeiro. Ainda no mês passado, o vice-presidente do G.P.R.A., ministro das relações exteriores, Krim Belkacem, que a imprensa reacionária chama o "duro" da F.L.N., reafirmou que seu governo esperava "o menor sinal, partindo de Paris, marcado pelo desejo de negociar".

Incumbe ainda à opinião francesa impor esse sinal.

É ainda, da ação unida dos franceses que depende, em larga medida, a continuação da guerra: sua agravação — em proporções que ameacem surpreender os estrategistas limitados da "guerra psicológica" — ou seu fim.

zes tricolores com a inscrição "Vous entrez dans le secteur français". Cartazes iguais aos que, em outros pontos distintos da cidade, levam a bandeira inglesa ou norte-americana.

Uma situação artificial para os berlinenses. Não para o governo de Adenauer, que transformou o setor ocidental em "cidade ponta de lança", hoje o foco de guerra mais perigoso do continente europeu.

Cidade livre

A República Democrática Alemã, é, porém, um país pacífico onde os últimos vestígios do militarismo prussiano foram completamente apagados. Em seu território situa-se a cidade de Berlim, aproximadamente 200 quilômetros afastada da fronteira com a República Federal Alemã. Berlim é, portanto, uma cidade da R.D.A., geograficamente, e sua capital política e administrativa. A R.D.A., como os demais países do campo socialista, luta para preservar a paz mundial. Por isso, apesar de Berlim estar encravada em seu território, propõe, juntamente com a União Soviética, a desmilitarização do setor ocidental e a sua transformação em "cidade livre".

Os militaristas e revanchistas de Bonn não aceitam essa solução. Desejam manter a posse da cidade para os seus atos de provocação e espionagem contra os países socialistas. Daí a propaganda mentirosa que suas agências de notícias espalham pelo mundo dizendo da impraticabilidade da transformação de Berlim em "cidade livre", em cidade pacífica.

Afirma, por exemplo, que Berlim Ocidental depende das subvenções financeiras de Bonn e que economicamente não poderá sobreviver como "cidade livre". Vejamos, entretanto, como na realidade os fatos se apresentam.

O aparelho administrativo do setor ocidental de Berlim pesa sobremaneira no orçamento da cidade. É uma situação parecida à do Rio de Janeiro, com os seus enormes efetivos de funcionários públicos. Em Berlim Ocidental cresce, no entanto, a inclusão de dezenas de organizações de espionagem e sabotagem pertencentes ao governo de Bonn e subvencionados pela municipalidade. Enquanto que na República de Weimar (1919/1933), a administração central do país, para uma população nacional de 60 milhões de habitantes, ocupava 10,7% de todos os trabalhadores e empregados existentes na então capital Berlim, — hoje, para uma administração municipal de somente 2,2 milhões de habitantes, a percentagem subiu para 26,4.

O aparelho policial que, mesmo na época hitlerista, possuía 30 agentes para cada 10 mil habitantes, nos dias de hoje emprega, respectivamente, 68 policiais. No entanto, em comparação com os números de 1959, os crimes por assalto, nesse primeiro semestre de 1960, aumentaram em 31%, os crimes de estupro em 15%, os roubos em 12%. Por isso, hoje, Berlim Ocidental é chamada a "Chicago da Europa". Diariamente, uma média de 60 crimes são cometidos, principalmente por jovens.

Aproximadamente 46% do déficit orçamentário do setor, calculado ao redor de 13 bilhões de marcos, corre por conta do aumento do aparelho administrativo municipal.

Cidade ponta-de-lança

Além disso, a armazenagem de custosos depósitos de mercadorias, parte da estratégia bélica de Bonn, é responsável pelo crescimento do déficit financeiro da cidade. O produto social de Berlim Ocidental aumentou em 5 790 milhões de marcos nos anos de 1950 a 1958. Ao mesmo tempo, cresceram os investimentos destinados à estocagem de mercadorias em aproximadamente 3 200 milhões de marcos, ou seja, cerca de 55% do aumento do produto social. Reduzida essa estocagem ao nível necessário para o abastecimento normal da cidade, grandes somas podem ser poupadas.

Também a repartição desigual das inversões na indústria, de um lado, e o funcionalismo estatal, de

outro, aumentam o déficit. No aparelho administrativo as inversões representam o dobro da quantidade que se investe na indústria. Essa política de inversões beneficia os planos guerreiros do governo Adenauer. De 1950 a 1959, foram subtraídos do produto social de Berlim Ocidental cerca de 2 100 milhões de marcos, não com o fim de fomentar a economia da cidade, mas para reforçar os preparativos de guerra relâmpago contra a R.D.A. e outros países do campo socialista.

Se suprimidos todos esses ingressos improdutivos, que resultam unicamente da política de transformar Berlim Ocidental em "cidade ponta-de-lança", não teria havido em 1959 o déficit mencionado. Sobraria um saldo positivo de mercadorias e serviços de mais de 300 milhões de marcos. Essa quantia seria suficiente para garantir um nível de vida normal à população, principalmente à classe operária, cuja situação vem se agravando.

Os operários na indústria ganhavam em meados de 1959 cerca de 15% menos por hora que os seus colegas de Hamburgo. No ano de 1958, a diferença foi de 10%.

Especialmente grave em Berlim Ocidental é a exploração no trabalho das mulheres. O salário das operárias qualificadas, no conjunto das indústrias do setor, é 35,4% menor do que o salário dos homens. Essa diferença é mais gritante nas indústrias de bens de consumo: as mulheres ganham aproximadamente 40,2% menos que os homens.

Para caracterizar a situação social, pode-se ainda mencionar que nos hospitais de Berlim Ocidental o número de leitos para 1 000 habitantes, de 1954 a 1958, aumentou somente de 14 para 14,4%. Na Berlim democrática, o ascenso foi de 15 para 17,2%. Idêntica é a situação na rede escolar. Nas escolas primárias de Berlim Ocidental a cada professor correspondem 36,5 alunos. Em Berlim democrática, somente 23,5 alunos.

Também penosa é a situação nas camadas médias da população. No ano de 1959, o número das empresas artesanais baixou de 22 650. A mesma situação com referência aos pequenos industriais: das 24 pequenas fábricas de calçados que existiam em Berlim Ocidental, somente restam hoje 4. As demais caíram sob as garras dos grandes consórcios de calçados da Alemanha Federal.

Cidade pacífica

Disso tudo se desprende que, de maneira alguma, Berlim Ocidental recebe apoio financeiro de Bonn. Ao contrário, é obrigada a grandes sacrifícios para entregar anualmente ao governo de Adenauer milhões de marcos de impostos arrecadados.

Entretanto, uma "cidade livre" poderia dirigir sua própria economia de acordo com as necessidades da população. Poderia ainda concluir tratados comerciais com todos os países, de conformidade com a sua própria vontade e seguindo os seus interesses. Se deixar manter relações com a Alemanha Federal ou ampliá-las, poderá fazê-lo sem maiores constrangimentos.

A República Democrática Alemã e outros países do campo socialista manifestaram o desejo de ampliar o intercâmbio de mercadorias com uma "cidade livre" em Berlim Ocidental, garantindo assim o pleno funcionamento da economia da cidade.

Uma "cidade livre" em Berlim Ocidental, como cidade pacífica, estaria em condições de liquidar a política de "cabeça-de-ponte" e reduzir o custoso aparelho policial e administrativo a um nível normal. Pouparia dessa maneira as enormes somas que atualmente são enviadas a Bonn como contribuição obrigatória à política revanchista de Adenauer.

Berlim Ocidental, hoje um foco de tensão internacional, seria uma cidade pacífica.

PASSADO E FUTURO DA ECONOMIA CUBANA

Sete Pontos de Estrangulamento

A Universidade Popular de Havana realizou recentemente um ciclo de conferências sob o tema «Defesa de Cuba», do qual participaram vários dirigentes da Revolução Cubana, inclusive o chefe das Forças Armadas, comandante Raul Castro. Para falar sobre a defesa da economia cubana, a Universidade convidou Carlos Rafael Rodríguez, conhecido dirigente nacional do Partido Socialista Popular (comunista), diretor do jornal «Hoy» e acadêmico da economia política da Universidade de Havana.

Em sua conferência, Carlos Rafael assinala a estreita ligação entre a soberania de Cuba e a defesa de sua economia contra o boicote e a agressão dos Estados Unidos. Frisou, entretanto, que não se trata de defender a economia cubana que a Revolução tinha herdado do regime anterior, de um colonialismo disfarçado. Para poder defender a economia cubana, disse Rodríguez, é preciso acabar com suas debilidades. Em primeiro lugar, é necessário conhecer bem sua estrutura e caracterizá-la de forma a poder agir sobre ela de modo positivo.

Características da economia cubana

Esta economia pode ser caracterizada com 7 pontos essenciais que não são, é claro, os únicos, mas que talvez sejam os principais.

Em primeiro lugar, linhamos uma economia agrária, e a economia agrária é sempre subalterna, atrozada, neste momento do desenvolvimento mundial em que a indústria é o ponto básico no

progresso dos povos. Segundo dados fornecidos por uma entidade nada suspeita, uma vez que serve ao imperialismo e surgiu de seu próprio seio, a Comissão do Banco Mundial, presidida por Truslow, que precisamente elaborou o programa para o retrocesso de nossa ilha e sua dominação definitiva pelos imperialistas, Cuba, na década de 1950, somente produzia na indústria 10% de toda a produção nacional, se retiramos a contribuição da indústria açucareira, que é uma indústria de simples transformação de produtos primários.

Em segundo lugar, essa economia agrária era uma economia atrasada social e economicamente, porque era uma economia latifundiária. A melhor parte das terras e sua maior extensão estava nas mãos de latifundiários e, entre estes, os norte-americanos eram os mais importantes. Enquanto que, por um lado, havia 62 mil camponeses que possuíam apenas 15% da área total, por outro lado, 114 grandes proprietários possuíam, sózinhos, mais de 20% da área total de nosso país. Os grandes latifúndios da United Fruit, da Atlântica del Golfo, etc., de 8 ou 9 empresas norte-americanas, tinham mais de 100 mil «caballerías» (um milhão e trezentos mil hectares) de terra à sua disposição.

A isso deve-se acrescentar que dos 160 cultivadores da terra em nosso país, somente 48 mil estavam na categoria de proprietários, e os restantes eram arrendatários, subarrendatários, colonos ou parceiros, aos quais se extraía enormes proporções de seus produtos mediante a renda da terra, chegando-se, com a instituição semifeudal da parceria, a exigir

do camponês a terça parte, ou a metade de sua colheita anual.

Desemprego maciço

A terceira característica é a do desemprego e subemprego, que, como se sabe, é um dos fatos mais graves da economia cubana. Países da América Latina que estão em condições econômicas ainda inferiores às nossas quanto à distribuição das riquezas e à situação das massas, o Chile por exemplo, nunca tiveram a grave situação de desemprego que tivemos. Esta chegou a 50% de desempregados na força de trabalho, nos anos da crise de 1930.

Existe aqui um gráfico, um quadro muito simples que nos diz até que ponto o desemprego continuou sendo na economia cubana um mal endêmico. Em junho de 1957, de dois milhões 217 mil homens e mulheres contados na força de trabalho, 594 mil, isto é, 26,8% estavam, de uma forma ou de outra em condições de desemprego; não tinham, na ocasião em que foi feito o censo do trabalho, emprego algum. Dêles, 300 mil estavam totalmente desempregados e não trabalhavam em momento algum durante todo o ano, e 294 mil estavam subempregados isto é, trabalhavam apenas alguns meses do ano e o resto do tempo ficavam sem trabalho, dependendo do que tinham trabalhado antes, de seus familiares ou da escola pública. É preciso dizer que nos censos do trabalho que se realizaram até agora em nosso país, antes do último censo que realizamos, aparecem como pessoas estranhas à força de trabalho aquelas mulheres que são contadas como domésticas. Mas, quando examinamos a economia de um país desenvolvido como os Estados Unidos ou a Inglaterra, para não citar países socialistas, encontramos que para cada habitação existe não menos de uma dona de casa economicamente ativa pois existem muitas habitações em que a mulher não trabalha em casa porque tem emprego fora. E, em Cuba, da população trabalhadora que figura nos censos foram eliminadas todas aquelas mulheres que permanecem em casa como domésticas, o que nos dá uma proporção de 2,5 mulheres para cada casa, porque sabemos que a maior parte das habitações de nosso país conta com duas, três e até quatro mulheres (a mãe e três filhas) que não trabalham. Isto não porque não queiram trabalhar, e sim porque nem mesmo no passado lhes podia passar pela cabeça a idéia de trabalhar, porque fora de Havana e na maioria das cidades de nossa ilha as fábricas eram tão poucas que nem sequer lhes ocorria a idéia de procurar trabalho, pois já sabiam que não o encontrariam.

Em junho de 1958, continuava havendo uma grande proporção de desempregados, 25,3% da força de trabalho, 265 mil como desempregados absolutos e 293 mil como desempregados parciais. Há poucos países na América Latina com uma proporção de desempregados tão elevada.

Dependência externa

O quarto ponto característico da economia cubana é de que se trata de uma economia do tipo chamado aberto, isto é, que depende para seu abastecimento da importação, que em 1957 já atingia mais de 700 milhões de pesos por ano, e da exportação, sem a qual não seria possível a nosso país, dada a estrutura que nos impuseram, abastecer-se e manter o nível de consumo global da população cubana.

Nem todas as economias subalternas submetidas a processos imperialistas foram economias abertas. Economias como a da Índia, onde a penetração direta do imperialismo foi e continua sendo muito grande, são economias muito menos abertas do que a nossa porque apenas 6 ou 7 por cento do produto nacional bruto, isto é, de tudo o que produz o país durante um ano, está relacionado à importação ou exportação. Em troca, no que diz respeito a Cuba, para uma produção bruta de cerca de 2.700 ou 2.800 milhões de pesos, importamos 25% desse produto nacional e para nos mantermos precisamos buscar no estrangeiro 25% do que produzimos, entregando assim, em divisas que perdemos com a importação, uma parte do que cada ano acumulamos como riqueza ativa de nosso país.

Só açúcar

Mas este comércio, que desempenha um papel tão importante na economia nacional, tem uma composição, no que concerne às exportações, que torna ainda mais grave a dependência em relação a ele. Trata-se, e esta é a quinta característica de nossa economia, de



Carlos Rafael Rodríguez, além de jornalista, é professor de Economia Política na Universidade de Havana e milita na política cubana há quase trinta anos, tendo sido prefeito de uma das principais cidades do país. Em conferência feita através da Universidade Popular, Carlos Rafael delineou as características e perspectivas da economia cubana.

Teoria e prática de Cuba

que somos um país mono-exportador, porque somos também um país mono-produtor.

O açúcar representou, em certas ocasiões, até 30% da produção nacional e representa ainda um quarto desse total.

Mas, acima de tudo, a exportação de açúcar constitui mais de 80% das exportações totais de Cuba. De modo que, quando o preço do açúcar ou a demanda caem, o resultado é a queda imediata da renda nacional e — em consequência — a miséria das massas.

Essa situação é grave agravada por outra característica, a sexta, que é a unilateralidade das relações comerciais, ou seja, o fato de que — nosso país dependa em mais de 60% das exportações de um único país, os Estados Unidos, e de que as importações cubanas dos Estados Unidos tenham chegado a representar de 75% a 80% do total. Isto situa nossa economia importadora praticamente nas mãos de um só comprador, desrespeitando-se, assim, os dois conselhos admiráveis de José Martí: o primeiro, de não confiar nosso destino em um só produto, porque, como ele dizia, o povo que faz isso pode converter-se num povo escravo; segundo, não comerciar apenas com um só país, mas com todo o mundo. Não depender daquele novo império, que ele considerava como perigoso: «O norte revoltou e bruto que nos despreza...».

Tudo isto culminou na sétima e mais grave das características da economia cubana que a revolução herdou: o fato de que os pontos-chave da economia nacional estivessem não nas mãos de cubanos, mas como propriedade estrangeira, já atualmente de imperialistas norte-americanos, uma vez que o peso específico dos que no passado invertiram capitais, como os ingleses, deixou de ser importante até converter-se numa parte insignificante da economia.

Não era nossa a indústria açucareira, porque apesar de nos últimos anos termos chegado a produzir mais de 50% da safra em engenhos que se denominavam cubanos, e que em sua maioria de fato o eram, entretanto, muitas destas unidades produtivas eram as mais ineficientes, as mais atrasadas. Os bancos e as corporações norte-americanas vinham se afastando deles com um duplo objetivo: fazer com que, nos momentos de crise, quando em virtude das ziguezagues da economia internacional, da qual dependemos até agora em vista de nossa estrutura econômica, ao baixar o preço do açúcar a crise da economia açucareira levava à ruína, como

nos anos 1929-1933, todas estas centrais cubanas e ficariam os norte-americanos com o centro da produção não só a mais elevada e tecnicamente mais estável, como também concentrada em alguns poucos engenhos. Abrigavam, ainda, um segundo e nefasto propósito, que puseram em prática mais de uma vez durante o período da ditadura. Sendo as centrais açucareiras de propriedade de cubanos as menos eficientes, não era possível aumentar nelas o nível de salários sem pôr em perigo a economia desse setor. Com este pretexto, se manteria os salários de nosso país num nível tal que os grandes centrais açucareiros, os engenhos das grandes empresas açucareiras, os engenhos das grandes companhias receberam lucros adicionais porque eram os de maior rendimento e, uma vez que foram mantidos os níveis de salário que toda a

economia cubana pagava, eles poderiam obter uma super-exploração de seus trabalhadores por esse caminho.

Ainda hoje o grosso e a parte mais eficiente da produção açucareira de Cuba está nas mãos dos norte-americanos. Até agora de energia elétrica, nem de comunicações e transportes. Uma companhia denominada cubana até agora mantinha o controle da energia elétrica de nosso país, e dela dependemos não só para o abastecimento dos consumidores, como, o que é muito mais importante, para o desenvolvimento de nossa produção. As telecomunicações também estiveram sempre nas mãos de uma companhia estrangeira que explorou nossa terra durante todos os anos em que vigorou um contrato que nos foi imposto pelos norte-americanos, no início da República. (Continua)

ASSOCIAÇÃO DE GRANJEIROS DOS EUA:

Contra Agressão Econômica a Cuba Revolucionária

Censurando a política dos Estados Unidos em relação a Cuba, o presidente da «Associação de Granjeiros dos EE.UU.», F. Stower, vem de dirigir longa carta a Eisenhower. Na missiva, diz F. Stower:

«Escrevemos esta carta para manifestar nosso descontentamento diante de sua política em relação a Cuba. Nossa diretoria decidiu em sua reunião de hoje levantar um energético protesto contra o seu boicote econômico, do qual é um exemplo a redução da cota de açúcar cubano, mas, inclusive, está ainda mais preocupada face a mal camufladas ameaças militares visando o governo do primeiro-ministro Fidel Castro.

«Fomos colhidos de surpresa quando ouvimos a proposta de transferência da discussão das discrepâncias com Cuba à «Organização dos Estados Americanos». Ao que sabemos, os Estatutos dessa organização (Artigo 16) proíbem a guerra econômica, como a que se trava agora contra Cuba por indicação do presidente dos Estados Unidos.

«Cuba, sem dúvida, precisava realizar a reforma agrária, e causa espere-

cia que a nacionalização de algumas grandes empresas possa ser considerada um motivo para justificar o bombardeio diplomático hostil a que Cuba agora está sendo submetida.

«De acordo com nosso bem meditado ponto de vista, Sr. Presidente, — diz a carta mais adiante — é de duvidar que fique bem ao governo que acaba de ver-se comprometido em grave falsificação nos assuntos internacionais, dar lições de moral política ao novo governo que luta heróicamente para libertar seu povo do jugo da exploração por parte dos monopólios estrangeiros.

«Chamaram, também, nossa atenção as alusões à quase esquecida Doutrina Monroe e a possibilidade de ser aplicada para pôr termo à ampliação do comércio e dos vínculos culturais entre Cuba e a União Soviética.

Finalmente, diz F. Stower em sua carta a Eisenhower: «Queremos viver em paz e amizade com o povo cubano, e esperamos que nosso governo represente a nós e não os vorazes monopólios que desejam explorar a mão-de-obra e os recursos de Cuba.»



700 Estudantes Prestarão Exame Para a Universidade da Amizade

Aproxima-se o início dos cursos da Universidade da Amizade dos Povos. Enquanto isso, a comissão matriculadora, que trabalha há cerca de um mês, já examinou quase 13 mil das 25 mil solicitações recebidas da Ásia, África e América Latina. Das solicitações examinadas, muitas já foram aprovadas e enviadas ao Conselho Universitário para que as ratifique. Se bem que este ano o número de estudantes a serem admitidos na Universidade seja de 500, serão aprovadas cerca de 700 solicitações, pois a matrícula dos candidatos será feita após a prestação dos exames.

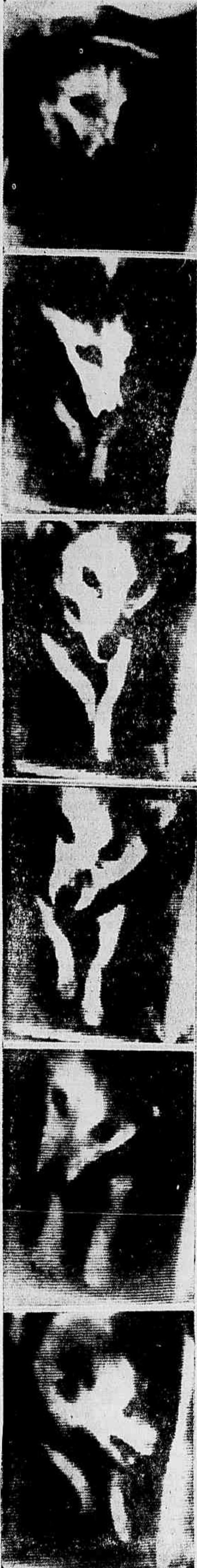
Atualmente, a comissão de matrícula está enviando respostas aos que solicitaram ingresso na Universidade e, em primeiro lugar, aos que serão chamados para a prestação de exames. A

viagem dos futuros estudantes será custeada pela Universidade e a tramitação prática será a seguinte: uma vez recebido o aviso que lhe permitirá prestar exames de admissão, o candidato deve providenciar o passaporte e, de posse deste, a Embaixada Soviética (ou quem a represente) dará o visto e então a Universidade envia o necessário para a cobertura das despesas de viagem.

O ensino na Universidade da Amizade dos Povos será gratuito. Os estudantes receberão, ainda, uma bolsa de 900 rublos mensais e terão, além disso, assistência médica gratuita, podendo usar os laboratórios e bibliotecas. Aos estudantes será dada também casa gratuitamente. Na foto, um aspecto da fachada da Universidade.

Strielka e Bielka Foram ao Cosmo, Voltaram e Chegaram Brincando

Vedetas na televisão



A seqüência acima é de fotos tiradas da teletransmissão feita diretamente da cabine, e mostra-nos reações dos animais, durante fases do vôo cósmico.

Logo após o sensacional feito dos cientistas e técnicos soviéticos — o retorno de Strielka e Bielka — a «Pravda» enviou um repórter à Academia de Ciências da URSS, para transmitir a seus leitores os detalhes da aterragem da nave cósmica. Transcrevemos abaixo os dados colhidos pelo jornalista soviético.

Pleno êxito coroou uma das mais avançadas experiências na história da ciência. A nave cósmica soviética com seres vivos a bordo, depois de cobrir em vôo vertiginoso mais de 700.000 km em volta de nosso planeta, aterrrou com todo sucesso. Este triunfo da ciência e da técnica soviéticas emocionou profundamente as pessoas de todo o mundo.

Como se sabe, a viagem cósmica foi realizada por duas cadelinhas: Bielka e Strielka. Durante o vôo, elas ficaram numa cabine especial, separada apenas por uma cortina transparente, para que se pudesse ver. Na nave-sputnik encontravam-se também ratos brancos, mósas, cogumelos e sementes de algumas plantas. Além disso, havia algas e a planta «tridacnisa». Sua presença a bordo era necessária para os cientistas esclarecerem as particularidades do desenvolvimento das espécies biológicas depois de haver estado a grandes altitudes e sob a ação da radiação cósmica.

Quando a nave estava completando a sua 18.ª volta, deu-se a ordem, da Terra, de descida. Todos os complicados mecanismos que formavam o sistema para garantir a segurança da aterragem funcionaram com precisão.

Desde o primeiro momento da descida transmitiam-se para a Terra, por meio de aparelhos especiais, os dados que caracterizavam o funcionamento dos dispositivos de freio e do sistema de direção durante a descida, registraram-se os parâmetros da nave ao passar pelas camadas densas da atmosfera. Todos esses dados têm enorme importância prática para os futuros vôos das naves cósmicas e seu regresso à Terra.

Para compreender melhor a complexidade da tarefa cumprida pelos cientistas e engenheiros soviéticos, deve-se levar em conta que a aterragem da

nave cósmica estava relacionada com a superação de grandes dificuldades. Basta dizer que ao passarem os corpos cósmicos através da camada atmosférica cria-se uma temperatura tão elevada que, geralmente, nem os meteoritos a suportam, consumindo-se sem chegar à superfície terrestre. Uma defesa térmica especial ajudou a nave-sputnik a vencer esta dificuldade.

A descida

Como transcorreu a última etapa da descida da nave? Quando ela já se encontrava a pequena altura, desprende-se, por catapulta, a cabine onde se encontravam os animais. Isso foi feito para garantir por completo a feliz chegada à Terra dos viajantes cósmicos quadrúpedes, já que a aterragem da nave cósmica se realizava pela primeira vez. A própria nave-sputnik aterrrou inteira e sem nenhum dano, do mesmo modo que a cabine com os animais da experiência.

A aterragem foi feita num prado rodeado de campos arados. As primeiras testemunhas desse acontecimento histórico foram os cosmonautas que trabalhavam perto dali. Rodearam o extraordinário «hóspede» chegada do firmamento e contemplaram-no com interesse. Alguém leu uma inscrição feita na cabine, onde se podia comunicar seu paradeiro aos locais nela indicados. Mas não foi preciso enviar o telegrama.

Imediatamente, sobre a cabeça dos que se haviam reunido no campo, surgiu um avião observador. Dêle desceram os especialistas que seriam os primeiros a abrir as portas de uma nave chegada do cosmo.

Saltam as duas

Estariam vivas as cadelinhas? Abriu-se, por fim, a escoltilha. Saltaram Bielka e Strielka. Os animais haviam suportado perfeitamente a descida. Contentes de ver-se em terra e respirar ar fresco, correram pelo prado, aproximando-se das pessoas e latindo alegremente. Uma hora depois chegou ao local um helicóptero trazendo um doutor. Comprovou o estado dos animais e verificou que não ti-

nham sofrido a menor arranhadura e estavam inteiramente sãos.

No dia 21 de agosto à noite, os cosmonautas quadrúpedes foram levados para Moscou. Tiveram um «dia de descanso». No outro, «dia de trabalho.» Os animais que voltaram da viagem cósmica ainda deverão dar muito a nossa ciência.

Precursoras do homem

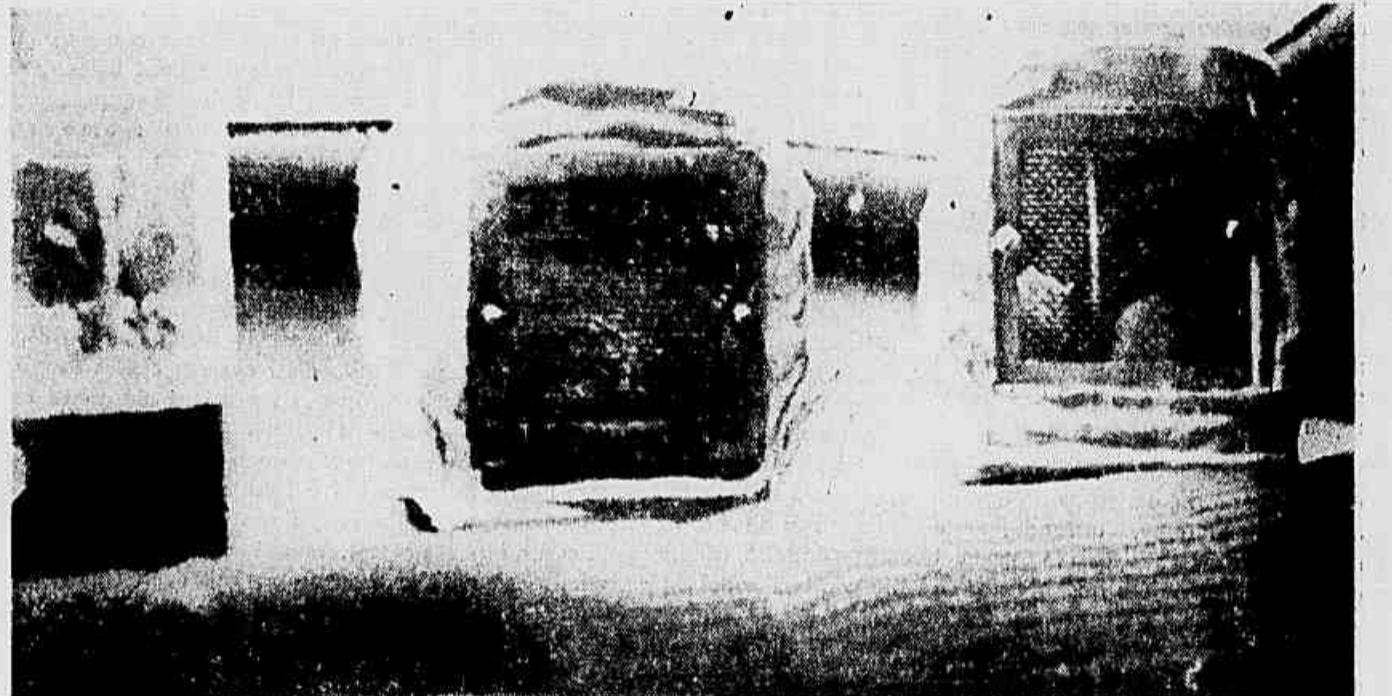
Ao terminar a entrevista, disseram ao correspondente da «Pravda»:

— Como resultado da nova e magnífica experiência médico-biológica obtiveram-se materiais de grande valor. Foi uma experiência exclusivamente pacífica, que só buscava interesses científicos. Não havia na nave nenhum aparelho destinado a outros fins. Tem enorme importância para a ciência e a prática a aterragem da nave cósmica, realizada pela primeira vez na história. Esta vitória sem par dos cientistas e especialistas soviéticos converteu-se em precursora do vôo do homem ao espaço cósmico.



Encontro de celebridades

O encontro se deu no Centro de Televisão de Moscou. O famoso pianista norte-americano Van Cliburn participou para o programa «Nos nos encontraremos outra vez». Bielka e Strielka tinham voltado do Cosmos.



A nave-sputnik não levou apenas Strielka e Bielka. O vôo foi utilizado pelos cientistas soviéticos para o recolhimento do maior volume possível de dados e elementos que possibilitem ao homem ir ao Cosmos e voltar em condições de absoluta segurança. Na foto aparecem um depósito de plantas e as «galotias» em que viajam os ratos.

Ratos e plantas



«Falou» pelo rádio

Bielka e Strielka se tornaram duas «personalidades» importantes. Não apenas do ponto-de-vista científico, para observações e estudos. Passaram também a despertar curiosidade e carinhosa admiração do povo, tendo por isso participado de programas de rádio e TV. Na foto, Bielka «fala» pelos microfones da Rádio Moscou.

NOVOS RUMOS



Posando para a história

Até parece que Strielka tem consciência da grande significação do seu feito, verdadeiramente histórico. E posa para o fotógrafo com ares de quem sabe que será motivo de admiração também para a posteridade...